

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JULHO DE 2008

NÚMERO 5.915

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Silvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Jean Kuhlmann

Gelson Merísio

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

Herneus de Nadal

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Jean Kuhlmann

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Elizeu Mattos

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Elizeu Mattos

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

Edson Piriquito - Vice Presidente

Edison Andrino

José Natal Pereira

Cesar Souza Júnior

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Edison Andrino

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Jean Kuhlmann

Romildo Titon

Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1216
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 055ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 09/07/2008.....2

Atos da Mesa

Ata da Presidência DI.....15
Atos da Mesa DI.....15
Atos da Mesa15

Publicações Diversas

Audiência Pública.....18
Ata de Comissão Permanente.....
.....25
Ofícios25
Portarias26
Projeto de Lei29
Redações Finais.....29

PLENÁRIO

ATA DA 055ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Carlos Hoegen - César Cim - Clésio Salvaro - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - José Natal - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valdir Cocalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Registra a presença de lideranças do município de Mafra; refere-se ao encontro de vários deputados com o sr. Nei Silva no plenarinho.

DEPUTADO IVAN NAATZ - Refere-se ao seu comentário sobre os suplentes; aborda a deficiência no tratamento oftalmológico dos hospitais de Blumenau; comenta o encontro com Nei Silva no plenarinho.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Comenta colocações de Nei Silva aos deputados no plenarinho.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Refere-se ao encontro com o sr. Nei Silva no plenarinho.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Aborda o encontro com o sr. Nei Silva no plenarinho.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Comenta o encontro com o sr. Nei Silva no plenarinho.

DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Tece comentários a respeito do encontro com o sr. Nei Silva no plenarinho.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Critica colocações do deputado Joares Ponticelli a respeito do caso Nei Silva.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Refere-se ao caso Nei Silva.

Partidos Políticos

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Relata reunião na comissão de Finanças e Tributação; comenta aprovação de projeto, de sua autoria, que institui programa de atendimento a crianças e adolescentes.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Aborda incidente envolvendo médico no Hospital Governador Celso Ramos; refere-se à realização de videocirurgias e endocirurgias no mesmo hospital.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Critica colocações do sr. Nei Silva em reunião no plenarinho.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Critica colocações do deputado Joares Ponticelli com relação ao caso Nei Silva.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Refere-se à reunião dos deputados representantes do vale do Itajaí.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Parabeniza o deputado Jean Kuhlmann por suas ações em prol do vale do Itajaí.

DEPUTADO IVAN NAATZ (aparte) - Comenta a atuação do deputado Jean Kuhlmann em prol do vale do Itajaí.

DEPUTADO CARLOS HOEGEN (aparte) - Aborda a união dos deputados representantes do alto vale do Itajaí em prol daquela comunidade.

DEPUTADO CÉZAR CIM (aparte) - Refere-se ao esforço dos deputados representantes do vale do Itajaí em favor daquela comunidade.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Critica a maneira como alguns deputados estão conduzindo o caso Nei Silva; comenta a posse da primeira mulher no comando da Polícia Rodoviária Estadual; refere-se à alta da inflação.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Critica colocações do deputado Carlos Hoegen sobre o encontro com Nei Silva no plenarinho; aborda o aumento da inflação.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Reporta-se à reunião com o sr. Nei Silva no plenarinho.

DEPUTADO CÉZAR CIM - Refere-se às filas de bancos.

Ordem do Dia

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Discute o PL n. 0546/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus, que institui o programa de atendimento a crianças e adolescentes - "Sim à vida, não às drogas".

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Aborda o PL n. 0546/2007, de sua autoria.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Refere-se ao PL n. 0546/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Solicita a retirada da pauta do PLC n. 3881/2007.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute indicação, de sua autoria, que solicita suprir escola do município de Coronel Freitas com mesas, armários e parque infantil.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Encaminha voto favorável ao pedido de informação de autoria do deputado Ivan Naatz e outros, solicitando informações sobre a fundamentação legal e a justificativa no despacho exarado pelo secretário da Administração que arquivou o pedido do PP para que o governo investigasse, através de comissão de Ética, a relação entre o secretário de Articulação e Coordenação e o empresário Ivonei Silva, da revista *Metrópole*.

Explicação Pessoal

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Critica postura dos deputados da Oposição com relação ao caso Nei Silva.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Refere-se a incidente envolvendo médico do Hospital Governador Celso Ramos; aborda a prisão de Celso Pitta; comenta o caso Nei Silva.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Reporta-se ao incidente envolvendo médico do Hospital Governador Celso Ramos; tece comentários acerca do caso Nei Silva.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda morte de garoto no Rio de Janeiro baleado por policiais militares; refere-se ao PLC n. 0014, que trata do efetivo da Polícia Militar; reporta-se ao reajuste dos servidores da Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Pedro Uczai, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, antes de iniciar o meu pronunciamento quero anunciar, registrar e agradecer a presença, neste plenário, do nosso colega vereador do município de Mafra, companheiro Miguel, juntamente com o Valdir, que coordenou o mandato do deputado estadual Francisco de Assis.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

Quero utilizar, neste momento, esta tribuna para fazer uma síntese do que aconteceu hoje, pela manhã, no plenário da Assembléia Legislativa.

Ontem, fizemos um convite nesta Casa, neste Parlamento, no final do dia, a todos os parlamentares, para que participassem de uma reunião no plenário, a partir das 9h30min, a fim de ouvirem espontaneamente a fala de Ivonei Raul da Silva, conhecido como Nei Silva.

Fizemos esse convite, tornamo-lo público, reservamos o espaço e permitimos ao Nei Silva falar e responder os questionamentos, as indagações dos parlamentares lá presentes. E, de antemão, já agradecemos a todos os parlamentares, de diferentes partidos políticos, que se fizeram lá presentes, aos jornalistas e ao público em geral que estavam no plenário e às lideranças sindicais que participaram da reunião na parte da manhã.

Em segundo lugar, ao informar que as bancadas do PP, do PT e do PV estiveram lá presentes, inclusive o deputado Ivan Naatz fez várias indagações, dando a sua posição, como também o deputado Silvío Dreveck, coordenador da bancada do PP; o deputado Joares Ponticelli, em vários momentos, representou a bancada, além de outros deputados, como Reno Caramori, Dirceu Dresch, Décio Góes, Pedro Baldissera, Edison Andriano e demais deputados que se fizeram lá presentes e que agora no momento não me recordo, quero dizer que ouvi aqui nesta tribuna muitos discursos, com muita força e eloquência, buscando desqualificar o Ivonei Silva. Chamaram de tudo, de pilantra, de bandido etc. e tal.

E eu dizia para aquele deputado que fez uso da tribuna, que nós não estamos julgando o governo, mas que queremos investigação e esclarecimento diante de todas as denúncias e que nós não estamos julgando e chamando o governo de bandido e de pilantra, mas que queremos investigar e esclarecer. E eu disse que quem sabe teria que morder a língua lá na frente.

Quando ouvimos o Ivonei com a serenidade com que falou hoje pela manhã, com a tranquilidade que se manifestou várias vezes e disse: " Perguntem o que vocês quiserem". Falou para a imprensa, para os parlamentares, falou para todos: " Perguntem o que quiserem", porque ele estava à disposição para responder com muita tranquilidade e serenidade.

E mais uma surpresa: o nível de informação, de conhecimento, de dados concretos e até matemáticos, dia, hora, local e nome - eu que sou historiador estou longe de ter memória como ele, e sou bom de memória em muitas coisas. A memória, os dados, o dia, o local e ficou claro o livro; ficou clara a entrevista do Ivo Carminati; a entrevista do Armando Hess de Souza.

Em 2005 começou a operação, gostaram e se encantaram com o projeto e em dezembro de 2005 decidiram politicamente republicar e dar publicidade à descentralização. Em janeiro a primeira edição, tudo montado e foram pagando janeiro, fevereiro, março, abril e foram honrando o compromisso do acordo tácito, até porque esse acordo tem força de lei, não podia haver outro acordo, outro contrato formal porque seria ilícito. Como o governo iria pagar? Como iria fazer um contrato ilícito? E agora o Ivo Carminati diz: " Não existe contrato". Mas evidente que não pode haver contrato, seria ilícito! Mesmo tacitamente, há um acordo e tem validade jurídica. Por isso é que não fizeram contrato assinado, porque buscaram de outras formas o financiamento das revistas e passaram, de forma pública e aberta, que o governo não tinha relação direta com a revista *Metrópole*. Mas se pegarmos as fotos, os artigos, o conteúdo, estão lá às provas! Não precisaria de mais nenhuma prova.

E aqui não estamos discutindo a publicidade do governo do estado. Como a lei permite, qualquer governo faz publicidade! O governo está gastando R\$ 50 milhões, R\$ 60 milhões em publicidade! Qualquer prefeitura faz publicidade! Mas do jeito que se construiu aquela publicidade, a propaganda, os textos, os conteúdos, os artigos vêm demonstrar que essa relação mostra ilicitude, mostra crime, mostra abuso do poder político, do poder econômico do governo do estado.

Em segundo lugar: quando no afã do discurso forte, do discurso na tribuna, de pilantra, de bandido ou de extorsão, ou de vamos percebendo? Que na confirmação dos números, dos dados é que quem extorquiu deve ter sido o governo e os seus secretários.

Nós, hoje, começamos as reuniões, o governo pode vir aqui. A versão do Ivonei é mentirosa? Então venha o Carminati aqui e desminta! Venha o Armando de Souza e desminta, aqui! Venham aqui abertamente, publicamente, esclarecer para o povo de Santa Catarina, para o Parlamento. Esse é o nosso papel, esclarecer, fiscalizar o governo do estado! Para isso estamos aqui nesta Casa!

Se a versão do Ivonei não é a verdadeira, desmintam, desconstruam. Ou não podem desconstruir? Ou o que o governo está falando está sendo desmentido a cada semana? Se pegarem os jornais e as entrevistas, irão ver que a cada entrevista eles se enterram mais. Dizem que o contrato não era legal? Claro que não é! Mostra aí, denuncia todo o processo.

Há questionamentos da regimentalidade da reunião de hoje pela manhã. Deputados Joares Ponticelli, Silvío Dreveck, v. exa. que é líder do PP e deputado Ivan Naatz, do PV, se nós aqui no Parlamento formos impedidos de realizar reunião nesta Casa; se neste Parlamento formos impedidos de convidar qualquer cidadão catarinense para se fazer presente nesta Casa, aí, sim, vamos ter problemas de democracia e de livre manifestação. Eu sou publicamente favorável, tem que publicar o livro! Tem que publicar! Livre expressão, livre manifestação, publica-se, se alguém se sentir ofendido processa o Ivonei. Processa o cara, mas há o direito de publicar, há o direito de livre expressão, de livre manifestação! Acabou a ditadura! Existe o direito de cada um escrever o que quiser, de manifestar o que quiser, e se ofender alguém, ou se alguém se sentir ofendido, alguém do governo, da sociedade, processe! Existe o Judiciário para processar.

O direito de livre expressão é um direito fundamental na democracia. É um princípio fundamental da democracia. E o direito desta Casa, se não houver CPI, se o governo não assinar para constituir a CPI, permitam de outra forma, permitam no plenário, permitam gravando ou não, mas permitam esclarecer publicamente, porque é um direito do deputado, é um direito dos deputados da base do governo também ter esclarecimentos.

Deputado Ismael dos Santos, os deputados da base do governo têm direito de esclarecer, porque de pilantra... Se é tão pilantra, por que não questionam as posições dele? Se é tão bandido, por que não questionam as posições dele? Tiveram a oportunidade, foi pública e aberta a reunião de hoje.

Então, isso precisa ser levado a sério aqui. Eu acho, sobre o questionamento de regimentalidade aqui, que nós temos direito. E aí a Assembléia Legislativa e a Mesa Diretora têm que nos dizer se vamos ser impedidos de, na semana que vem, convidarmos a Márgara para vir aqui dar o seu depoimento, para falar o que ela quiser aqui, e ser indagada por qualquer um dos deputados com as perguntas que quiserem fazer.

Precisamos saber se vamos ser impedidos de, na semana que vem, junto com a bancada da Oposição, trazermos a Márgara, para falar sobre aquele histórico encontro em Itá, com a chancela do governador; se houve ou não encontro com o secretário do Desenvolvimento Regional; se houve esse encontro com a revista *Metrópole*, e se houve a decisão política.

Portanto, acho bom a base do governo começar a participar das nossas reuniões antes de haver uma CPI.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o sr. deputado Ivan Naatz por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, antes de iniciar o meu pronunciamento, eu gostaria de simplesmente reparar o equívoco que pairou sobre o nosso pronunciamento na última sessão, quando convidamos os deputados suplentes a nos acompanhar no voto relativo ao requerimento do secretário Ivo Carminati.

Nós simplesmente pedimos que aqueles que estão aqui, assim como nós que chegamos novos na Casa, votassem com o nosso entendimento. Nada mais que isso. Então, se de alguma forma houve um entendimento divergente, quero aqui esclarecer para que não pairam dúvidas sobre o nosso pronunciamento.

Dito isso, quero fazer a seguinte observação, deputado Joares Ponticelli: na minha casa eu tenho um cachorrinho bem pequenininho, uma *poodle* bem pequenininha, mas que tem uma boca enorme. Quando chega uma visita ela abre a boca assustadoramente e quem está do lado de lá da porta acha que é um animal violento, diante da boca daquela cachorrinha. Mas na verdade quando se abre a porta e se vê o seu tamanho, percebe-se que a coisa é mais simples, é muito fácil de administrar. Sempre levo em consideração que a Keli é pequenininha, mas tem uma boca bem grande. E que quando se abre a porta e vê o seu tamanho, percebemos que a coisa não é bem assim.

Dito isso, quero chamar à responsabilidade o estado para uma necessidade urgente que estamos tendo na região de Blumenau. As pessoas estão necessitando de tratamento oftalmológico, existem pessoas esperando há dois anos para fazer apenas uma cirurgia de catarata nos hospitais da nossa região, o que é um absurdo, uma afronta aos direitos do cidadão. Gostaria de chamar à responsabilidade a secretaria de Saúde do estado e do município de Blumenau para que se corrija essa questão do tratamento oftalmológico.

Com relação ao livro, às manifestações do Nei Silva hoje pela manhã, não me sinto em condições de estar no nível do que colocou aqui o deputado Pedro Uczai quando falou sobre o que foi hoje a entrevista, o bate papo que houve com os deputados e com a imprensa em geral.

O empresário Nei Silva se mostrou um cidadão muito equilibrado, um cidadão com a pontuação nos seus dados, a pontuação perfeita naquilo que fala e nas suas manifestações. Eu me arrisco a dizer que é preciso instalar o contraditório. É isso que temos que tentar defender aqui, a instalação do contraditório. Isso em qualquer democracia, por mais falha que seja, por mais simples que seja, o contraditório tem que ser instalado.

Por enquanto Nei Silva fala e fala com propriedade; fala e apresenta documentos; fala e traz provas; fala e convence. Por que o governo não instala o contraditório? Por que não instalamos a CPI? Por que não instalamos aqui uma audiência para saber qual a versão do governo em relação a essa história? Por que tanta omissão?

Então, eu diria até que a reunião de hoje foi extremamente inteligente, porque Nei Silva se colocou muito pontual naquilo que fala.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Quero chamar a atenção dos deputados Clésio Salvaro e Décio Góes. O Nei Silva hoje trouxe um fato novo, esclareceu um fato sobre a reunião dele no gabinete do secretário Ivo Carminati em novembro de 2007.

E aí num trecho da conversa que foi interrompida pela secretária Maiara, o Nei cobrando a conta, o Ivo teria dito: "olha, isso é muito dinheiro, isso é dinheiro de uma campanha." E o Nei respondeu: "o senhor sabe que não, poxa!" O dr. Ivo disse: "tu sabes que sim, nós gastamos R\$ 1 milhão na campanha de Criciúma." Então eu fiz a seguinte pergunta para o Nei: "Esse R\$ 1 milhão que o Ivo Carminati disse para o senhor que foi gasto na campanha de Criciúma, foi na campanha de prefeito ou de governador?" E o Nei Silva respondeu: "O Ivo afirmou que foi R\$ 1 milhão gastos na campanha de Criciúma para prefeito".

Parece-me que só está declarado, nas contas do prefeito, algo em torno de 1/3 disso. Então o dr. Carminati, aquele especialista no crime como advogado - por enquanto ainda não estou afirmando que é especialista no crime da outra ponta -, fez uma revelação, foi dita hoje, o que é mais um crime. Porque se ele disse que foi R\$ 1 milhão para a campanha de Criciúma, e na prestação de contas só tem R\$ 300 mil, eu quero chamar a atenção e passar essa informação publicamente aos deputados Clésio Salvaro e Décio Góes.

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Muito bem, deputado Joares Ponticelli, não foi só isso que disse o Nei Silva, ele trouxe todas as edições das revistas, confirmou que as remeteu aos advogados pelo correio, porque essa nossa colocação foi questionada ontem aqui. Quando eu disse que recebi pelo correio as revistas, fui aqui questionado sobre a veracidade dessa informação. Foi confirmada hoje essa informação, todos os advogados de Blumenau receberam, assim como eu também, de graça. Eu não era assinante e recebi todas as edições. A troca de quê?

Então nós precisamos dar uma resposta para a sociedade. Os fatos que o Nei trouxe hoje confirmaram a precisão dos detalhes, o local, disse que existem provas, disse que fez manifestação. O flagrante armado! Flagrante armado, flagrante preparado, qualquer jurista sabe! E o delegado Renato falou muito bem quando disse flagrante preparado. Prepararam o flagrante! Qualquer jurista sabe que isso é ilegal, que não pode ser feito, que não tem validade.

O governo então coloca todos esses fatos embaixo do tapete, não permite que se ouça a outra parte, porque a parte da acusação, a parte que quer a investigação, a parte que quer esclarecer a verdade, está aqui pedindo. A bancada de Oposição está pedindo esclarecimento, e o governo se mantém inerte em fazer a sua defesa.

Eu lamento porque em qualquer democracia chinfim do mundo, este governo já teria caído. Sr. deputado Pedro Uczai, em qualquer democracia chinfim do mundo este governo já teria caído.

Não há mais o que esperar se não determinarmos uma investigação profunda. Volto aqui a pedir que nos debrucemos, as bancadas de Oposição e a do governo, os independentes que se debrucem em busca da ouvida do governo.

O governo permanece inerte porque sabe que se nós mexermos, se nós cavarmos vamos encontrar ali, não as provas, porque elas o Nei já trouxe, mas a verdade real daquele imbróglio, daquela safadeza, daquela irresponsabilidade que foi a criação da descentralização na revista *Metrópole*.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda em Breves Comunicações, o próximo orador inscrito é o deputado Pedro Baldissera, por um tempo de até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, o encontro a que nós tivemos a oportunidade, nesta manhã, de participar no plenarinho, sem dúvida nenhuma foi um momento extremamente histórico e que não pode passar pura e simplesmente como algo despercebido nesta Casa e nesta legislatura.

Acompanhei os diferentes depoimentos, as diferentes interrogações feitas por parlamentares, pela imprensa, pelos diferentes jornalistas que lá estavam, por cidadãos de Santa Catarina, e não percebi em nenhum momento que tenha sido interrogado, questionado, pedido esclarecimento de quem quer que fosse, qualquer gesto, atitude de desequilíbrio, de inquietude ou de constrangimento por parte do Ivonei Silva. Para mim, pessoalmente, essa serenidade profunda, tranquilidade e postura que o Ivonei teve, revelam, sem dúvida nenhuma, uma convicção profunda naquilo que tem sido relatado no livro, naquilo que foi ventilado pela imprensa, enfim, naquilo que veio a público.

Ele tem uma memória fantástica! Eu acompanhei todos os depoimentos, todas as interpelações feitas a ele, com relação a datas, a pessoas, locais, dinheiro, enfim, uma lucidez extraordinária, fantástica, e que não nos deixa dúvidas com relação àquilo que hoje está colocado na sociedade de Santa Catarina, em todo esse nosso país.

Eu não tenho dúvida nenhuma! Uma pena, e aqui passo a lamentar que a base do governo não tenha possibilitado esta Casa de cumprir com um dos seus afazeres que o é de fiscalizar. E o governo perdeu a oportunidade de vir aqui e, de uma forma concreta, transparente e tranqüila dizer que isso não é verdade. Eu lamento, porque quem perde com isso é a sociedade catarinense. E aqui o poder público do estado de Santa Catarina passa - e tomara que isso não aconteça - para a sociedade catarinense uma situação também de descrédito. Espero que isso tudo possa ser superado.

Mas, infelizmente, deputado Joares Ponticelli, ontem, quando a base do governo não permitiu que o secretário Ivo Carminati pudesse ter a possibilidade de vir aqui fazer a defesa do governo, colocar isto às claras, a sociedade catarinense perdeu a oportunidade desta relação profunda que o poder público tem que ter com o cidadão, com a cidadã catarinense. Infelizmente!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Parabéns, deputado Pedro Baldissera, pela lucidez do seu pronunciamento.

A linha é exatamente essa, ou seja, se os governistas esperavam que hoje o Nei Silva pudesse vir nervoso, contraditório, temerário, quem contava com isso quebrou a cara, no sentido literal.

Eu não conhecia o Nei Silva, o conheci hoje, como muitos outros deputados, mas a serenidade, a segurança, a tranqüilidade, a confiabilidade nos números, nas datas, a precisão sem ficar lendo livro ou cronograma nas mãos, a disponibilidade das fotografias, das ligações telefônicas, das devidas comprovações, o documento, deputado Clésio Salvaro, a nota fiscal do hotel onde a repórter da revista *Metrópole*, que o deputado Manoel Mota conhece bem, que afirmou numa entrevista ontem que o deputado Manoel Mota foi muito receptivo e hoje o Nei Silva reiterou na entrevista.

Isso não sou eu quem está dizendo, quem disse foi ela ontem e hoje o Nei Silva reiterou que o deputado Manoel Mota foi muito atencioso quando eles foram fazer a abordagem dos empresários do sul e do extremo sul do estado. Ele apresentou hoje a nota fiscal do hotel em Itá onde ficou hospedado na reunião do colegiado com a presença do governador, deputado Pedro Baldissera.

Então, tudo o que foi dito até aqui por parte do governo é mentira. O Nei Silva hoje apresentou os documentos. Infelizmente, alguns da base do governo, não são todos, muitos deputados não estão se envolvendo com isso, mas há uns dois ou três que arriscam fazer a defesa de qualquer jeito e aí misturam alhos com bugalhos: quando se fala de farofa o outro fala de mandioca, quando se fala de galinha o outro fala de sapo, é uma mistura.

Essa é uma técnica, uma estratégia de quem não conhece o assunto e se não há como defendê-lo, mistura tudo, grita, faz chantagem, puxa coisa lá de trás, ameaça, intimida. Essa é uma estratégia que, especialmente, um deputado do PMDB aqui dentro sabe fazer muito bem. Acho que lá fora o povo já está vendo que é uma estratégia vencida. E hoje o Nei Silva foi tranqüilo, sereno.

É uma pena que a grande maioria dos deputados, especialmente aqueles dois ou três que arriscam fazer essa defesa de qualquer jeito, não foram lá para ouvir, para perguntar. Eu vi assessores de alguns lá anotando tudo, mas deputados da base do governo, infelizmente, não vi. Certamente, todos tinham muitos compromissos.

Mas quero aqui cumprimentar pela coragem, pela atitude corajosa e comprometida com a verdade do deputado Edison Andriano que participou da maior parte daquela reunião. Ele conseguiu buscar um tempo na sua agenda para participar. Portanto, o nosso reconhecimento ao deputado Edison Andriano que lá ficou um bom tempo e ao deputado Gelson Merisio que também dispôs de um tempo na sua agenda para participar, até para buscar informações, para responder as perguntas e tirar as dúvidas.

Por isso, deputado Pedro Baldissera, acho que foi muito positivo o dia de hoje, mas na semana que vem, srs. deputados, estará aqui a repórter. E ela, certamente, terá muito a dizer também e a confirmar daquilo que está no livro e na entrevista que ela concedeu esta semana.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não, quero que v.exa. também tenha a oportunidade.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu sei que o tempo de v.exa. está no finalzinho.

Alhos com bugalhos, eu sei o que é. É quando se fala com uma pessoa, que fala contigo gravando. Isso é coisa de pilantra, de mau-caráter. Pessoa que fala contigo gravando, é coisa de mau-caráter. E o bugalho, que eu falei ontem, foi que o Joares Ponticelli precisa explicar que a caminhonete que ele comprou é roubada.

Então, é por isso que ele fala de alhos com bugalhos. Só que aqui tem muita responsabilidade, e sabemos aonde vai...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Carlos Hoegen, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

E o próximo orador inscrito é o sr. deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Deputado Clésio Salvaro, que preside esta sessão, eu o saúdo, assim como o debate caloroso entre esses dois conterrâneos do sul do estado, que se instala no plenário.

Meu serei bastante breve, talvez nem use os meus dez minutos aqui, deputados e deputadas.

Mas eu quero aqui elogiar a forma fantástica como os deputados, de forma especial o deputado Pedro Baldissera, que aqui teceram elogios fabulosos ao Nei Silva como se amigos fossem de longa data. Serenidade, fantástico, posicionamento extraordinário, memória de elefante, quer dizer, confiabilidade.

A confiabilidade foi muito bem questionada aqui pelo deputado, mas não dá para confiar num cidadão, num interlocutor que vem fazer uma conversa com você e traz consigo um gravador, construindo um processo como esse que agora todos nós conhecemos, que é um processo que está lá na polícia.

Eu também recebi, deputado Ivan Naatz, uma revista que vem lá da nossa querida região de Blumenau, da sua terra, com patrocínio do Besc e com referências elogiosas à administração do presidente Lula e do prefeito à época, já que a revista é de 2003. E quero dizer que o uso do dinheiro público a qualquer tempo para promoção pessoal, constitui-se em crime. Isso consta lá no nosso ordenamento jurídico.

"O Besc patrocina aqui também..."

Mas eu não acredito que nada disso tenha algum motivo escuso para estar aqui. Quer dizer, o secretário patrocinado pela agência que presta serviços à prefeitura, isso tudo lá na nossa querida e bela Blumenau. A mesma revista traz uma belíssima propaganda do Samae, das empreiteiras que por certo prestam serviços àquela região e a prefeitura de Blumenau faz uma referência elogiosa ao futuro candidato do partido à eleição municipal. Enfim, algumas coisas assim, mas nada disso eu acredito que contenha algum fato espúrio, algum fato criminoso. Entendo que seja mais uma revista que estava circulando, naquela época. Aqui faz muitas e variadas menções elogiosas a todos os entes, a todos os cidadãos com atividade política no município, referindo-se a secretário, a vereador, a presidente de partido e aos demais membros que compunham aquele instante político de Blumenau, lá nos idos de 2003.

Também não acredito que fatos como esses possam ter decisivamente influenciado a eleição naquele município e nem a posterior eleição de deputados estaduais e federais que são citados aqui. Até porque, se isso efetivamente ocorreu, deputado Elizeu Mattos, eu sou um dos prejudicados, afinal de contas, não me beneficiei disso, sofri com isso e lá na minha região figuras que faziam parte daquele governo à época, somaram expressivos votos. Talvez sob a influência disso? Eu não acredito, não quero crer.

Srs. deputados, não quero crer que aqui haja movimentos espúrios, que aqui haja lambança política, como para em outros casos o PT afirma que existe. Lá na minha terra quando alguém chega para contar, para falar daquilo que efetivamente não faz, eles chamam de "pregar moral de cuecas", deputado César Cim. E isso nem aqui e nem em lugar nenhum, quero crer que se esteja fazendo!

Portanto, essa revista não faz menção do governador também, faz menção da descentralização da Justiça e da descentralização dos serviços lá na nossa bela Blumenau. Belas obras sendo patrocinadas, sendo mostradas sob o patrocínio de empresas que por certo para alguns municípios deste estado prestaram serviços. Mas eu não acredito que em nada disso haja ilegalidade. Apesar de que se constitui sempre em crime instalar no nosso ordenamento, deputado Valdir Cobalchini, a promoção pessoal daqueles que estão ocupando um cargo público, seja ele com patrocínio, ou com qualquer outra coisa. Agora, naturalmente, eu não acredito que tenha havido aí outras coisas.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentar v.exa., que é um parlamentar atuante, que veio para esta Casa e em tão pouco tempo tem demonstrado conhecimento, sabedoria, que tem os pés no chão e tem firmeza naquilo que fala.

O assunto que trata v.exa., evidentemente, que envolve uma porção de gente que não tem nada a ver com o PSDB. Agora eu perguntaria se devo a minha reeleição pelo fato de estar nesta foto. Então, evidentemente, que a Oposição desesperada busca aquilo que está pela frente, até esse tipo de pessoa que grava conversas que, para mim, são pessoas irresponsáveis, moleques, pessoas que depois querem usufruir disso para tirar proveito em benefício próprio, inclusive extorquindo dinheiro.

Então, hoje a Oposição está desesperada nesta Casa e se abraça com quem vier pela frente. Acho que cometeram hoje alguns erros que causarão prejuízos políticos em Santa Catarina, porque foram citadas muitas pessoas e neste momento estamos num período eleitoral e se falarem de uma pessoa de um município e se ele está envolvido na política, evidentemente, que isso é crime eleitoral. Então, nós vamos ter muitos problemas pela frente para que a Oposição possa fazer um trabalho tranqüilo e sereno, mas não pode passar dos limites. A questão eleitoral está no Regimento, e com isso nós estamos muito tranqüilos e serenos.

O deputado Joares Pontticeli pediu para um assessor desse Nei Silva, que eu nem sei quem é, nem conheço, graças a Deus não conheço, para que levantasse a questão de Araranguá. Deputado, dê uma olhadinha para o deputado Manoel Mota, pois tenho 25 anos de vida pública e tenho passado, história, dignidade, amor ao povo e ao sul, porque eu tenho projeto, enquanto v.exa. não tem um projeto para o sul. É uma vergonha um parlamentar não ter um projeto que seja construtivo para o sul. Por quê? Porque só sabe criticar, não sabe construir nada! Então, lamentavelmente, é só a crítica, mas a construção de alguma coisa para a sociedade, o planejamento, zero! Eu vou continuar trabalhando para construir um estado de qualidade, no qual o povo esteja dentro desse pacote e que seja o grande ganhador.

Quero parabenizar v.exa. que levanta esta questão com muita propriedade.

Parabéns deputado!

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Agradeço o aparte de v.exa.

É claro que não queremos transformar isso numa briga paroquial, mas a verdade é que nós temos que tomar cuidado quando atiramos pedras e temos telhado de vidro! A verdade está impressa.

Agora, só lamento que percamos tanto tempo neste Parlamento com um cidadão que vende informação positiva, que faz jornalismo, pseudo jornalismo, vendendo elogios. É lamentável que a imprensa catarinense de tantas glórias, deputado Ismael dos Santos, v.exa. que é do ramo, tenha que receber materiais como esses que, sem dúvida, deveriam ser expurgados daquilo que se chama de código de literatura de jornalismo, enfim, qualquer coisa parecida.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado, é o diálogo da diferença, das diferentes posições.

Nós estamos muito tranquilos no que diz respeito a três questões que v.exa. levanta aqui. Em relação à publicidade das nossas prefeituras, das nossas lideranças, e se há ilícito, se há problemas, temos que trazê-los à tona, para nós esclarecermos um por um.

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Não é isto que eu estou afirmando, deputado.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Eu sei, mas se vier a construir essa convicção, nós estaremos muito tranquilos aqui para responder o que for possível. Inclusive ontem comecei o meu pronunciamento falando sobre o cartão corporativo.

Se o Ivonei, deputado, gravou ou se vendeu imagem positiva do governo e teve que gravar, quem sabe é porque ele não confiava no governo para o qual estava vendendo o serviço. Ele não é jornalista, ele é empresa comercial, vendeu uma revista, vendeu um serviço e não confiou no governo se poderia receber. Esta é a primeira questão. Se gravou, mas a extorsão foi gravação do governo, então é pilantra o Ivo Carminati, os outros...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a sra. deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, srs. integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, quero dizer que eu estive hoje, às 8h30min, na comissão de Finanças e Tributação, juntamente com os deputados Silvio Dreveck, Décio Góes, Renato Hinnig, que é famoso nesta Casa, e com o José Natal, discutindo, analisando e relatando projetos de importância para o estado de Santa Catarina.

Nós estávamos numa reunião de comissão importantíssima para o nosso estado e por isso que esta deputada estava naquela reunião! Eu tenho que escolher quando a minha agenda é muito tumultuada, tenho que tirar o que é menos importante, o que não me constrói, o que não evolui a minha vida. Então, eu vou tirando o que não é importante para mim. E o que era importante para mim, hoje, pela manhã? Era ir para a comissão de Finanças e Tributação, para discutir projetos dos meus colegas parlamentares.

Fizemos, nesta ocasião, um debate bem acentuado, construtivo com o deputado Manoel Mota, que relatou um projeto de autoria desta deputada. O deputado José Natal também questionou e o deputado Silvio Dreveck, que é um parlamentar muito zeloso, pediu vistas ao projeto para uma análise mais acentuada.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Deputado, por favor, seja rápido, pois o meu tempo é pequeno.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Só quero pedir para olhar com muito carinho este pedido do deputado Silvio Dreveck.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - E eu tenho certeza de que o deputado Silvio Dreveck vai analisar e trará respostas positivas para o nosso estado de Santa Catarina.

Mas eu quero dizer para v.exas. que ontem muito me alegrou a aprovação de um projeto de lei de autoria desta deputada, que passou em primeiro turno, deputado Reno Caramori, que institui o programa de atendimento a crianças e adolescentes - "Sim à Vida, não às drogas" e dá outras providências.

Este projeto passou com muita tranquilidade, porque eu vejo que v.exas. têm zelo pela família e por isso aprovaram este projeto. E daqui a pouco, na Ordem do Dia, nós teremos também a aprovação, em segundo turno, desse projeto que provavelmente depois será sancionado.

Esse programa de atendimento a crianças e adolescentes - "Sim à Vida, não às drogas" abrange internação emergencial para os casos agudos de overdose, de abstinência, tratamento ambulatorial, orientação, apoio psicológico às famílias e ações de prevenção. Por que, srs. deputados? Porque muitas famílias hoje sofrem com o fato de terem um familiar dependente químico, famílias boas, famílias responsáveis, pois há sempre uma criança que foi induzida na porta de uma escola a usar a droga, e essa criança não tem culpa!

Então, temos aqui esse projeto para dar amparo a essas famílias vítimas dessa praga que são as drogas.

Muito obrigada, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, amigos catarinenses que nos ouvem pela Rádio Digital AleSC e nos assistem pela TVAL, ontem, através dos canais de televisão, através da imprensa, foi divulgado o incidente ocorrido num dos maiores e mais históricos hospitais de Santa Catarina, o Hospital Governador Celso Ramos, hospital esse cujos médicos têm um carinho especial porque a maioria deles já passou também por lá no período de sua formação, como eu passei de 1982 a 1985, quando fiz residência em urologia, e outros tantos que fizeram residência em clínica médica, em cirurgia geral, em ortopedia e agora, também, em oftalmologia.

Então, nós assistimos àquele incidente naquele hospital público, onde foi feita uma cobrança indevida. Mas quero aqui destacar o aspecto de que a população precisa saber que apesar da deficiência que há, apesar ainda da limitação que temos na secretaria da Saúde, no atendimento médico como um todo, existe um esforço muito grande, primeiramente, por parte da secretaria, por parte do governo e existe um número grande de atendimentos acontecendo de forma anônima. O Hospital Governador Celso Ramos tem mais de mil funcionários, uma história de mais de 35 anos e mais de 200 médicos.

Hoje, pela manhã, estava com a diretoria do referido hospital, com o diretor-geral dr. Libório Soncini, juntamente com o dr. Luciano e o dr. Roma, e apresentava os meus números. A emergência atendeu, no ano passado, cerca de mil pacientes, o que corresponde a uma população igual à metade da população de Florianópolis. Se contarmos os atendimentos que aconteceram dentro do hospital em forma ambulatorial, em forma de cirurgias ou de exames, mais de 400 mil pacientes foram atendidos naquele hospital. Certamente um número parecido deve ser atendido no Hospital Regional de São José, um número menor, mas muito significativo, até porque a estrutura do hospital é menor, bem como em outros hospitais.

Diante desse limite de 400 mil pacientes anonimamente atendidos, em que somente um caso mereceu destaque nos meios de comunicação, eu quero dizer que existe um esforço constante por parte da direção, existe um esforço e uma dedicação infundável por parte dos quase mil funcionários que o hospital tem e por parte da maioria dos médicos, das enfermeiras, dos atendentes, enfim, das especialidades médicas que temos ali no hospital.

Então, eu queria enfatizar aqui que essa denúncia não pode cobrir, não pode ficar à frente de um grande horizonte, de um grande número de pessoas que vêm sendo atendidas, apesar, repito, dos limites.

Diante desses limites, deputado Antônio Aguiar, deputado Romildo Titon, para o qual comentava esse assunto, e deputados que aqui vejo atentos a essa questão, quero informar que amanhã à noite, às 19h, o dr. Lester Pereira, que é diretor-geral da secretaria da Saúde, estará reunindo dois representantes da ortopedia. A ortopedia é uma especialidade e além de existir essa especialidade no hospital, há também o serviço de residência, na qual v.exa., deputado Antônio Aguiar, é especialista. E gostaríamos de tê-lo presente, se possível, nessa reunião, justamente porque a equipe de ortopedia será coordenada pelo dr. Cicero, pelo dr. Erlon de Amorim e pelo dr. Antônio Albino Dorneles, como também pela equipe de cirurgia-geral, que será representada no mínimo pelo dr. Roma, um dos diretores do hospital, e por representantes da urologia, que são o chefe da residência e o coordenador de residência, drs. Edemir Westphal e Niveo Teixeira.

Nessa reunião estaremos elencando, finalmente, as chamadas torres básicas e os equipamentos que serão utilizados para fazer as cirurgias chamadas de videocirurgias ou endocirurgias. E essas cirurgias estão sendo realizadas há mais de 15 anos em pacientes particulares, em clínicas, porque em nenhum lugar do Brasil isso acontece, até porque não existe ainda essa tabela de procedimento, o Ministério da Saúde vai publicá-la através de portaria. Mas graças ao trabalho desses médicos anônimos, porque não aparecem nem como ruins nem como bons, mas eles são bons, é que acontece esse grande número de atendimentos.

Nós temos, sim, que melhorar, principalmente, as condições de trabalho, melhorar os equipamentos que eles usam. Por quê? Porque o especialista se sente incomodado de realizar muitas vezes um procedimento sabendo que se houvesse disponibilidade tecnológica poderia fazer um procedimento mais econômico, do ponto de vista de agressão física para o paciente. No entanto, tem que executá-lo de outra forma.

Mas eu espero que, a partir da sexta-feira ou da próxima semana, o dr. Lester já esteja encaminhando a compra desses aparelhos de última linha, disponibilizando-os para o Hospital Governador Celso Ramos, na especialidade de ortopedia, de cirurgia-geral e de urologia.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Elizeu Mattos, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente, sra. deputada, srs. deputados, eu vou falar na mesma linha da deputada Odete de Jesus. Não participei, não iria participar daquele circo armado aqui, que não tem nada de regimental, que não foi aprovado em nenhuma comissão e sequer no plenário.

Pelo Regimento da Casa, eu estava participando de uma sessão, discutindo questões do Mercosul que são pertinentes ao nosso estado de Santa Catarina. A mesma coisa com a deputada Odete de Jesus, que estava na sua comissão cumprindo com o papel de parlamentar para a qual foi eleita e eu estava aqui cumprindo também com o meu papel para o qual fui eleito. Por isso não estava lá. E eu não estava lá porque o sujeito que hoje foi recebido com aplausos veio aqui e matou um filho de um deputado. O sujeito que foi recebido com aplausos veio aqui e matou um filho de um deputado!

Eu nunca fiz, deputado Edison Andrino, e depois vou explicar por quê, um pronunciamento lido. E hoje, depois das transcrições do sujeito que veio aqui, que, repito, é pilantra, vou ler algumas definições e conceitos do Dicionário Aurélio, que é transparente. Há algumas pessoas que não sabem o que é transparente. Mas o que é ser transparente? É o que se deixa atravessar pela luz, que deixa perceber o sentido culto, evidente e claro.

O que é um sujeito bem-intencionado? Segundo o Dicionário Aurélio, é o indivíduo munido de boas intenções.

O que é um sujeito mal-intencionado? Segundo o Dicionário Aurélio, é o indivíduo que tem más intenções ou má índole; propenso ao mal.

Em qual dessas definições, deputado Manoel Mota, melhor se enquadraria a personalidade do sr. Nei Silva, o convidado de honra, deputado Cezar Cim, das bancadas de Oposição para o encontro realizado nesta manhã, no plenarinho? Se v.exa., deputado Cezar Cim, pensou mal-intencionado, errou. Se v.exa. pensou transparente e bem-intencionado, acertou, porque foram as palavras utilizadas para definir o cidadão que por pouco não foi aqui carregado no colo e que foi muito elogiado pela sua postura na Assembleia Legislativa, a ponto de parlamentares desta Casa chamarem-no de transparente. Transparente! Será que um sujeito transparente anda gravando todo mundo? Será que um sujeito transparente anda gravando as conversas das pessoas? Será que um cidadão do bem, como foi tratado hoje aqui, tenta extorquir as pessoas? Será que o Dicionário Aurélio está errado ou alguns de nós aqui estão certos?

Deputado Valdir Cobalchini, coitado do Dicionário Aurélio se visse as definições e os conceitos dados a esse sujeito que esteve aqui. Um indivíduo que se apresenta como diretor da revista *Metrópole*. Exibiu cinco edições. Existiam 30 secretarias Regionais e exibiu cinco edições. Cadê as outras edições? Havia 30 secretarias Regionais, e ele só exibiu cinco edições! E mais: essas cinco edições ele mascara com a revista *Veja*.

E esse cidadão que esteve aqui hoje, nos seus cálculos, deputado Pedro Uczai, já incluiu até o futuro da inflação do governo Lula. Por que é impossível! Com juros e mais juros, que correção é essa que chega a R\$ 1.460 milhão? Não existe matemática, sou economista, que conta é essa? Será que nós não sabemos fazer contas? Pelo amor de Deus! Quem vai acreditar? Como é que pode uma pessoa dizer que não tinha má intenção, mas já pensava em fazer o esboço? Já estava gravando há mais de quatro anos? Mentiu!

Um cidadão que diz que iria apresentar provas, deputado Cezar Cim, apresentou cinco edições, deputado Ismael dos Santos, e uma nota de hotel. Qualquer pessoa pode ficar em um hotel. Qualquer pessoa. Fui secretário e não perdia nenhuma reunião do colegiado. As nossas reuniões do colegiado sempre foram abertas. A imprensa participou, porque não tínhamos nada a esconder do governador Luiz Henrique.

V.Exa foi secretário e participou das reuniões do colegiado, todas as reuniões eram abertas e qualquer um poderia participar, ouvir, o que nós discutíamos nas nossas reuniões do colegiado! Nunca houve censura para qualquer um que fosse.

Agora, ninguém iria proibir alguém de se hospedar num hotel! Só faltava isso! Agora o cara tem uma nota do hotel e diz que isso é prova. Deputada Odete de Jesus, nós vamos proibir as pessoas de ficarem em hotéis? Ninguém vai proibir, ninguém fecha hotel, o hotel não é nosso. Mas esse cidadão que veio aqui, que credibilidade tem? Um cidadão que veio aqui, deputado Ismael dos Santos, matou o filho de um deputado.

Houve inversão de valores. Está havendo uma verdadeira inversão de valores. Começou, deputado Nilson Gonçalves, o poste a fazer xixi no cachorro, porque isso aqui é inversão de valores. Os do mal viraram do bem e os do bem viraram os do mal. Virou uma inversão de valores. Inversão total de valores.

Mas vou contar um pouquinho da minha história. Fui procurado, e não lembro o ano, na secretaria Regional, depois de várias ligações, pela revista *Metrópole*, para participar de um projeto que mostrava a descentralização.

Depois de várias ligações, uma moça, que agora é Márgara, crespinha, loirinha, visitou a secretaria e eu ainda era secretário, dizendo que queria ações, deputada Odete de Jesus, da secretaria Regional para mostrar a descentralização. Eu, como nós, deputado Ismael dos Santos, somos pessoas do bem e sempre as pessoas do bem querem que todas as pessoas sejam do bem. As pessoas do bem não querem que as pessoas sejam do mal, todas, para nós, são do bem até que se prove o contrário.

Eu a recebi muito bem, porque é a maneira da serra, dos serranos a cordialidade, e a recebi muito bem. A nossa assessora a atendeu na época, passou informações e depois essa moça voltou a falar comigo. Disse ela: "Secretário, nós necessitamos de patrocínio". E eu disse: "Querida, patrocínio não é comigo". Eu lembro. "Patrocínio se for do governo, é com a secretaria de estado do governo, que é o patrocinador institucional do governo. Não é comigo, patrocínio".

Ela, então disse: "Não, o senhor indique, me arrume empresas para fazer a propaganda na revista, que nos ajudaria". Não vejo crime nenhum! Se fosse fazer, acho que não houve crime nenhum, não está mexendo com o dinheiro público, não houve crime algum. Mas eu disse para ela que eu não iria fazer isso, pois não me sentia a vontade, mas também não seria crime algum indicar alguém, porque não é crime indicar alguém para uma revista, e muitos já indicaram empresas para outras coisas. Ninguém é mocinho aqui nesta Casa! Ela puxou uma carta e disse: "Estou com a carta do secretário Armando, é uma carta de apresentação". Eu li a carta de apresentação, deputada Odete de Jesus e no mesmo instante eu liguei para o Armando e ele me atendeu. Eu disse: "Que coisa é essa que está chegando aqui? Eu não vou arrumar patrocínio". O Armando foi claro para mim: "Nós estamos apresentando a revista que vai fazer a reportagem, mas em momento algum se falou em patrocínio. Em momento algum se falou em patrocínio" Eu lembro muito bem que a mesma moça me falou: "A sua secretaria vai ficar de fora". Eu disse: "Pois bem, vai ficar de fora porque eu não vou fazer. Eu conheço várias empresas, mas não vou fazer".

Hoje foi perguntado para o cidadão transparente, bem intencionado que tem uma memória, como foi falado aqui pelo deputado Padre Pedro: "Incrível, esse cara tem memória melhor até do que eu, porque ele consegue lembrar coisas que nem eu sei". Esse cidadão que relatou coisas hoje aqui. Que credibilidade tem esse cidadão? Vou tentar ler:

(Passa a ler.)

"Ao referir-se a minha pessoa, disse que eu não aceitaria a proposta de patrocinar uma edição de sua revista nem que o governador me pedisse de joelhos".

Então, se nem que o governador me pedisse de joelhos, ele mesmo já afirmou que o governador não tinha pedido. Se eu falei isso! Que eu não falei isso. Mas ele mesmo já afirmou que o governador não teria pedido. Mas ele continua, vejamos bem a credibilidade do cidadão; vejamos a credibilidade de quem está escrevendo, a meu ver, um esboço de extorsão. Aí ele continua, continuou hoje, dizendo que eu estaria abalado devido à perda de um filho. Graças a Deus, porque quem protege a minha família é Deus e não um sujeito pilantra desses, a minha família está viva e eu nunca perdi um filho. Qual é a credibilidade desse sujeito que narrou com a sua memória muito boa, com a sua transparência sensacional, que eu tinha perdido um filho? Que crédito tem esse esboço se na Assembleia Legislativa, onde estão os

deputados, ele conseguiu mentir, inventar? Que imaginação essa figura tem, que já consegue até matar filho de deputado? É esse o sujeito que vamos aplaudir? É esse o sujeito que é recebido com honrarias por esta Casa? É esse o sujeito que tem a maior credibilidade no estado de Santa Catarina? É esse o sujeito que consegue mentir embaixo das barbas dos deputados dentro desta Casa? Será que esse cidadão achava que nós não subiríamos à tribuna e contaríamos a verdade da inversão, da mentira desse cidadão? A que ponto chegamos, dar credibilidade, para mim, para um pilantra, sim senhor!

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentar o eminente deputado que vem da região serrana trabalhar e buscar resultados para aquela região, porque foi para isso que o povo determinou a vinda de s.exa. para o Parlamento catarinense.

Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e dizer o seguinte: eu ouvi a oposição falando que ele gravou porque não confiava no governo. Como é que vai fazer um contrato com alguém em quem não confia? Ele tem um contrato? Não tem! Ele tem uma promissória, uma nota fiscal? O que é que ele tem? Nada! O que ele tem? Gravação com quem ele conversava. Isso é coisa de quem? De pilantra, de mau-caráter, de quem quer extorquir dinheiro, para depois fazer chantagem.

É como determinadas pessoas que filmam outra que está num lugar que não é adequado, grava para depois fazer chantagem e buscar dinheiro. É coisa de pilantra! É coisa de pilantra!

Aqui neste Parlamento eu recebi um dossiê de Tubarão, por isso que levantei, porque ontem o eminente deputado quis me associar a uma situação que não tenho nada a ver. Recebi um dossiê do desmanche de Tubarão, onde o deputado Joares Ponticelli comprou uma caminhonete muito barata. Claro que era roubada! Quer dizer, quando é barata demais tem que desconfiar, não se pode comprar uma coisa, um veículo tem que ter o seu valor se está barato...

E não foi só esse veículo, o delegado dois, porque o deputado Joares Ponticelli indicou; o vice de Tubarão, que era do seu partido, comprou outra; outras pessoas compraram, e todos indicados. Quer dizer, como é que está lá? Tudo lacrado, são mais de 100 carros. E eu cheguei e disse: olha, esse lugar não é para se discutir, existe a Polícia, a Justiça, lá é o lugar para se discutir, não é aqui. Então nós que somos responsáveis...

Depois todos souberam, houve uma morte aqui na Assembléia Legislativa, porque o chefe de gabinete do Vieirão, que era o coordenador da campanha de governo, comprou não sei quantos carros, tem muitos aí por pagar, e depois cometeu suicídio.

Veio outro dossiê, mas eu sou responsável, e digo: levem para a Justiça isso aqui, porque não é nada comigo. Nós precisamos ser responsáveis! Este Parlamento não pode estar ouvindo leviandades! Neste Parlamento a população espera que nós venhamos buscar resultados, que trabalhemos com responsabilidade e não ouvir pessoas que vêm mapeadas para dizer algumas coisas para satisfazer, para arrumar discurso e tentar denegrir o nome do governo. Um governo honrado, que vem construindo com muita qualidade o estado de Santa Catarina.

Por isso quero cumprimentá-lo e parabenizar pelo seu pronunciamento. Quem tem razão anda de cabeça erguida, e é isso que está fazendo o governo do estado, e nós, como homens ligados ao governo estamos defendendo o bem-estar do povo de Santa Catarina.

Muito obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Eu agradeço, deputado Manoel Mota.

Deputado Valdir Cobalchini, depois irei falar novamente e lhe concederei o aparte.

Só queria aqui chamar a atenção, porque esse mesmo sujeito levantou falsas assinaturas do delegado Renato Hengdes, o Renatão. Quantos anos de Polícia tem o Renatão? É o orgulho da Polícia Civil.

E para os deputados guardarem bem: "transparente - que se deixa atravessar pela luz, que deixa perceber o sentido oculto, evidente, claro.

Bem-intencionado - o indivíduo munido de boas intenções;

Mal-intencionado - diz-se daquele que tem más intenções ou má índole, propenso ao mal". E esse cidadão é propenso ao mal...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Elizeu Mattos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Jean Kuhlmann por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sra. presidente e srs. parlamentares, quero aqui, nesta tarde, ocupar a tribuna, não para falar da história que vem sendo falada por muitos e muitos deputados. Penso que o povo catarinense, de certa forma fica cansado de tanto ouvir as mesmas histórias, e eu quero tentar trazer aqui alguma coisa positiva para a comunidade catarinense, em especial para toda a comunidade do vale do Itajaí.

Primeiro quero aqui, de uma forma muito carinhosa, parabenizar e ao mesmo tempo agradecer, deputada Ana Paula Lima, ao deputado Jailson Lima, mesmo que ele não esteja aqui, esteja representando esta Casa na China e também aos deputados Cézar Cim, do PDT, Ivan Naatz; Jandir Bellini; nosso amigo Carlão, Carlos Hoegen; Ismael dos Santos; e Adherbal Deba Cabral, o nosso querido Deba e também ao deputado Peninha, que são os deputados que representam o vale do Itajaí nesta Casa.

Quero dizer da minha alegria e da minha satisfação, pois tivemos hoje um almoço, uma pequena reunião, um encontro desses parlamentares que representam o vale do Itajaí, para iniciarmos uma discussão das principais prioridades da nossa região, daquilo que mais aflige a comunidade, e de que forma os deputados, independentemente de partido político, poderão trabalhar em conjunto. Isso nós começamos hoje. Eu queria agradecer a esses deputados por estarem unidos, trabalhando em prol da comunidade.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Jean Kuhlmann, quero parabenizá-lo pela iniciativa, primeiro por arejar o Parlamento com essas novas idéias, e também pela proposta de uma espécie de fórum parlamentar desta macrorregião, que envolve pelo menos um milhão de pessoas. Eu costumo dizer, reprimir que só porque não é possível fazer tudo, não justifica o não fazer nada.

Parabéns pela iniciativa.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Poucas palavras, mas objetivo, deputado Ismael dos Santos!

Realmente, se não é possível fazer tudo, não justifica não fazer nada. Nós temos que trabalhar em conjunto.

E é através da união dos parlamentares, volto a falar e quero frisar aqui nesta Casa, srs. deputados, que a bancada, os deputados do vale se reuniram independente de partido político. Em nenhum momento foi tocado no assunto partidário, e nós começamos a discutir questões importantes. Vários e vários deputados puderam colocar questões como duplicação da BR-470, a segurança e a saúde.

Foi bem colocado pela deputada Ana Paula Lima a situação dos presídios de todo vale do Itajaí, e outros assuntos, como a questão dos enchentes, que atingem toda região. Vejam aí quanto é importante a unidade desses parlamentares.

O Sr. Deputado Ivan Naatz - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Ivan Naatz - Deputado Jean Kuhlmann, eu gostaria de também elogiar v.exa. pela iniciativa.

Efetivamente o vale do Itajaí consegue, depois de muitos anos, formar uma bancada expressiva aqui na Assembléia, e é hora de nos unirmos em prol da nossa comunidade, em prol das nossas coisas do nosso vale do Itajaí.

Parabéns pela iniciativa, conte com a bancada do Partido Verde e conte com o apoio deste deputado no que for possível, para que possamos construir mais no nosso querido vale do Itajaí.

Parabéns deputado, pela brilhante iniciativa.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Quero agradecer também, deputado Ivan Naatz e parabenizar a sua participação de forma muito construtiva no debate.

Nós estivemos hoje discutindo essa questão e eu fico feliz, porque naquele encontro nós tivemos vários partidos unidos. A comunidade pode até estranhar o PT sentando na mesa para discutir com o PDT, com o PV, com o PP, com o Democratas, com o PMDB, nobre deputado Antônio Aguiar, porque é algo estranho. Muitas vezes a comunidade não consegue entender, ou talvez até estranhe por que mais políticos não fazem isso.

E eu quero realmente dizer da minha alegria, da minha satisfação em ver esses partidos discutindo não uma questão política de um partido, não discutindo para si uma bandeira da comunidade do vale do Itajaí, mas discutindo problemas que atingem a comunidade, mostrando que nós temos partido político, temos ideologias diferentes, mas na hora de resolver o problema na comunidade, nós temos a obrigação de nos unir em prol da população.

O Sr. Deputado Carlos Hoegen - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Carlos Hoegen - A minha participação, deputado Jean Kuhlmann, é para enaltecer a sua iniciativa e dizer que me junto a ela com os demais parlamentares do vale, e mesmo depois, quando deixar esta Casa em função da suplência que ocupo, me coloco à sua disposição como cidadão daquela região para poder contribuir com a nossa gente, com o nosso povo, e fazer, efetivamente, aquilo que é obra importante e transformadora naquela área.

O Sr. Deputado César Cim - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Deputado César Cim, é um prazer tê-lo aqui conosco.

O Sr. Deputado César Cim - Deputado Jean Kuhlmann, primeiramente quero pedir vênua para fazer minhas as palavras dos companheiros que me antecederam, e dizer que para nós, que estamos aqui de maneira efêmera, é uma honra muito grande ter sido chamado para uma reunião com tamanho alcance, porque assim respeitamos o histórico. Se uma reunião dessas tivesse sido convocada por alguém que está na condição de suplente talvez não houvesse a representatividade e a legitimidade que teve pelo chamado de v.exa., também com a participação da deputada Ana Paula Lima.

Que Deus possa abençoar a nossa região e que ela possa, em primeiro lugar, ter tantos representantes quanto merece, efetivados, e que depois ele possa também nos abençoar para que possamos defendê-los da forma como a nossa região merece ser defendida. E quero deixar claro que nós não vamos pedir nada além daquilo que merecemos. E se for dado aquilo que nós merecemos, comparado com aquilo que nós produzimos e com a maneira que nós participamos na arrecadação de tributos, com certeza, essa reunião terá grandes frutos.

Obrigado pela oportunidade!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

Quero parabenizar e agradecer a todos, inclusive aos deputados titulares, deputada Ana Paula Lima, que permitiram esse encontro mensal que nós, os suplentes, faremos a partir de agora, independentemente estarmos no exercício do mandato ou não, mas que possamos, em conjunto, continuar discutindo os problemas da comunidade, que é o que importa.

O deputado foi eleito não para defender aqui na tribuna o seu partido político, mas para defender a comunidade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a eminente deputada Ana Paula Lima, por até oito minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, deputado Antônio Aguiar que preside esta sessão ordinária, srs. parlamentares, público que nos acompanha através da TVAL e da Rádio AleSC Digital e também quem nos dá a honra de nos acompanhar aqui pessoalmente, nas galerias da nossa Assembléia Legislativa, esta Casa do Povo onde os deputados e deputadas têm a missão de fazer as leis para melhorar a qualidade de vida do povo catarinense.

Sr. presidente e srs. deputados, aqui está havendo uma guerra e quem está levando vantagem, deputado Ivan Naatz, acho que é o Ivonei Silva, que está construindo um *best-seller*, sendo mencionado a todo instante aqui na tribuna desta Casa para daqui a pouco, se ele for inteligente, vender esse livro para todos os cidadãos catarinenses, porque está despertando a curiosidade de todos, que é uma coisa muito instigante em homens e mulheres. Acho que muitos parlamentares aqui estão dando essa oportunidade para que o Ivonei Silva comece a produzir um livro que vai ser um *best-seller*, com certeza. Mas, srs. parlamentares, sempre peça a Deus todos os dias, deputado Pedro Uczi, que me dê paciência para ouvir tanta coisa ruim e que não me dê força, deputado Joares Ponticelli, porque se ele me der força vai ficar difícil conviver com certos tipos de pessoas. Vamos falar agora de coisas boas!

Eu tive o prazer de participar no último dia 3 de julho, quinta-feira passada, de um evento histórico no estado de Santa Catarina, que teve uma solenidade, na qual, pela primeira vez na história da Polícia Rodoviária estadual, uma mulher assumiu o seu comando. Fiquei feliz porque recebi o convite da major Fátima, a primeira policial feminina que foi homenageada nesta solenidade do dia 3 de julho, mas, principalmente, porque a sargento Cristina Moreira assumiu, deputado Sargento Amauri Soares, o comando do 2º grupo de PM Rodoviário no município de Gaspar, que foi o pioneiro em trazer para as cidades do interior esse tipo de comando, que é o da Polícia Rodoviária Estadual.

Ficamos emocionados, principalmente quando foi repassado o comando através do subtenente Romildo Amauri Lopes. Todos choraram, os homens e as mulheres, devido à sensibilidade, à forma como foi conduzido o Posto Policial n. 2 e também porque, pela primeira vez no estado de Santa Catarina, uma mulher assumiu um posto de comando, pela sua competência, pela sua capacidade e pelo modo como vem atuando na Polícia Militar de Santa Catarina.

Parabéns! É mais uma vez a mulher também assumindo cargos dessa natureza.

Srs. parlamentares, gostaria de falar sobre um assunto que muitos vieram discutir aqui da tribuna, tanto em nível estadual quanto em nível nacional, no Congresso Nacional, sobre esse problema que vem afetando não só o povo brasileiro, mas todo o mundo, que é a inflação.

Hoje, vejo lideranças políticas que antigamente nunca se manifestavam sobre esse assunto, deputado Ivan Naatz, sobre quando nós comprávamos uma coisa por um preço e no outro dia estava 100% mais cara, quando nós pagávamos uma prestação de um valor e daqui a pouco já era outro, nunca ouvi nenhuma liderança em governos anteriores falar sobre esse tema e hoje parece que virou palco para muitos.

Srs. deputados, eu até fico feliz de saber que esse tipo de parlamentar ou de liderança política se preocupa um pouco com o pobre, porque antes isso não acontecia! O pobre antes não comia! Sabe por que está acontecendo o problema da inflação? É bom que o povo catarinense e o povo brasileiro saibam que é porque o Brasil é um país emergente, deputado Pedro Uczi, assim como a China e como a Índia. Nesses países agora é que a população está comendo, agora o povo tem o pão, a verdura, a fruta, o iogurte na mesa, pois os países emergentes estão se rebelando, porque não ficaram debaixo das asas dos Estados Unidos, porque o preço do litro do petróleo aumentou. É por isso que está acontecendo a inflação.

O Sr. Deputado Pedro Uczi - V.Exa. me concede um aparte?

O SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczi - Deputada Ana Paula Lima, quero, neste aparte, fazer duas observações. Uma é com relação ao depoimento do Ivonei Silva e esclarecer a fala do deputado Elizeu Mattos.

O delegado Renato elogiou a iniciativa desse evento na Assembléia Legislativa, inclusive participou do evento todo. A Márgara virá na próxima semana, quem sabe a convite da Oposição, para esclarecer todos os grandes questionamentos que o deputado Elizeu Mattos está fazendo aqui. E quando o deputado Pedro Baldissera disse que a fala do Ivonei era serena e tranquila - e todos nós testemunhamos isso -, o deputado Carlos Hoegen não estava presente naquele momento, portanto, não pode desqualificar os nossos pronunciamentos aqui ou tem tanta intimidade com o Ivonei que lhe permite dizer que não era sereno.

Então, é preciso cuidar para não desqualificar o discurso dos colegas. Podemos ter divergências, ter diferentes posições, mas desqualificar as posições dos colegas não é bom para este Parlamento.

Por último, quando o deputado Elizeu Mattos disse que conhecia várias empresas, mas não ia fazer o que a revista *Metrópole* estava pedindo, ele confessa aqui que outros secretários Regionais fizeram, se ele não fez, outros fizeram. Portanto, ele confessa que essa engenharia foi montada no estado de Santa Catarina. E ele nos fez mais uma revelação, ele não fez, mas outros fizeram. Então, isso tem que ser esclarecido e o Parlamento tem que continuar aberto para esclarecimentos.

Em relação ao governo Lula, deputada Ana Paula Lima, que alegria ouvir v.exa. dizer que o povo brasileiro está comendo mais! Por isso o governo Lula precisa investir mais em tratores, como está investindo em 60 mil novos tratores para a agricultura familiar, R\$ 13 bilhões a mais para a agricultura familiar para produzir mais arroz, feijão e carne para o povo brasileiro comer. E este período de inflação será temporário. A Oposição, o PSDB e o PFL em nível nacional, terá muito pouco tempo. Aproveitem para fazer oposição, porque logo terminará a inflação e voltará o crescimento com o consumo do povo brasileiro.

Parabéns, deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, deputado Pedro Uczi.

Srs. deputados, o pior cego é aquele que não quer ver. Não quer ver, por exemplo, o que vi ontem assistindo o jornal em nível nacional, que as indústrias metalúrgicas estão fazendo terceiro turno, estão fabricando mais caminhões, mais tratores e mais carros. Nunca se viu terceiro turno na indústria metalúrgica na história deste país, minha gente.

Como estão fabricando mais, estão dando mais empregos, portanto, o pessoal está comendo. Agora, nós estamos numa guerra, sim, numa guerra onde o Brasil antes não era reconhecido internacionalmente, onde o presidente Lula está sendo homenageado não só pela Bovespa, mas por todos os países, principalmente, srs. deputados e sra. deputada, o Brasil hoje tem crédito e está sendo reconhecido.

Estamos preocupados com o problema inflação, srs. parlamentares? Estamos, sim, mas podem ter certeza de que esse operário presidente, que é exemplo para todos os brasileiros, vai dar jeito, sim. Então, os pessimistas, sr. presidente, botem as barbas de molho, porque o Brasil é maravilhoso.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP, Partido Progressista.

Fará uso da palavra o deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

Logo em seguida o horário é destinado ao PDT.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estamos vivenciando um momento difícil para o estado de Santa Catarina por se tratar de um episódio que nenhum de nós gostaria de estar aqui debatendo, mas nos sentimos na obrigação e no dever de fazer com que esse episódio se torne transparente o quanto antes para o bem do próprio governo e da sociedade catarinense.

Deputado Joares Ponticelli, quantas vezes me manifestei nesta tribuna e continuo afirmando que este modelo de descentralização não é o melhor para o estado de Santa Catarina! E não é melhor por quê? Porque, no meu entendimento, deputado Antônio Aguiar, foi o modelo que privilegiou a engenharia político-partidária. Foi o único governo do estado de Santa Catarina que criou 36 secretarias Regionais, enquanto outros governos diminuíram as secretarias; enquanto todas as empresas no setor privado vêm reduzindo a sua estrutura hierárquica de gerenciamento para ter um menor custo operacional, o nosso governo faz o contrário, aumenta a estrutura hierárquica gerando uma despesa operacional direta e indireta de nada menos que R\$ 150 milhões por ano.

É por isso que o nosso estado vem batendo recordes de aumento de receitas. E poderia estar arrecadando mais, mas vem batendo o recorde. O que nós vemos lá na ponta? É a aclamação, a reclamação, a reivindicação por mais serviço público na saúde, por serviço de qualidade na educação, pela falta de saneamento básico, de esgotos sanitários neste estado, porque quando nós falamos em questão ambiental, falamos na Mata Atlântica, nos campos de altitude, na situação costeira, mas nós não podemos esquecer que o esgoto que está na área urbana está comprometendo o nosso meio ambiente e está comprometendo a saúde. E não existe dinheiro para isso!

Ao mesmo tempo, como disse e repito, as secretarias Regionais consomem R\$ 150 milhões por ano, mas não para investimentos, porque os investimentos que saem para o sistema viário e para outras áreas saem do Tesouro do estado e não do orçamento das Regionais, porque não tem orçamento previsto para investimento. E aliado a isso, quando o governo investe, o faz através dos fundos.

E, lamentavelmente, esse episódio da revista *Metrópole*, que culminou com o livro *A Descentralização no Banco dos Réus*, tem a ver, sim, com esse modelo de descentralização, porque foi lá nas Regionais, a pedido de ex-secretário de governo, com envolvimento de secretário atual de governo, isso dito pelo próprio secretário, que afirma que teve conversas telefônicas e depois pessoais, o que foi reafirmado hoje pelo próprio empresário Nei Silva.

Nós não estamos aqui para desqualificar nem pessoas do governo e nem o próprio empresário. Nós estamos aqui no dever de esclarecer, de tornar essa situação transparente, porque não há esse interesse por parte do governo, prova disso foi o requerimento não aprovado aqui nesta Casa no dia de ontem. E isso me chamou muita atenção, porque quantas e quantas vezes, quando fui prefeito, meus secretários foram convidados para comparecer à Câmara de Vereadores para se manifestar, para elucidar e para transformar as dúvidas em transparências.

Ninguém aqui estava acusando ninguém e nem estamos acusando, mas, sim, estamos pedindo esclarecimentos, porque se não houver esta boa vontade, a suspeita cada dia será maior, não só dos parlamentares da Oposição, mas da sociedade catarinense.

Srs. deputados, no dia de hoje nós não tivemos um julgamento, volto a repetir, mas como não tivemos alternativa, depois de rejeitado aqui o requerimento, para ouvir o integrante do governo, o secretário Ivo Carminati, ouvimos a manifestação do empresário Nei Silva. E, repito, em momento algum ele faltou com respeito aos parlamentares ou quem quer que seja. E nós também não fizemos mais do que indagações para elucidar ou ter o máximo de informações possíveis, porque é isso que pretendemos.

Gostaria de perguntar aos nobres deputados, por que não fazer uma CPI. É uma oportunidade para esclarecer, ao invés de ficarmos aqui desqualificando pessoas, vamos esclarecer os fatos. Eu penso que nós temos a grande oportunidade, através da CPI, de fazer com que este caso seja esclarecido, porque senão, mais uma vez, vai acontecer como o caso do Aldo Hey Neto com os R\$ 2 milhões, que até hoje ninguém esclareceu.

Nós temos aquele episódio da saúde, já do primeiro mandato do governador, das compras sem licitação, que até hoje não foram esclarecidas. E temos também o episódio da Epagri, dos funcionários fantasmas, que ninguém deu satisfação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado César Cim, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, inicialmente, queremos agradecer a v.exa. a gentileza. Estão aqui dizendo que v.exa. foi extremamente solidário comigo, e realmente o foi, mas isso faz parte da sua característica. Eu queria agradecer ao meu irmão deputado Sargento Amauri Soares pela oportunidade que me está dando para falar em nome do partido, se bem que não vou falar de assuntos do partido.

Eu registrei a fala de v.exa. na sessão anterior sobre o falecimento do então saudoso cabo Antônio Paz Junior e também sobre o episódio do falecimento da sua irmã que aconteceu recentemente. Aquilo me emocionou porque passei por uma situação parecida há pouco tempo, e só o dono da dor sabe, deputado Sargento Amauri Soares, o tamanho dela. Ninguém mais sabe, nem o poeta que define tantas coisas, com muita capacidade, conseguiu até hoje definir a dor de alguém que perde um ente querido.

Por outro lado, a grande certeza da vida é a morte. E só se morre porque se vive. Não que isso sirva de consolo para quem perde um ente querido, mas temos duas grandes igualdades na vida, que são inquestionáveis: uma é a do voto, em que o pequeno se iguala ao grande, e a outra é a da morte, em que o grande se iguala ao pequeno. São as duas coisas democráticas que a vida reserva a todos nós.

Eu queria voltar ao assunto, sr. presidente, que tratei hoje pela manhã, ao registrar aquele fato que tanto me empolga, que é a decisão do Judiciário condenar alguns bancos a pagar indenização aos clientes que permanecem nas filas por tempo superior ao especificado na lei. Eu cometi uma grande injustiça com o *Jornal de Santa Catarina*, porque li aqui dois trechos desse jornal e não fiz referência a ele. Então, aqueles trechos que eu li, pela manhã, intitulados *Vitória da Cidadania*, foram da lavra do jornalista do *Jornal de Santa Catarina*, de 5 de julho, como também o que homenageia o nosso saudoso Horácio Braun, de 2004.

Gostaria somente de, mais uma vez, chamar a atenção dos catarinenses, porque o que aconteceu em Blumenau pode acontecer em todos os municípios. Se há Procon, vamos buscar os prefeitos para que eles autorizem ou peçam autorização legislativa para criar os Procons. E essa questão das filas dos bancos, que é uma vitória do consumidor, que é uma vitória da cidadania, pode alcançar todo o estado, desde que o consumidor faça a sua parte, tenha provas de que ficou por tempo exagerado na fila. E se não houver Procon, que busque o promotor de Justiça, busque o Juizado Especial de Pequenas Causas.

Quando eu falei, de manhã, que o Procon ajudou as ações, os meus colegas advogados ficaram preocupados: "Não, o Procon acompanhou." Deputado Ivan Naatz, acompanhou porque o Juizado Especial de Pequenas Causas atende pessoas com até 40 salários mínimos e com até 20 salários não precisa de advogado. Então, o Procon simplesmente redigiu as petições e as pessoas assinaram. Isso pode ser feito em qualquer município.

Assim sendo, fica aqui o registro, mais uma vez, dessa demonstração de cidadania que foi dada pelos blumenauenses e também os cumprimentos e elogios ao Poder Judiciário.

Como eu disse, pela manhã, sras. deputadas e srs. deputados, em apenas oito meses o Juizado Especial de Pequenas Causas de Blumenau, comandado pelo juiz Vitoraldo Bridi, realizou as audiências que se fizeram necessárias e julgou as ações condenando os poderosos a indenizar os humildes que ficam nas filas dos bancos, sendo humilhados, desrespeitados por um segmento, que é o que mais acumula riquezas, e isso nós temos que respeitar, porque vivemos num país capitalista. Agora, respeitem aqueles que se consideram, que se caracterizam como a galinha dos ovos de ouro dessa clientela toda injustiçada.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede uma parte?

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Concedo, mas por 30 segundos.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Não vou nem usar os 30 segundos, deputado.

Quero aqui apenas, como parlamentar e seu companheiro nesta Casa, reconhecer e parabenizá-lo, porque se isso tudo aconteceu hoje foi porque v.exa. acreditou e começou isso na diretoria do Procon.

Meus parabéns! Com certeza uma grande parte dessa vitória deve-se ao trabalho de v.exa.

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Muito obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Ivan Naatz - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Pois não!

O Sr. Deputado Ivan Naatz - Como advogado militante na comarca de Blumenau, parabênize v. exa. porque conheço, porque acompanhei a sua luta durante anos para que um ato como esse acontecesse.

V. Exa. é o grande responsável por esta decisão.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0038/2008, de autoria do deputado Herneus de Nadal, que concede ao município de São João do Oeste o título de Capital Catarinense da Língua Alemã.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0114/2008, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que denomina Henrique Isensee o Ginásio de Esportes anexo à EEB Arnaldo Agenor Zimmermann, do município de Gaspar.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0262/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que dispõe sobre a criação de programas de capacitação de pessoal pela secretaria de estado da Educação, voltados aos deficientes visuais, no âmbito do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0546/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus, que institui o programa de atendimento a crianças e adolescentes - "Sim à vida, não às drogas" e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Saúde e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Primeiramente, sr. presidente, quero dar parabéns à deputada Odete de Jesus por ter tido a clareza de propor esse programa de atendimento a crianças e adolescentes. E faço aqui um pedido para todos os deputados, como aconteceu na primeira votação, para que aprovelem esse projeto!

Quero também aproveitar a oportunidade, sr. presidente, como a deputada Odete de Jesus está sempre preocupada com as causas das drogas lícitas e ilícitas, para convidar todos os parlamentares e o público catarinense para participarem amanhã, nesta Casa, das 14h às 18h, de uma audiência pública no auditório Antonieta de Barros, que vai tratar sobre esse assunto das drogas, ou seja, sobre o tema Drogas de Verdade.

Nós verificamos, sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, que as nossas crianças, infelizmente, já numa idade tenra, e também os nossos adolescentes, estão consumindo cada vez mais drogas, tanto lícitas como ilícitas, deputada Odete de Jesus. E essa é também uma preocupação nossa como parlamentar e representante do povo de Santa Catarina.

Verificamos, de igual forma, através de um dado estatístico, srs. parlamentares, que agora é grande o número de pessoas, na faixa etária de 12 a 60 anos, que está consumindo drogas. Mas a nossa preocupação, sra. parlamentar e srs. parlamentares, é com a nossas crianças e com os nossos adolescentes.

Se pudermos constituir esse programa, e eu espero que o governo do estado possa aprovar, como já foi aprovado nesta Casa, nós poderemos, sim, dar a nossa contribuição, sr. presidente, para a prevenção e dar mais qualidade de vida às nossas crianças e aos nossos adolescentes. Mas temos que começar já na família, dentro de casa, e também nas nossas escolas, tanto da rede estadual, municipal quanto da rede privada.

Por isso é importante amanhã participarmos dessa reunião que vai tratar do tema Drogas de Verdade, que acontece a partir das 14h, nesta Casa.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra a deputada Odete de Jesus, autora do projeto.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, sr. presidente. Eu quero agradecer pela defesa da deputada Ana Paula Lima, brilhante parlamentar, sempre votando sem olhar sigla partidária, defendendo projetos dos colegas em prol da família catarinense.

Eu já tinha feito, hoje, na tribuna, no horário do Partido Republicano Brasileiro, uma breve colocação deste projeto, que já passou ontem em primeiro turno, que hoje tenho certeza, presidente deputado Clésio Salvaro, de que passará em redação final e que provavelmente será também sancionado, porque ele é de suma importância.

As nossas crianças muitas vezes são induzidas nas portas das escolas por pessoas mal-intencionadas que as levam a usar a droga, crianças inocentes, como já salientei, filhas de famílias boníssimas, bem conceituadas e intencionadas, que muitas vezes são injustiçadas porque seus próprios filhos são vítimas dessas pessoas.

Então, esse programa o qual já salientei institui o programa de atendimento a crianças e adolescentes - "Sim à vida, não às drogas". Sim à vida, porque as nossas crianças têm um futuro pela frente, e não às drogas, porque nós temos que excluir essa prática maléfica que destrói as nossas crianças e às vezes também as suas famílias. Porque as famílias, quando são vítimas dessa prática através dos filhos, se desestruturam. É uma tristeza, pois é terrível a recuperação do adolescente depois.

Então eu peço para que todos os colegas parlamentares deem esse voto favorável a este projeto.

Também quero convidar e reforçar o convite da deputada Ana Paula Lima a todos os srs. deputados, para que participem da audiência pública que será realizada amanhã nesta Casa, através da comissão de Saúde, a qual estou presidindo temporariamente, porque o tema que será tratado é muito importante para salvar a família catarinense.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda em discussão o Projeto de Lei n. 0546/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Quero aproveitar este momento para me somar a este projeto. Nós entendemos que há pelo menos três frentes de combate às drogas: a reabilitação, a prevenção e a apreensão.

Sem dúvida alguma, o projeto da deputada Odete de Jesus vem casar muito bem na perspectiva da prevenção. Nós, que trabalhamos nessa área há mais de dez anos, em um centro de recuperação para viciados em drogas, queremos parabenizar a referida deputada, e por isso estaremos votando "sim" ao projeto.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0074/2008, de origem governamental, que altera dispositivo da Lei n. 13.553, de 2005, que institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0274/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus, que determina a afixação de informação sobre aumento de tarifa nos veículos de transporte coletivo intermunicipal, nos terminais rodoviários que operam no estado de Santa Catarina, nos estabelecimentos e postos de venda de passagens.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Transportes e Desenvolvimento Urbano e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, demais colegas parlamentares, nós trabalhamos em cima desse projeto e todos os projetos que nós apresentamos estão de acordo com a demanda da população. Houve solicitações e em momentos passados já tivemos problemas aqui sobre o aumento das tarifas e a população não sabia. Alunos e mulheres apanharam na rua. Foi um caos aqui em Florianópolis.

E o problema se instalou, sr. presidente, pois a cidade simplesmente parou nesses dias. As pessoas não são respeitadas nos seus devidos direitos. As pessoas precisam trabalhar e para isso necessitam usar o coletivo e não puderam porque houve paralisação. Instalou-se, assim, um verdadeiro inferno aqui na nossa bela cidade.

Então, é importante que seja afixada a informação sobre o aumento das passagens, das tarifas nos transportes coletivos intermunicipais e nos terminais rodoviários que operam no estado de Santa Catarina, para que a pessoa saiba que houve aumento da passagem e não volte a acontecer o que ocorreu, para que sejam sanados esses problemas.

Eu gostaria de contar com o voto de todos os colegas parlamentares.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado José Natal - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Srs. deputados, quero congratular-me com a deputada Odete de Jesus. O projeto tramitou nesta Casa e foram baixadas diligências para informações através das empresas que no estado mexem com a tarifa no transporte intermunicipal.

Fui relator do projeto de lei, porque a partir da aprovação desta Casa, após a sanção do sr. governador, a população de Santa Catarina terá efetivamente um conhecimento antecipado de sete dias de que a passagem terá um novo preço. E é realmente um projeto de utilidade para a sociedade de Santa Catarina, que se previne na questão financeira, pois muitas vezes são pegadas desprevenidas.

E quero aqui fazer um enaltecimento e uma propaganda, até porque é do meu município o Transporte Coletivo Estrela, da cidade de São José, que implantou o serviço de cartão de débito para a passagem do transporte coletivo. Eu achei extremamente interessante, porque às vezes o cidadão é pego desprevenido, mas poderá passar o cartão de débito para pagar a sua passagem.

Parabéns ao Transporte Coletivo Estrela e que as outras empresas tenham essa mesma visão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0010/2008, de origem governamental, que altera dispositivos da Lei Complementar n. 3881/2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e estruturação organizacional da Administração Pública Estadual.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o sr. deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, é lei complementar e nós estamos com o quórum um tanto reduzido. Indago a v. exa. se há possibilidade de retirarmos o referido projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Consulto os srs. líderes se estão de acordo com o pedido do deputado Herneus de Nadal.

(Os srs. líderes aquiescem.)

Está retirado da pauta da Ordem do Dia o Projeto de Lei Complementar.

Indicação de autoria do sr. deputado Joares Ponticelli, a ser enviada ao governo do estado, ao secretário da Educação e ao secretário do Desenvolvimento Regional de Chapecó, solicitando suprir a Escola de Educação Básica Artur da Costa e Silva, no município de Coronel Freitas, com mesas, armários e parque infantil.

Em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peça a palavra, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, eu recebi este ofício e vou ler o expediente. Os deputados Silvio Dreveck e Pedro Uczai que devem conhecer a realidade sabem que é mais uma prova de quanto a descentralização funciona.

(Passa a ler.)

"Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Educação,
Ciência e Tecnologia
Secretaria de Estado do
Desenvolvimento Regional
Gered - Gerência Regional de
Educação - Chapecó,
EE Básica Arthur da Costa e Silva
Ofício nº 14/2008
Coronel Freitas (SC), 26 de junho de
2008.

A Escola de Educação Básica Artur da Costa e Silva, de Linha Roncador - Coronel Freitas - S/C, inscrita no CNPJ 75.434.241/0001-48, tendo em vista a necessidade de armários para as salas, mesas para os professores em sala de aula, parque para as crianças de educação infantil, vem através deste, solicitar a doação destes materiais para os alunos desta instituição, já que esta UE não possui.

Nossa Unidade Educativa dirige-se cordialmente a vossa senhoria uma atenção especial em enviar-nos materiais desta espécie para suprir a falta dos mesmos e servir aos nossos 87 alunos. A escola localiza-se a 25 km da sede do município nos períodos matutino e vespertino para alunos de 04 comunidades de meio rural, já que a maioria das crianças é carente, e que só tem acesso a materiais dessa espécie na escola.

Estas são crianças filhas (os) de agricultores que lutam ardentemente por condições melhores e que valorizam muito tudo o que a escola oferece.

Sabemos da atenção que tens em relação às questões educacionais, temos certeza que nosso pedido receberá grande atenção e auxílio.

Ficamos ao aguardo de uma resposta favorável.

Desde já reiteramos protestos de consideração e apreço".[sic]

Assina a diretora da escola.

Sr. presidente, estou encaminhando o expediente ao governador do estado, ele tem que saber disso, das condições precárias da escola, ao secretário da Educação também e ao secretário Regional de Chapecó, porque afinal de contas a descentralização veio para isso, para cuidar das escolas.

Quando uma diretora tem que recorrer a um deputado para pedir materiais básicos, é sinal de que a descentralização só funciona na ótica do livro do Nei Silva. Por isso faço a presente indicação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Sr. deputado, esta Presidência comunica que encaminhará esta sua indicação ao destinatário, conforme determina o Regimento Interno.

Ainda serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s 0262/2008, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0263/2008, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0264/2008, de autoria do deputado Reno Caramori; 0265/2008, de autoria do deputado Nilson Gonçalves e 0266/2008, de autoria do deputado Moacir Sopelsa, conforme determina o art. 206, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do deputado Carlos Chiodini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da indústria Malwee, cumprimentando-o pelos 40 anos de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao médico, Robinson Poffo, cumprimentando-o pela criação de uma nova técnica de cirurgia cardiovascular por meio de vídeo.

A Presidência defere de pleno.

Requerimento de autoria do deputado Carlos Chiodini, que solicita o envio de mensagem telegráfica à direção da Brasil Telecom, solicitando a instalação de um telefone público na comunidade de Cotovelo, no município de Jacinto Machado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Carlos Chiodini, que solicita o envio de mensagem telegráfica à direção da Brasil Telecom pedindo a instalação e expansão da rede de serviços de *internet* na localidade do bairro Guarda da Margem Esquerda no município de Tubarão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Mocção de autoria do deputado Moacir Sopelsa a ser enviada ao presidente da República e ao ministro da Agricultura solicitando a implantação de medidas fiscalizatórias visando à redução dos custos de importação das matérias-primas para a produção de insumos em nível de produção interna.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Ivan Naatz e outros, a ser enviado ao excelentíssimo sr. governador do estado em exercício, solicitando informações sobre a fundamentação legal e a justificativa no despacho exarado pelo secretário da Administração que arquivou o pedido do PP para que o governo investigasse, através de comissão de Ética, a relação entre o secretário de Articulação e Coordenação e o empresário Ivonei Silva, da revista *Metrópole*.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Herneus de Nadal, líder do governo.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, nós encaminhamos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) -

O srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da matéria da Ordem do Dia.

Passaremos ao horário de Explicação Pessoal.

De acordo com o Regimento Interno desta Casa, o deputado Nilson Gonçalves, através do art. 100 deste Regimento, tem prioridade em relação aos demais inscritos para usar a tribuna nesta sessão.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, já fazia um bom tempo que eu não utilizava esta tribuna.

Tenho acompanhado os pronunciamentos nesta Casa, e confesso a v.exa. que a cada dia que passa me preocupo mais.

O festival de denúncias que cada um dos senhores, que faz parte da Oposição desta Casa, coloca desta tribuna, e o silêncio e até às vezes o constrangimento da Situação em rebater essas denúncias tem sido quase que uma coisa corriqueira.

O problema é que essas denúncias exacerbadas e levadas de forma até excitadas, neste microfone, estão descambiando para problemas de ordem pessoal. Nós estamos vendo neste Parlamento o nível das discussões descambiando, e levando esta Casa ao descrédito perante a opinião pública. Eu me refiro ao assunto do momento, palpitante, e que com tanta excitação a oposição trata, nesta tribuna, que é o livro *A Descentralização no Banco dos Réus*.

Tive, durante alguns meses, uma experiência com um funcionário, que de maneira premeditada, sem que eu soubesse, passou a gravar as minhas conversas com ele, gravou algumas das suas atuações no meu programa de televisão, e uma série de trabalhos que executava junto a minha equipe de trabalho da Tribuna do Povo, em Joinville. Pedia para me substituir. Quando eu me ausentava para Florianópolis pedia para apresentar o programa, é um profissional de nível.

Pedia para apresentar e eu dizia que ele não era apresentador e sim repórter, mas ele dizia que gostaria, e pedia para dar uma chance, eu deixava e ele gravava. Ele saía a fazer reportagem e pedia para o motorista deixá-lo dirigir um pouco, dizia que gostava de dirigir. Dirigia e pedia para o companheiro, para o motorista tirar uma foto dele, pegava o celular e pedia para tirar uma foto dele. E o motorista tirava.

Assim ele foi armazenando uma série de dados, até quando entendeu estar na hora de fazer o ataque. E foi assim que ele fez, provocou a sua demissão e imediatamente entrou no Ministério do Trabalho com uma denúncia pedindo mundos e fundos, chegava a quase R\$ 200 mil de indenização o pedido do cidadão. E anexando e provando. Pegou dois advogados e anexou uma série de documentos, gravações e tudo mais, provando as suas denúncias.

Estou ainda nesse debate trabalhista, e eu vejo aqui um caso muito parecido acontecendo em nível político. Esse cidadão que confeccionou esse livro certamente fez a mesma coisa, certamente premeditou com bastante antecedência o que pretendia. Com certeza absoluta ele tinha, já, pré-estabelecido dentro dele a idéia final de levar a cabo a edição de uma denúncia, de um livro, sabe Deus o que foi, e passou todo esse tempo arquivando, arquivando e arquivando, para ter então elementos para fazer o seu livro.

Eu quero dizer para os senhores uma coisa: nunca a Oposição da Casa teve tanta fatura de denúncia por conta - eu faço parte deste governo, mas não posso deixar de falar, sr. presidente - da ingenuidade de uma série de pessoas que fazem parte da cúpula deste governo. Ingenuidade! Não é possível que passem...

Enquanto todo o time está trabalhando numa direção construindo um estado novo, procurando mostrar as suas qualidades e dar uma nova ênfase para este estado, nós temos no meio dessa gente toda os que estão trocando os pés pelas mãos, achando que são espertos e querendo, quem sabe, ganhar tempo ou aparecer mais do que deveriam e muniando a oposição, carregando a oposição com o que ela mais gosta de fazer, que são denúncias e tudo o mais.

É o que nós estamos vendo aqui! É um arsenal que a oposição tem. Acho que o pessoal da oposição, em algum momento, deve olhar um para o outro dizer: "meus Deus, o que é que nós vamos fazer amanhã? O que é que nós vamos atacar primeiro? Não, vamos ver isso aqui no livro. Não, mas tem esse aqui! Vamos nesse aqui primeiro". É uma fatura! É uma fatura! Mas fatura por quê? Por causa da ingenuidade de muitas pessoas deste governo.

Agora a guerra está mais forte porque nós estamos à beira da eleição. Não fosse a eleição que se avizinha, quem sabe esse livro não fosse tão importante. Quem sabe se o seu Nei nem viesse à Assembléia. Nem viria!

Mas nós estamos à beira de uma eleição e o jogo do poder está falando mais alto, e vejo determinadas pessoas vir aqui, de forma cândida falar neste microfone dizendo assim: "nenhum de nós, srs. deputados, gostaria de estar aqui falando sobre essas coisas." Estou me referindo às denúncias. "Nenhum de nós gostaria de estar aqui falando isso, mas para o bem de Santa Catarina precisamos esclarecer."

Ah! Me poupa! Me economiza! Isso é demagogia pura! Quem é que não sabe que a Oposição vem aqui para ocupar o seu espaço e quanto mais barulho fizer melhor vai ficar, a imprensa rapidamente vai anotar, se possível uma fotografia, alguma coisa para ocupar os espaços. Só que a coisa está ficando ruim, srs. deputados, porque nós estamos descambiando para os problemas pessoais.

Eu vejo em muitos deputados aqui estampado o ódio, a raiva, e estão esquecendo do nível da conversa, das acusações, e das defesas. Estamos partindo para problemas de ordem pessoal que não dizem respeito a nenhum de nós, e muito menos este é o fórum para tratar dessas coisas. É isso que nós precisamos atentar. É com isso que precisamos ter um pouco de preocupação, porque afinal de contas estamos aqui numa vitrine, o estado inteiro está olhando e assistindo a atuação de cada um dos srs. deputados e descambar para os problemas pessoais, para o ódio, para a raiva só vai levar a um lugar: ao descrédito deste Parlamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, o eminente deputado líder do governo, Herneus de Nadal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente e srs. deputados, nas reportagens da mídia no dia de ontem nós vimos uma cena grotesca de um profissional da área da medicina e aqui é bom, deputado Antônio Aguiar, que se faça e que se estabeleça a verdade com relação aos profissionais dessa área, como v.exa. que exerce com denodo essa atividade.

A esmagadora maioria dos profissionais da área de medicina em Santa Catarina são homens capazes, sérios, responsáveis, mas na referida reportagem, que foi inclusive ao ar no *Jornal Nacional*, nós vimos uma cena que choca e que nos deixa decepcionados.

Um profissional dando um falso diagnóstico, retirando centavos de pessoas humildes, e a Assembléia Legislativa, a meu ver, permaneceu calada, silente, preferimos nos digladiar fazendo acusações, trazendo réu para dentro da Assembléia, transformando o plenarinho da Assembléia Legislativa numa delegacia de polícia! É verdade, srs. deputados, o Ministério Público do estado de Santa Catarina já ofereceu denúncia, o Poder Judiciário do nosso estado, com as credenciais que tem, da mesma forma que o Ministério Público, está conduzindo com a seriedade e com a imparcialidade que lhe é peculiar, que lhe é característica nas ações que aqui tramitam.

A polícia fez a sua parte no inquérito policial, assim como a Polícia Federal também o fez quando colocou na cadeia o Pitta e mais meia dúzia esta semana. Os crimes estão só lá ou estão só aqui, ou a polícia que vale é só aquela e essa aqui não dá conta do recado?

Então, por isso, quero fazer essa manifestação, sr. presidente, que é um desabafo. Enquanto a sociedade está purgando, pagando, enquanto alguns reclamam que o valor do SUS não é suficiente, que o governo federal não dá conta, que o governo estadual não ajuda a saúde, outros fazem aquilo que nós vimos na reportagem, e aí a saúde pública no Brasil não vai funcionar, enquanto pessoas fizerem aquilo que está gravado, que está na televisão.

Agora, não vi manifestações nesta direção. Pobre povo, povo humilde! Mas o autor de uma extorsão, preso em flagrante, foi motivo de toda atenção na manhã de hoje. Fato inusitado, deputado Moacir Sopelsa, porque não foi aprovada nenhuma convocação para autoridade, a não ser que o autor da extorsão seja autoridade.

Srs. deputados, e aí a Assembléia Legislativa de São Paulo vai convidar, nos primeiros dias, o ex-prefeito Pitta para tomar chá e comer bolinho. É isso que vai começar a acontecer no nosso país: estamos invertendo os valores. E a nossa preocupação recai no interesse eleitoral nessa hora. E me perdoem, srs. deputados, é um desabafo que estou fazendo. Mas temos que cuidar, sim, da sociedade; temos que fiscalizar, sim.

Agora, pelo que eu ouvi e vi nesse momento está difícil para que este ou aquele partido político aponte o seu dedo para o outro. Nós precisamos nos conscientizar que, infelizmente, no nosso país, muitos partidos políticos não têm mais condições de dizer que entre os seus próceres só há pessoas de caráter inatacável. Infelizmente, deputado Moacir Sopelsa, esse tempo já passou. Não há mais paladinos da moralidade. Há seres humanos que integram os partidos e todos têm os seus defeitos, a começar pelo meu partido lá em Brasília, assim em Santa Catarina em todos os partidos políticos.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Por isso, quero ouvir a manifestação de v.exa. com relação a este tema, que acho importante que seja abordado. É a saúde pública do nosso estado; a secretária Carmem tomou atitudes, mas precisamos fazer repercutir aqui no Parlamento uma atitude que fere os direitos fundamentais do nosso cidadão, que retira a cidadania que está garantida na nossa Carta Maior, na nossa Constituição.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado Herneus de Nadal, parabéns pelo seu pronunciamento. É bem verdade, não podemos transformar a Assembléia Legislativa num palco de interesse eleitoral.

Srs. deputados, nenhum partido político e ninguém pode dizer - e até pouco tempo tinha o PT que podia dizer - que não tem problema. Mas bastou o PT assumir o governo para vermos as questões que acontecem em Brasília e nos quatro cantos do país. Existem os 'zês dirceus', os 'zês genoínos'; nós temos os 'quércias' da vida; o PP tem os 'pittas', os 'malufs' da vida, enfim, todos os partidos políticos são formados por pessoas humanas, por boas e más pessoas.

Agora, deputado Herneus de Nadal, v.exa. está coberto de verdade e de razão. Nós não podemos transformar um réu num mártir. Uma pessoa que quis engrupir, que desde a primeira vez que falou com os indivíduos... E é o caso do nosso colega, deputado Valdir Cobalchini, que nunca o viu e a primeira vez em que esteve conversando com ele, estava sendo gravada a conversa. Que boa pessoa é essa? Que transparência tem essa pessoa? Ela merece o crédito que estão tentando lhe dar aqui na Assembléia Legislativa, se não fosse uma questão eleitoral, uma questão eleitoral? Não merecia!

Então, os fatos precisam ser esclarecidos. O Ministério Público, a polícia, o Judiciário haverão de trazer a verdade. Agora, nós não podemos transformar a nossa Assembléia Legislativa num lugar de interesses pessoais, particulares.

Deputado Herneus de Nadal foi aquilo que v.exa. disse do médico, que nós vimos ontem, extorquindo a coitada de uma agricultora. E nós, que viemos do interior, da agricultura, sabemos quantas pessoas vêm do nosso oeste de Santa Catarina, buscar solução para seus problemas de saúde aqui em Florianópolis, nos nossos hospitais e entre esses profissionais. Precisamos deixar registrado que existem bons profissionais que, inclusive, se propõem a fazer um trabalho social, a fazer um trabalho pelo valor de uma consulta do SUS.

Então, temos muitas coisas a encaminhar para fazermos uma sociedade mais justa.

Obrigado e parabéns, deputado!
O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

Eu quero dizer a v.exa. que nunca subi nesta tribuna procurando alcançar ou atingir a pessoa do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Ele não consegue, com certeza, administrar todos os problemas dentro da máquina pública do Brasil. Agora, também não posso concordar que continuem dia após dia, hora após hora, de forma insistente, ora com requerimento, ora com instrumentos que sequer regimentais são, procurando de toda forma denegrir o governo. Nós temos compromisso.

Por isso, de manhã, não estive naquele ato realizado, porque não julguei adequado, como parlamentar, como integrante desta Casa. E nós temos grandes compromissos com a sociedade e esses compromissos têm que estar acima das divergências pessoais e acima do momento político-eleitoral que estamos vivenciando.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito ainda para falar em Explicação Pessoal, o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, quero ainda voltar ao tema que falava na sessão da manhã, sobre a morte daquele menino de três anos no Rio de Janeiro, vitimado por um disparo de arma de fogo efetuado por um policial militar.

Srs. deputados, quero falar sobre outros elementos, como por exemplo, o Rio de Janeiro tem uma polícia que ganha R\$ 800 por mês. E vejam que ser policial no Rio de Janeiro, para ganhar R\$ 800 por mês, deve ser uma tarefa um tanto quanto mais árdua e a dificuldade muito maior.

Aqui, em Santa Catarina, nós felizmente estamos um pouco melhor, eu disse um pouco, porque não é muito melhor. Nós temos avançado, principalmente, em qualificação. E ainda não está bom, temos muito que avançar também nesta área. E o nosso avanço é porque nós temos conseguido, deputado Antônio Aguiar, nesses últimos anos, acenar com a possibilidade real de policiais e de bombeiros se qualificarem através de um plano de carreira que possibilite a mobilidade funcional, na qual o soldado da polícia ou do bombeiro poderá chegar a subtenente da polícia ou do bombeiro.

Srs. deputados, é claro que nós não vamos ver isso nos próximos cinco anos, mas daqui a 15 anos, por conta da lei aprovada aqui, por conta desse trabalho, dessa luta, dessas reivindicações constantes que temos feito, nós vamos ver um profissional da Segurança Pública que hoje é soldado, ser subtenente. Ele passará por cinco graduações diferentes e realizará três cursos de formação e qualificação. Isso fará com que todos os servidores busquem avançar e se qualificar para trabalhar melhor para a população.

Dizem que o deputado Sargento Amauri Soares fica falando só das questões corporativas, defendendo os seus e que isso interessa só para eles, policiais e bombeiros. Não é verdade! Isso interessa para a população de Santa Catarina, inclusive do ponto de vista econômico, porque a nossa polícia e o nosso bombeiro é elogiado por todos que vêm aqui.

O episódio ocorrido no Rio de Janeiro pode acontecer em Santa Catarina? Evidente que pode! Eu próprio que trabalhei com instrução de tiro durante dez anos, sei muito bem que não basta saber atirar, acertar no alvo, no lugar que se quer acertar. Mais importante que isso é saber a hora de usar uma arma de fogo, é ter discernimento no que está fazendo, que tipo de conflito social está enfrentando, agir de forma racional, de forma sensata, refletida e rápida, porque o policial não pode primeiro fazer uma audiência pública, para depois decidir o que fazer, pois a coisa pode acontecer a qualquer segundo. E só a preparação constante é que vai garantir isso. Daí a importância de buscarmos maior seriedade na realização dos cursos de cabo e de sargento, e outras graduações, mas falo dessa que atinge a maioria do efetivo das nossas corporações. É condição elementar para que possamos começar esse trajeto de mobilização das instituições.

Falando nisso, quero dizer que foi aprovado aqui, na quarta-feira passada, o Projeto de Lei Complementar n. 0014, que trata do efetivo da Polícia Militar e é importante para todos os policiais militares do estado de Santa Catarina. No entanto, como já tínhamos falado na reunião conjunta das comissões, na manhã daquela quarta-feira, no Auditório Antonieta de Barros, o fato das nossas emendas terem sido acatadas apenas parcialmente - apresentei cinco emendas e tivemos parte delas acatadas, outra parte não, mexendo em dispositivos de outras leis como, por exemplo, a Lei n. 318 do Plano de Carreira de todos os servidores militares do estado - , criaria possíveis prejuízos para os servidores do Corpo de Bombeiros, inclusive para os praças do Corpo de Bombeiros, mais diretamente para os sargentos do Corpo de Bombeiros.

É evidente que imediatamente essa demanda bateu à nossa porta e já tínhamos telefonado para o comandante do Corpo de Bombeiros falando da necessidade de rediscutirmos a lei complementar do efetivo do Corpo de Bombeiros, porque senão nós garantimos um avanço na polícia e travamos o Corpo de Bombeiros. E se é importante para mobilizar, motivar e qualificar a Polícia Militar, aquele projeto aprovado aqui não poderia, não pode e não deve causar a desmotivação no Corpo de Bombeiros. E já com a concordância do comandante do Corpo de Bombeiros, há necessidade de discutirmos a lei do efetivo do Corpo de Bombeiros, que é a Lei Complementar n. 0259, apenas cinco leis depois daquela tão falada n. 254.

Srs. deputados, é neste empenho que nós estamos, são essas críticas e esse debate que temos respondido e vamos trabalhar neste sentido. Para isso precisamos do apoio de todos os deputados, das autoridades do governo e das instituições militares, ao mesmo tempo em que parabenizamos e agradecemos pelo apoio na aprovação do Projeto de Lei Complementar n. 0014, no acatamento mesmo parcial das nossas emendas, nós temos que buscar, deputado Moacir Sopelsa, garantias para que o Corpo de Bombeiros não fique para trás, porque senão nós travamos a instituição. E não é essa a nossa intenção, nem da Aprasc, a entidade dos praças e creio também que não seja a do governo do estado.

Srs. deputados, sobre a Lei n. 259, vamos trabalhar para readequar o efetivo do Corpo de Bombeiros, que é uma demanda social gritante, e as cidades têm pedido a instalação de novos estabelecimentos, de novas unidades do Corpo de Bombeiros. E todos os srs. deputados conhecem essas demandas que chegam aos nossos gabinetes constantemente. E o comando do Corpo de Bombeiros tem dito corretamente que não dá para abrir mais quartel, enquanto não contratar efetivo. Nós precisamos mudar a Lei n. 259 para ampliar o efetivo do Corpo de Bombeiros, garantindo essa possibilidade em lei.

Mas quero falar sobre a Lei n. 254, porque vejo desde a tarde de ontem essa feira ou essa horta aqui na mesa do deputado Democrata Jean Kuhlmann, falando da inflação do último ano. Ele pegou o período de um ano. E a Lei n. 259 está sem ser rediscutida concretamente há dois anos e nove meses, companheiro César Cim. A última vez que negociamos efetivamente salário com o governo do estado foi no dia 10 de outubro de 2005. Se for até outubro vamos ficar três anos sem mexer no salário dos servidores da Segurança, sem aumentar um centavo o salário dos policiais, bombeiros, agentes prisionais e monitores da Segurança Pública catariense, que pretende ser e queremos que seja a melhor do Brasil.

Só no último ano o feijão aumentou 173%! O policial e o bombeiro também comem feijão. O leite aumentou 15%. E os filhos dos policiais e bombeiros se alimentam de leite. Nós estamos falando do período de um ano. E nós já vamos para o terceiro ano sem mexer no salário dos servidores da Segurança.

Então, quero dizer ao deputado Jean Kuhlmann e aos demais deputados que trazem este debate fundamental para ser feito nesta Assembléia que temos que

tratar da reposição salarial dos servidores públicos estaduais, que é responsabilidade do governo do estado, especificamente dos servidores da Segurança, que vão para três anos sem ter seu salário discutido concretamente pelo governo.

(Discurso interrompido por término do horário Regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado César Cim - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado César Cim.

O SR. DEPUTADO CÉZAR CIM - Apenas para concordar com aquilo que v.exa. vai colocar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 023-DL, de 2008

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições
CONCEDE licença ao Senhor Deputado Clésio Salvaro, por um período de sessenta dias, a contar de 10 de julho do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 14 de julho de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente

*** X X X ***

ATOS DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 043-DL, de 2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Maurício Fernando Peixer, 3º Suplente do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Clésio Salvaro, a partir do dia 10 de julho do corrente ano, por um período de sessenta dias.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 14 de julho de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Valmir Comin - 2º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 044-DL, de 2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Professor Grandó para ausentar-se do País, no período de 19 a 30 de julho do corrente ano, a fim de participar de eventos da Tribuna da Água - EXPO ZARAGOZA, na cidade de Zaragoza, Espanha.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 14 de julho de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Valmir Comin - 2º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 142, de 15/07/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados,

RESOLVE: *com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

ATRIBUIR aos servidores abaixo relacionados, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, no valor correspondente ao índice estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, conforme discriminado:

Nome Servidor	Matr	Processo nº	Nível	Vigência
Luciano de Carvalho Oliveira	1149	677/08	Especialização	28/04/08
Martim Afonso Palma de Haro	0783	820/08	Especialização	26/05/08
Marcia Regina Petri	2143	826/08	Especialização	27/05/08
Tulia de Freitas Ribeiro	2047	838/08	Especialização	27/05/08
Angela Maria de Oliveira Pederneiras	1758	868/08	Especialização	30/05/08
Luciano Serpa	1806	879/08	Especialização	02/06/08

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 143, de 15/07/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados,

RESOLVE: *com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

ATRIBUIR aos servidores abaixo relacionados, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, no valor correspondente ao índice estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, conforme discriminado:

Nome Servidor	Matr	Processo nº	Nível	Vigência
Laura Brasca	1141	881/08	Especialização	02/06/08
Manoel Jose Fabiano	0616	987/08	Especialização	19/06/08
Myllene Vieira Camilli	1902	992/08	Especialização	20/06/08

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 144, de 15/07/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0772/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR ao servidor **JULIO BARBOSA MATIAUDA**, matrícula nº 2160, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-42, padrão vencimental correspondente ao código PLTEL-51, a contar de 15 de maio de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 145, de 15/07/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 865/08

RESOLVE: *com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

ALTERAR o Ato da Mesa nº 154, de 14 de agosto de 2007, que concedeu adicional de exercício ao servidor **EDENILSO JOSE ACORSI**, matrícula nº 2112, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-53, e do cargo de provimento em comissão Coordenador de Serviços Técnicos, código PL/DAS-6, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, quanto à eficácia financeira, que passa a ter efeitos a partir de 29 de maio de 2008, com opção de vencimentos pelo seu cargo de provimento efetivo.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 146, de 15/07/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 759/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

ALTERAR o Ato da Mesa nº 094, de 02 de maio de 2007, que concedeu 70% de adicional de exercício, elevado para 90% pelo Ato da Mesa nº 075, de 02 de maio de 2008, ao servidor **EDER DE QUADRA SALGADO**, matrícula nº 1265, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-42, e do cargo de provimento em comissão Coordenador de Publicação, código PL/DAS-6, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, quanto à eficácia financeira, que passa a ter efeitos a partir de 13 de maio de 2008, com opção de vencimentos pelo seu cargo de provimento efetivo.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 147, de 15/07/2008

Aprova o Regimento Interno do Parlamento Jovem Catarinense, instituído pela Resolução n. 3, de 10 de maio de 2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição assentada no regimental art. 63, XV e parágrafo único, e consubstanciado no art. 5º da Resolução n. 3, de 10 de maio de 2005,

RESOLVE:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Parlamento Jovem Catarinense, instituído pela Resolução n. 3, de 10 de maio de 2005, tem sede na Capital do Estado e o recinto de seus trabalhos no Plenário "Osni Régis" da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Parlamento Jovem Catarinense é constituído por 40 deputados-estudantes, eleitos dentre estudantes em idade própria da primeira à terceira séries do ensino médio regular, com limite de idade de 21 anos, devidamente matriculados nos estabelecimentos de ensino público e particular do Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO II**DA INSTALAÇÃO**

Art. 3º A Sessão Plenária do Parlamento Jovem Catarinense ocorrerá, observado o disposto no art. 27, sob a direção do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina que, conjuntamente com os 1º e 2º Secretários, dará posse aos deputados-estudantes eleitos, proclamará e empossará a Mesa Executiva.

Art. 4º O Presidente da Assembléia, após anunciar os componentes do Parlamento Jovem Catarinense, convidará um dos deputados-estudantes para, em pé, na Tribuna, proferir o seguinte compromisso: "Prometo desempenhar fielmente o meu mandato, promovendo o bem geral do Estado de Santa Catarina dentro das normas regimentais." Em seguida, todos os demais deputados-estudantes, em pé, declararão: "Nós também o prometemos".

CAPÍTULO III**DOS ÓRGÃOS DO PARLAMENTO JOVEM CATARINENSE****Seção I****Da Mesa**

Art.5º À Mesa Executiva, órgão do Parlamento Jovem Catarinense, compete a direção dos trabalhos.

Art.6º A Mesa será composta por um Presidente, pelos 1º e 2º Vice-Presidentes, pelos 1º, 2º, 3º, e 4º Secretários, e por um suplente, escolhidos por eleição.

Parágrafo único. A eleição dos membros da Mesa Executiva ocorrerá no dia da Sessão Plenária, em reunião no gabinete da Presidência, da qual participarão os líderes de partidos e um deputado-estudante indicado pela Escola do Legislativo, instituída pela Resolução n. 72, de 19 de dezembro de 2000.

Seção II**Do Presidente do Parlamento Jovem**

Art.7º O Presidente é o representante do Parlamento Jovem Catarinense, competindo-lhe, na forma deste Regimento:

- I- presidir, abrir, suspender e encerrar a Sessão;
- II- manter a ordem e zelar pelo respeito às normas regimentais;
- III- conceder a palavra aos demais deputados-estudantes;
- IV- anunciar a "Ordem do Dia";
- V- anunciar o número de deputados-estudantes presentes;
- VI- organizar a discussão e votação dos projetos de lei;
- VII- anunciar os resultados da votação;
- VIII- assinar a ata da Sessão, observado o disposto no art.10, IV e submetê-la à votação; e
- IX- zelar para que os deputados-estudantes possam atuar com liberdade, dignidade e respeito, e para que usufruam da plenitude de seus direitos parlamentares.

§1º Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente deixará a presidência e não a reassumirá enquanto se debater a matéria que se propôs a discutir.

§2º O Presidente poderá fazer ao Plenário comunicações de interesse geral, em qualquer momento.

Seção III**Dos 1º e 2º Vice-Presidentes**

Art.8º São atribuições dos 1º e 2º Vice-Presidentes:

- I- pela ordem, a substituição do Presidente nas ausências eventuais e impedimentos; e
- II- o Presidente poderá delegar aos Vice-Presidentes competência que lhe seja própria.

Seção IV**Dos Secretários**

Art.9º. São atribuições dos 1º, 2º, 3º e 4º Secretários, pela ordem:

- I- proceder à chamada dos deputados-estudantes;
- II- tomar nota dos deputados-estudantes que solicitem a palavra;
- III- controlar o tempo de ocupação da Tribuna pelo orador;
- IV- superintender a redação da ata, assiná-la conjuntamente com o Presidente e proceder à sua leitura; e
- V- auxiliar o Presidente na direção dos trabalhos.

CAPÍTULO IV**DAS SESSÕES****Seção I****Disposições Preliminares**

Art.10. Empossados e compromissados os deputados-estudantes e eleita e empossada a Mesa Executiva terminam as atribuições formais do Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina no evento, dando-se, ato contínuo, prosseguimento à Sessão Plenária com o início dos trabalhos legislativos, propriamente ditos, do Parlamento Jovem Catarinense.

Art.11. Para a manutenção da ordem nas Sessões do Parlamento Jovem Catarinense observar-se-ão:

I- poderão permanecer em Plenário durante a Sessão, representando cada uma das escolas participantes, somente os 05 (cinco) deputados-estudantes eleitos, 01 (um) professor-assessor e 01 (um) diretor;

II- não serão permitidas conversas que perturbem os trabalhos;

III- ao fazer uso da palavra o deputado-estudante falará da Tribuna, em pé, ou, caso necessite e obtenha autorização do Presidente para falar da Bancada, deverá fazê-lo sempre de frente para a Mesa Executiva;

IV- o deputado-estudante que pretender falar deve sempre solicitar a palavra ao Presidente, que deverá adverti-lo, convidando-o a sentar-se, caso insista em falar sem que lhe seja concedida a palavra;

V- todo deputado-estudante ao falar deverá dirigir a palavra especificamente ao Presidente, ou ao Parlamento Jovem, de modo geral;

VI- ao referir-se em discurso a colega o parlamentar-estudante deverá chamá-lo de "deputado-estudante"; e

VII- no início de cada votação o deputado-estudante deverá permanecer em sua cadeira.

Art.12. Os deputados estudantes contarão, para orientação em relação aos procedimentos em Plenário durante a Sessão, com apoio técnico de integrantes da Diretoria Legislativa da Assembléia Legislativa e da Escola do Legislativo.

Seção II

Da apresentação do Projeto de Lei

Art.13. Na apresentação em Plenário de projeto de lei pelo deputado-estudante, e durante a sua discussão, serão obedecidos os seguintes critérios:

I- os projetos de lei serão numerados segundo a ordem de apresentação, sendo a numeração informada aos autores por meio de listagem própria;

II- considerados todos automaticamente inscritos, o Presidente dará a palavra a cada deputado-estudante para que efetue a leitura e justificação de seus projetos de lei, chamando-os na seguinte forma: "Com a palavra o deputado-estudante (...)", pelo tempo de 03 (três) minutos, exclusivamente para efetuar a leitura e justificação do projeto de lei nº (...), de sua autoria";

III- durante o pronunciamento de um deputado-estudante somente um parlamentar-estudante poderá inscrever-se junto à Mesa Executiva para discorrer contra a proposta, concedendo-se-lhe a palavra por um minuto, para tal;

IV- desde que autorizados pelo orador poderão os deputados-estudantes apartear-lo, por até 01 (um) minuto, para fazer questionamentos ou buscar esclarecimentos, excusivamente acerca da matéria objeto da proposição, devendo fazê-lo em pé diante do microfone;

V- não serão permitidos apartes à palavra do Presidente;

VI- a palavra será concedida, ainda, pelo Presidente, aos deputados-estudantes para esclarecimentos sobre a ordem dos trabalhos; e

VII- a Mesa Executiva dará prioridade ao deputado-estudante que ainda não haja feito uso da palavra.

Seção III

Das Votações

Art.14. Após a apresentação e discussão de todos os projetos, passar-se-á à votação conjunta das proposições.

Art.15. Todo deputado estudante tem direito a voto, exceto o Presidente, que somente votará em caso de empate.

Parágrafo único. Nenhum deputado-estudante presente poderá deixar de votar.

Art.16. As deliberações serão abertas e nominais, por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos membros do Parlamento Jovem Catarinense.

CAPÍTULO V

Da Operacionalização

Art.17. O programa "Parlamento Jovem" será desenvolvido a partir das seguintes diretrizes:

I- após ampla divulgação as escolas interessadas em participar deverão inscrever-se no programa, na forma do capítulo VI;

II- durante Sessão ordinária da Assembléia Legislativa 08 (oito) escolas serão sorteadas, dentre as escolas regularmente inscritas, cada qual representando uma das regiões do Estado, a saber: Vale do Itajaí, Litoral, Sul, Planalto Norte, Planalto Nordeste, Oeste, Meio-Oeste e Planalto Serrano;

III- após o sorteio a que se refere o inciso II a Comissão Organizadora estabelecerá e divulgará cronograma de visita às escolas para a prévia capacitação dos estudantes;

IV- efetuada a visita a que se refere o inciso III as escolas elegerão 05 (cinco) deputados-estudantes entre os capacitados pela Escola do Legislativo e, dentre esses, o líder do partido e o componente da Mesa Executiva;

V- os representantes eleitos na forma do inciso IV deverão elaborar um projeto de lei a ser apresentado, discutido e votado em Sessão Plenária do Parlamento Jovem;

VI- complementando o processo de capacitação a que se refere o inciso III, na véspera da Sessão do Parlamento Jovem aos representantes eleitos, além de uma visita às instalações da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, será proferida palestra com orientações sobre o funcionamento da Sessão Plenária; e

VII- as escolas participantes deslocarão seus representantes à Assembléia Legislativa para participarem da Sessão Plenária inaugural do Parlamento Jovem Catarinense, conforme cronograma anexo.

CAPÍTULO VI

Das Inscrições

Art.18. Poderão inscrever-se para participar do Programa Parlamento Jovem todas as escolas de ensino médio das redes pública e privada do Estado de Santa Catarina.

§1º As inscrições poderão ser procedidas, alternativamente, acessando-se o tópico "Escola do Legislativo" na página eletrônica da ALESC (www.alesc.sc.gov.br), por endereçamento postal da ficha de inscrição integrante do prospecto de divulgação do evento ou, ainda, diretamente na Escola do Legislativo, estabelecida à Rua Jorge Luz Fontes, 310, 3º andar, sala 303, CEP 88020-900, Florianópolis, Santa Catarina.

§2º As escolas inscritas e não-sorteadas permanecem inscritas para as edições subsequentes do Programa Parlamento Jovem.

§3º As escolas sorteadas participantes de uma edição somente concorrerão ao sorteio novamente depois de 02 (duas) edições subsequentes.

CAPÍTULO VII

DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Art.19. A comissão organizadora será composta pelos seguintes órgãos:

- I- Escola do Legislativo, que coordena o programa;
- II- Diretoria Legislativa;
- III- Coordenadoria de Informações;
- IV- Gerência de Cerimonial;
- V- Coordenação de Imprensa; e
- VI- Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos.

CAPÍTULO VIII

DA ELEIÇÃO

Art.20. O processo eleitoral referido no art.18, IV, ocorrerá em sufrágio direto e aberto dentre alunos matriculados e frequentes das 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e das 1ª a 3ª séries do ensino médio regular, nas escolas selecionadas na forma do inciso II do mesmo artigo.

Parágrafo único. Sem limitação ao número de inscrições no âmbito de cada escola sorteada, os inscritos, com idade-limite de 21 anos a completar até o dia da Sessão Plenária, concorrerão numa chapa composta por 01 (um) candidato a deputado-estudante.

CAPÍTULO IX

DAS INSTITUIÇÕES

Art. 21. O Programa Parlamento Jovem envolverá as seguintes instituições:

- I- Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina;
- II- União Catarinense de Estudantes;
- III- Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia;
- IV- secretarias de educação dos municípios;
- V- entidade representativa das escolas particulares (SINEPE/SC); e
- VI- escolas federais de ensino médio.

CAPÍTULO X

DA PROGRAMAÇÃO

Art.22. As atividades do Programa Parlamento Jovem terão início às 09 (nove) horas da manhã do dia que antecede a Sessão Plenária, com credenciamento dos deputados-estudantes, no hall de entrada do Plenário, sendo o período vespertino reservado à participação em palestra sobre o funcionamento do Plenário.

§1º No período matutino do dia subsequente, empossados e compromissados os deputados-estudantes na forma do art.11, proceder-se-á a eleição a eleição da Mesa Executiva da Sessão do Parlamento Jovem.

§2º Os deputados-estudantes menores de 18 anos deverão, obrigatoriamente, estar acompanhados por um responsável.

Art.23. A Sessão Plenária do Parlamento Jovem será aberta no período vespertino do segundo dia, com a chamada nominal para a diplomação e posse dos deputados-estudantes, na forma estabelecida nos arts.3º e 4º.

Parágrafo único. A apresentação, discussão e votação dos projetos inicia em seguida, devendo-se encerrar, obrigatoriamente, até as 18 (dezoito) horas.

CAPÍTULO XI DAS DESPESAS

Art.24. Para efeito do cálculo de despesas serão considerados um total de 56 (cinquenta e seis) participantes, sendo:

I- 40 (quarenta) deputados-estudantes; e

II- 16 (dezesseis) representantes das unidades escolares participantes, quais sejam, 2 (dois) professores, mais 01 (um) Diretor de cada escola.

Art.25. A hospedagem e a alimentação dos participantes do Programa Parlamento Jovem, durante o evento, correrão à conta do orçamento próprio da ALESC, conforme estabelecido no art. 8º da Resolução n. 3, 10 de maio de 2005.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art.26. A Escola do Legislativo estabelecerá, a cada ano, calendário e cronograma específico de cada edição do Programa Parlamento Jovem.

CAPÍTULO XIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.27. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

Art.28. Os dispositivos constantes desse Regimento são passíveis de alteração pela Comissão Organizadora, sempre objetivando garantir a plena funcionalidade do "Parlamento Jovem", desde que referendada por Ato da Mesa da ALESC.

Art.29. As despesas relativas ao disposto neste Ato da Mesa correrão à conta das consignações próprias do orçamento da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art.30. Este Ato da Mesa entra em vigor da data de sua publicação.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 148, de 15/07/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **DULCE MARIA DA COSTA**, matrícula nº 1914, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Apoio Técnico, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, servidora IWANA LUCIA LENTZ, que se encontra em fruição de licença-prêmio no período compreendido entre 11 de julho a 09 de agosto de 2008 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER, PARA DEBATER SOBRE O DIA ESTADUAL DA PREVENÇÃO AO DESAPARECIMENTO DE CRIANÇAS EM SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 18 DE MARÇO DE 2008, ÀS 9H30MIN, NO PLENARINHO DA ALESC

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Dou por aberta esta audiência pública, que irá tratar do Dia Estadual da Prevenção ao Desaparecimento de Crianças em Santa Catarina, dia 18 de março; e agradeço às autoridades que vão compor a mesa e ao público aqui presente.

Convido para compor a mesa o senhor Gerson Rumayor, presidente da ONG Portal da Esperança, proponente da audiência pública; a senhora Michelle Domit Gugik, representando o secretário de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, Paulo Bauer; a senhora delegada Sandra Mara Pereira, delegada titular da 6ª Delegacia de Polícia da Capital; a senhora Viviani Remor, assessora de Responsabilidade Social e Empresarial da Celesc Distribuição; e o senhor Rubens Cruz de Aguiar, chefe-de-gabinete da presidência da Casan.

Por proposição do Dr. Gerson, esta audiência é comemorativa ao dia 18 de março, Dia Estadual da Prevenção ao Desaparecimento de Crianças em Santa Catarina, Lei nº 13.931, de 12 de janeiro de 2007.

Informaram-me que estaria aqui presente nesta audiência pública a dona Maria Inês, mãe da Illicéia. Ela se encontra? (pausa) Não?!

(Passa a ler.)

"A Illicéia Silveira tinha nove anos quando desapareceu, no bairro Agrônoma, em Florianópolis, no dia 18 de março de 1995. Em 2007, o dia foi escolhido como data simbólica para divulgar, alertar e conscientizar sobre a Prevenção ao Desaparecimento da Criança em Santa Catarina. Seria bem melhor se não precisássemos ter esse dia.

Aqui nesta audiência pública temos muito, mas muito mesmo, o que refletir. O desaparecimento de menores é um problema mundial.

Em Honduras, a organização humanitária Casa Aliança denuncia o constante desaparecimento de dezenas de menores, alguns dos quais foram localizados no Paraná, no México, na Guatemala, vítimas de prostituição e tráfico de drogas.

Segundo a Unicef, grupos armados ilegais têm entre sete mil e onze mil crianças como combatentes forçados na Colômbia.

Na Inglaterra, mesmo com um sistema avançado de procura por desaparecidos, estima-se que milhares de casos continuam sem solução.

No Brasil, a cada ano são registrados mais de quarenta mil desaparecimentos de crianças e adolescentes - e esse número cresceu mais de 300% nos últimos quatro anos. E mesmo que a grande maioria dos casos seja rapidamente solucionada, de 10% a 15% das crianças ficarão muito tempo desaparecidas, e algumas nunca mais serão encontradas. Essa é uma triste realidade do nosso Brasil.

Uma informação alarmante é que em cada grupo de quatro meninas raptadas, três serão mortas em até três horas após o rapto.

Na maioria dos casos, o desaparecimento acontece pelos seguintes motivos, segundo dados estatísticos: Por conta de conflitos dentro de casa a criança foge. No Brasil existem mais de cem casos desse tipo registrados pelo Ministério da Justiça.

Outro motivo comum é o rapto consensual, que normalmente ocorre com as meninas. Namorados adultos convencem a adolescente a abandonar o lar sem a autorização dos pais."

Hoje em dia esses convites estão muito acentuados - segundo uma senhora, que veio conversar comigo por causa da sua filha - pela Internet.

Então, é um apelo que faço a todos vocês, pais, avós, tios, cunhados e irmãos, que não se envaideçam que a jovencinha de 14 anos ou 15 anos mexe na Internet que é uma maravilha, funciona que parece um adulto com o curso feito. Não se envaideçam disso, porque aí, muitas vezes, está o caminho para o desaparecimento e para as grandes tragédias. Censurem, ponham hora, ponham minutos, porque o crime pela Internet, e esse é um deles, está mais violento do que a gente pensa.

Eu me coloco como exemplo, com a minha neta de 6 anos de idade. A minha neta de 6 anos mexe no computador que eu, com 58 anos, fico de queixo caído. Claro que eu fico vaidosa, claro! E ela agora já está começando a digitar os sites. Ah, mas eu fiquei mais vaidosa ainda! Só que na mesma hora que me deu esse sentimento de vaidade, esse sentimento de alegria, de que a minha neta é inteligente, na hora veio o que aquela senhora me falou, de que o namorado da filha de 14 anos estava se comunicando com ela na Internet, inclusive comentando e induzindo a menina a fazer coisas bárbaras. Aí já conversei com a minha filha: "Põe hora, põe não sei o que, não ensina, corta os sites de pornografia, faz isso, faz aquilo." Nós temos que tomar essa precaução.

E continuam os motivos de desaparecimento, a tirarem as meninas de casa: (passa a ler) "A perda por descuido ou negligência de muitas pessoas.

Situação de rua por abandono ou por serem de família de baixa renda.

Tráfico para exploração sexual (que está muito na Internet) e tráfico para outros fins, como o comércio das crianças para adoção irregular ou tráfico de órgãos, que é o mais criminoso de todos, a meu ver.

Seqüestro ou subtração de incapaz para extorsão, a forma mais conhecida. Diversos bebês recém-nascidos são levados de hospitais e vendidos para outras famílias.

Ou fuga de instituições, quando crianças que vivem em abrigos ou instituições para menores abandonados fogem sem deixar rastro.

Por todas essas razões é que devemos orientar nossas crianças, para prevenir o desaparecimento delas.

Cada cidadão brasileiro deveria sentir-se responsável por uma criança, independentemente de filiação, cor, ou status social.

Orientar a criança a não pegar carona com pessoas estranhas, nem aceitar balas, doces ou presentinhos de quem ela não conhece. Isso todo mundo sabe.

Não deixar a criança sozinha brincando na rua. Às vezes, por comodismo a mãe diz: "Vai brincar lá fora". E aí pode acontecer uma desgraça. Explicar que ela não deve se afastar de casa sem a autorização da mãe ou do pai.

São conselhos antigos que eu ouvia da minha mãe, da minha avó, passei para as minhas filhas e agora para as minhas netas" (acabei de relatar um exemplo aqui), "e que continuam sendo preciosos e valiosos nos dias de hoje, mais do que antigamente."

É com muita garra, e nunca desanimando, que talvez um dia nós não precisemos mais ter audiências como esta, nem mais ONGs, nada que se refira a esse tema - só assim, com a garra e com a luta de todos os senhores aqui presentes, das autoridades que compõem a mesa, do público em geral, de toda uma sociedade.

Nós temos é que, sim, na Internet, isso nós temos que fazer, jogar uma cadeia, cada um de nós fazer um apelo pessoal a todos, no Brasil e fora do Brasil, em Santa Catarina e fora de Santa Catarina, para ver se a gente consegue fazer com que as pessoas não se acomodem em só contribuir quando aparece na televisão. Desapareceu fulano de tal, disque 00 e contribua. Não só com os nossos anúncios, mas no nosso dia-a-dia, com o nosso corpo-a-corpo. Só assim nós vamos ter, em todas as lutas, no meu ponto de vista, uma sociedade mais justa, mais humana e mais igualitária.

Agora eu gostaria de passar a palavra ao proponente desta audiência pública, senhor Gerson Rumayor, presidente da ONG Portal da Esperança.

O SR. GERSON RUMAYOR - Inicialmente quero cumprimentar a presidente desta Comissão, deputada Ada De Luca, e agradecer a oportunidade de debatermos um tema tão delicado e tão importante.

Cumprimento os demais integrantes da mesa e todos que estão aqui prestigiando e participando deste momento. A presença de vocês é muito importante.

Hoje, infelizmente, não estamos com o plenarinho cheio, o que mostra justamente a dificuldade de buscar a participação da sociedade neste tipo de tema. Parece que é uma coisa muito distante, que não vai acontecer conosco ou próximo de nós, e infelizmente pode estar acontecendo agora.

Falar sobre o Dia Estadual da Prevenção ao Desaparecimento de Crianças emociona-me, porque foi uma luta muito grande para ter um dia, uma referência, uma base para começar esse trabalho, e buscar a participação do Poder Público e da sociedade.

Ao falar em emoção, quero convidá-los a compartilhar comigo este momento, assistindo um vídeo que retrata bem a dor, a separação provocada por um rapto, e o que podemos fazer para mudar essa história.

Reforçando as palavras da deputada quanto ao crescimento do número de casos que vem ocorrendo, nesse vídeo que vamos assistir, quatro anos atrás, a apresentadora Camille Reis falava em dez mil casos por ano no Brasil. Passados quatro anos, nós falamos em quarenta mil casos.

Antes de assistirmos o vídeo, deixo uma pergunta no ar: Qual o número que iremos apresentar daqui a três anos ou quatro anos? Acho que vai depender muito das ações que vamos praticar a partir desta audiência pública.

Então, convido-os a assistirem o vídeo, que realmente é muito importante.

(Procede-se à projeção de vídeo sobre o desaparecimento de crianças.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Ainda bem que teve um final feliz, não é? *(Dirige-se ao senhor Gerson Rumayor.)*

Eu gostaria de registrar a presença da senhora Sandra Regina da Silva Coimbra, psicóloga do Programa Sentinela, da Prefeitura de Florianópolis; e da senhora Vilza Terezinha Guindani Weber, da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB.

Continua com a palavra o senhor Gerson Rumayor.

O SR. GERSON RUMAYOR - Primeiro a gente tem que se recompor, porque é um vídeo que emociona. Posso ver dez vezes, vinte vezes, que sempre mexerá comigo. Realmente, é um final feliz - e fico imaginando quantos casos poderiam ser assim se houvesse a participação de todos.

Antes de falar um pouco mais sobre esse caso, primeiro eu quero dizer o começo, porque até o Francis, vi na época, tentou forçar uma situação de que eu comecei esse trabalho por algo que passei... Na verdade não foi assim. Em 1997 eu produzi uma revista infantil e criei uma sessão chamada Clube da Esperança SOS Criança, para colocar fotos de crianças desaparecidas e tentar, sim, fazer um trabalho social, como muitas pessoas que conhecia faziam, colocavam em caixas de sapato, em sacolas de farmácia. Eu queria também fazer essa parte, divulgando fotos de crianças desaparecidas.

Passados dois anos desse trabalho de divulgação, eu percebi que muitas daquelas crianças, as quais eu havia divulgado, continuavam desaparecidas. Então, surgiu a idéia de fazer um trabalho diferenciado, um trabalho, eu diria até, inédito em Santa Catarina, que é passar a fazer um trabalho de prevenção, tentar trabalhar a base.

Já que era tão difícil encontrar algumas crianças, por que não irmos para as escolas e tentar evitar que isso acontecesse? Foi então que eu passei a visitar as escolas. De lá para cá, foram centenas de escolas visitadas. Eu diria que tive o privilégio de visitar mais de quinhentos mil alunos nos últimos anos, distribuindo esses panfletos com dicas de prevenção, com fotos de crianças desaparecidas. Muitos desses panfletos foram conseguidos com uma peregrinação, indo de gabinete em gabinete na Assembléia, pedindo requisição para cópias, para poder fazer esse material.

Em 2000, passei a receber cartazes da Fundação da Infância e Adolescência, do programa SOS Crianças Desaparecidas. Passei a distribuir esses cartazes com dois objetivos bem definidos: tentar voluntariamente ajudar na procura por desaparecidos; mas, ao mesmo tempo, que o cartaz mostrado em sala de aula servisse como um brado de alerta. Dizer para as pessoas: "Isso está acontecendo, nós podemos evitar, vamos trabalhar juntos." E assim demos seguimento ao trabalho.

Para retratar bem como foi possível esse final feliz, foi a soma de vários valores. Sem dúvida alguma a participação do Francis Silvy, repórter, foi fundamental, foi cirúrgica. Mas várias pessoas participaram desse reencontro, até mesmo quem cedeu um rolo de fita crepe para que nós colássemos cartazes nos ônibus e começássemos uma campanha, em 2004, no transporte coletivo, com fotos de crianças desaparecidas. Porque essa campanha rendeu uma matéria no Diário Catarinense, com a renomada Ângela Bastos, que me levou ao Bom Dia Santa Catarina, no qual o Régis me viu, procurou-me e trouxe a história dele - e eu passei a carregar a sua história comigo. Um mês depois, com a ajuda do Francis Silvy, com a intervenção dele, foi possível termos esse desfecho, que todos assistiram.

Quantas pessoas participaram para esse final feliz? Os próprios gabinetes da Assembléia, que ajudaram a produzir os cartazes para colocar nos ônibus; as empresas de ônibus, que autorizaram a colocação desses cartazes; quem cedeu aquela fita crepe para colarmos os cartazes; o Bom Dia Santa Catarina; o Diário; todos, enfim, tiveram sua parcela de contribuição.

Isso prova que é preciso somar realmente esforços, é preciso reunir as pessoas para que a gente possa obter bons resultados. Se uma dessas pessoas não tivesse ajudado, participado, talvez o Régis hoje estivesse procurando pela mãe ainda. Foram mais de quarenta anos de procura. Uma campanha que a gente não sabia qual seria o resultado, teve esse final feliz.

Em 2004, ainda, por uma indicação de um funcionário desta Casa, o Vinicius, eu procurei o então promotor da Infância e Juventude, doutor Gercino Gerson, e ele me encaminhou a um outro promotor do Ministério Público, que me orientou para que eu tornasse o meu trabalho oficial, que até então era uma pessoa voluntária realizando um trabalho, um movimento social solitário. Foi então que eu comecei a formação da ONG.

Em 2006, por indicação da nossa amiga Elizabeth Baesso, que tem sido uma grande parceira nessa luta, eu fui apresentado ao então deputado, hoje secretário de Estado, Antônio Ceron, e levamos a reivindicação de criar o Dia Estadual da Prevenção ao Desaparecimento de Crianças, como eu disse anteriormente, que acreditava ser um ponto de referência, um ponto de partida para buscar a participação da sociedade, do Poder Público.

Em 2007, foi sancionada a lei. Com essa lei embaixo dos braços eu voltei a esta Casa, pedindo novamente a participação de todos. Foi feita uma parceria com a Assembléia muito importante. Diga-se de passagem, parece-me que ainda é a única Assembléia no Brasil que trata essa questão. E deveria servir como exemplo para as demais, e as demais federações do nosso país. Que todas as Assembléias, todas as TVs comunitárias pudessem realmente fazer esse trabalho. Porque a divulgação do nosso trabalho cresceu muito com a participação da Alesc, em sessões diárias na TV, as fotos de crianças nos jornais que chegam às escolas, em repartições públicas.

O ano de 2007 foi um grande ano para nós, porque conseguimos alcançar todas as cidades catarinenses com os nossos cartazes, com os nossos informativos, mais uma vez buscando parcerias para poder realizar esse trabalho.

Em 2008 nós começamos com esta audiência pública, que eu espero realmente seja um grande marco, que possa provocar uma grande mudança. Eu fico muito feliz principalmente de ver os estudantes de Jornalismo da Estácio. Eu acho que vocês realmente poderão nos ajudar a fazer essa grande diferença a partir de agora.

Agradeço a presença de todos. Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Concedo a palavra à Michelle Domit Gugik, representando o secretário de Estado Paulo Bauer, da Educação, Ciência e Tecnologia.

A SRA. MICHELLE DOMIT GUGIK - Eu agradeço à deputada e aos demais integrantes da mesa.

Esse é um tema importantíssimo para ser debatido, porque é uma dor de mãe, de pai incalculável, a gente não tem como mensurar a dor de uma família que perde um integrante dessa forma, que não sabe se a criança está bem ou não, se está viva ou se está morta. É um problema que envolve várias questões, desde o tráfico de órgãos até a prostituição infantil; envolve também a questão do tráfico de seres humanos para trabalho escravo. Então, é muito complexo, muito abrangente e envolve uma luta que exige um trabalho em rede. As instituições não podem trabalhar sozinhas, elas precisam se articular para que seja feito algo realmente consistente, para que de fato haja uma diminuição nessa situação aqui no Brasil, especialmente em Santa Catarina.

As escolas têm sido preparadas ou têm sido orientadas para que trabalhem em conjunto com profissionais em vários problemas que elas têm enfrentado hoje em dia, que envolve drogas, violência, o desaparecimento de crianças também - mas a comunidade tem que estar engajada nisso. Esse é o nosso maior ponto de luta: engajar a comunidade para que valorize a escola como um espaço que precisa ser mantido justamente para combater problemas sociais. Se a escola não é valorizada para isso, não adianta nada exigir que se criem regras que acabam não sendo assimiladas pela comunidade como um todo.

A escola procura fazer um perfil da sua clientela, procura orientar os alunos de forma a pensarem criticamente sobre suas realidades. Há muitos professores que já fazem um trabalho de prevenção, por conta dos núcleos de educação e prevenção que são implantados nas Geres e por sua vez nas escolas, buscando fazer com que os alunos estejam engajados aos problemas da sua região. Também orientam os seus alunos, em muitas situações, a não aceitar coisas estranhas, a não embarcar em carros estranhos, a não sair da escola enquanto os pais não retornam para buscá-los.

Existe uma série de medidas, mas são medidas que precisam ser fortalecidas. A gente sabe disso por conta de toda a problemática que a sociedade vive hoje em dia em relação à violência - e isso é uma violência. O desaparecimento de crianças é uma violência, é uma violência que envolve a criança, que envolve também os pais dessa criança.

Então, eu acho muito importante essa iniciativa. Só quem viveu uma situação como essa compreende, em toda a sua extensão, a gravidade que é. Porque, como bem foi colocado, há pessoas que pensam que nunca vai acontecer com elas, há pessoas que pensam: "Não, eu tomo todas as precauções".

A própria deputada colocou a questão da Internet, que é muito importante. A Internet é um meio, é uma ferramenta fantástica, é um universo que se descortina diante dos jovens, das crianças. Mas com que critério esse universo se descortina? Se não existem regras para compreender esse universo, a criança vai se apropriando de tudo o que acontece ali, ela vai entrando em contato com todo tipo de pessoas que surge diante dela, pessoas que podem dizer mil e uma coisas, que podem colocar para ela que eu sou isso, sou aquilo, sem ser exatamente o que está se apresentando ali. Então, a criança vai assimilando valores que muitas vezes não sabe muito bem como lidar. A questão da educação voltada para o uso dessas ferramentas é muito importante também. A Internet hoje em dia é uma questão que exige muita discussão.

Para o momento é o que eu teria para colocar. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Concedo a palavra à delegada Sandra Mara Pereira, delegada titular da 6ª Delegacia de Polícia da Capital, que falará sobre as políticas públicas às crianças desaparecidas desenvolvidas pela Polícia Civil de Santa Catarina.

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - Bom-dia a todos.

Cumprimentando a deputada eu cumprimento a mesa, e agradeço a oportunidade de estarmos aqui divulgando o trabalho desenvolvido pela 6ª Delegacia de Polícia da Capital.

A 6ª Delegacia de Polícia atende adolescentes infratores; crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual; e mulheres vítimas de violência, sejam elas domésticas ou não.

Infelizmente o nosso Estado, embora seja pioneiro em muitas políticas públicas, é um dos poucos que não tem uma delegacia especializada no atendimento à criança e ao adolescente desaparecidos, o que para nós é um retrocesso considerando que Santa Catarina é pioneira em tantas coisas.

O tema "Crianças e Adolescentes Desaparecidos" entrou na minha vida em 2006, quando eu estava numa Comarca, no interior do Estado - havia sido removida para lá por promoção -, e fui procurada por um repórter dizendo que a cidade que eu estava era a que tinha o maior índice de pessoas desaparecidas.

Eu entrei logo no nosso sistema integrado e vi que tínhamos de fato várias pessoas desaparecidas, aproximadamente seis. Imediatamente chamei a equipe que trabalhava comigo e determinei que cada Boletim de Ocorrência fosse verificado se a pessoa tinha retornado lá, e todos eles tinham retornado. A partir daquilo ali, o que me chamava a atenção eram as mensagens recorrentes na Internet de crianças desaparecidas. E por curiosidade eu entrava no *site* dos desaparecidos e via que algumas daquelas crianças ou tinham sido subtraídas ou... Então, em alguns casos a família nem sabia que aquela mensagem estava circulando.

Uma que me entristeceu e eu me emociono quando lembro o que vi no *site* dos desaparecidos, é de um pai que, na busca incansável pelo filho, encontrou uma foto dele no *site* de pedofilia. Eu me emocionei quando vi a reportagem - e o que me chamou a atenção foi que na sua busca incansável ele encontrou o filho, mas infelizmente nunca vai achar. Por quê? Porque ele estava em algum lugar desse planeta Terra sendo abusado sexualmente e a foto dele inclusive disponível naquele *site*.

Então, comecei a me interessar por essas coisas do destino. Acredito que por ter fé e crer em Deus as coisas na minha vida são direcionadas. Eu vim do interior por problemas de saúde na família, vim trabalhar na Corregedoria da Polícia Civil, que apura as infrações cometidas pelos policiais, e fui convidada a assumir a 6ª Delegacia, que era um desafio para mim. Por quê? Porque meu

público era outro. Eu, que até então trabalhava só com roubos, assaltos, homicídios em Comarcas do interior, trabalhei como plantonista, vi-me com um público vítima. Eu só trabalhava com vítimas, nos plantões com as delegadas, na hora de violências domésticas, violência contra mulher, adolescentes e crianças, e adolescentes infratores. O que mais me seduz na 6ª Delegacia é justamente o trabalho de crianças e adolescentes desaparecidos.

A 6ª Delegacia atende só o município de Florianópolis, e até hoje já temos 20 Boletins de Ocorrências de crianças e adolescentes desaparecidos, e até 18 anos incompletos. Em 2007, tivemos 95. A maioria dos desaparecimentos registrados na 6ª Delegacia de Polícia... Quero deixar bem claro que a 6ª Delegacia só atende Florianópolis, com uma população estimada em 396 mil habitantes, segundo a consulta que fiz no site do IBGE.

Eu trabalhei num caso, agora, que foi inédito para mim - acho que vocês o viram bastante na mídia -, de uma subtração de incapaz pela avó materna. Foi um caso em que usei todos os recursos disponíveis pela polícia: escuta telefônica, vigilância. Foram sessenta dias que eu e a policial Marilene tomamos depoimento, contatamos o Conselho Tutelar, verificamos se havia ou não abuso sexual, por que a avó fez isso... Essa criança passou por quatro Estados da Federação. Foi um trabalho incansável, mas graças a Deus, no dia 4 de março, a criança foi achada em Cascavel.

Este caso causou-me espécie e me entristeceu muito, deputada. A criança estava em Cascavel, no Paraná - eu a descobri através da escola, porque a criança tinha que ser matriculada, ela tinha que estar no censo escolar -, um Estado tão sofrido, aliás, pioneiro na criação de uma delegacia de crianças desaparecidas. Liguei para o meu colega de lá e pedi o seu apoio, dizendo: "Olha, tem uma criança aí e eu preciso que tu confirmes para mim se essa criança está na escola". Ele foi à Secretaria Municipal de Educação e a secretária disse: "Olha, não está cadastrada aqui ainda".

Mas, por sorte - corrija-me se eu estiver errada -, a criança só é transferida de uma escola se tiver atestado de vaga na outra, e o atestado de vaga veio para a escola. Também por uma daquelas coisas que a gente não sabe e não explica, eu liguei para a escola só para obter uma informação: "Escuta, vocês me dão informação sobre essa criança através de uma ordem judicial, ou eu posso fazer um ofício e vocês me respondem?" E a moça, prontamente, disse-me: "Não, o que a senhora quer?" Porque a minha outra colega de Tubarão já tinha ido lá e conversado com ela. E caiu no grampo, gente!

O que me entristeceu foi que quando começaram as escutas mesmo, o que aconteceu? Quando o policial foi na escola que eu indiquei, a escola imediatamente avisou a avó. Quer dizer, se fosse um pedófilo subtraindo uma criança, seqüestrando aquela criança matriculada, sabem quando íamos achá-la? Nunca! Inclusive eu me reportei ao colega do Paraná - ele sabe disso, isso é um crime de favorecimento pessoal, a escola tem que ser responsabilizada, sim - e fiz um encaminhamento, direitinho, para apurarmos isso.

O que nós temos em Santa Catarina? Em Santa Catarina a Deic era responsável pelo sítio de informática de crianças e adolescentes desaparecidos. Por uma iniciativa política de administração do doutor Maurício, tudo foi centralizado agora na 6ª Delegacia. Então, todas as informações de crianças e adolescentes desaparecidos no Estado são repassadas à 6ª Delegacia. Tem essa portaria que já foi publicada, circulou no Diário do dia 22 de outubro - e eu e a Marilene somos as responsáveis por esse setor.

Em Santa Catarina, deputada, a política pública para crianças e adolescentes desaparecidos está perdendo até para o Nordeste, porque lá eles têm delegacias só para crianças e adolescentes desaparecidos.

Hoje, o que seria um modelo de delegacia, a meu ver - eu tive a oportunidade de visitá-la há alguns anos -, é o Sicride, do Paraná, que inclusive tem verba própria e a administra. Então, se tem um caso, lá no sudoeste do Paraná, de uma criança desaparecida - que foi aquilo que o policial Cassius falou: entra ocorrência, entra ocorrência, e aquela criança e adolescente desaparecidos vão ficando para trás -, a equipe se desloca, vai até o local e ela assume o caso.

Eu acredito que esse é o nosso momento, de pleitearmos a criação dessa delegacia, não como um cargo político, um cargo comissionado, mas com pessoas comprometidas com a causa, com pessoas que saibam qual é a dor de ter um... né, que acompanhem isso.

A Marilene me falou que a delegada do Sicride, no Paraná, está lá há anos e é uma pessoa muito comprometida. Então, a meu ver, não teria que ser um cargo comissionado - porque, claro, isso envolve uma indicação política -, teria que ser uma pessoa comprometida com a causa, uma pessoa treinada para isso.

Acho que não tem muito que querer, porque a partir do momento que a engrenagem começa a aparecer, começa a surgir, as contribuições vão aparecendo, aparecem os voluntários, as informações. É fazer um trabalho sério, como foi feito nesse caso, que eu me alegro de ter trabalhado e entregado a criança para a sua mãe.

O projeto Sentinela está aqui, nós trabalhamos em conjunto. Todo o caso em que há suspeita nós encaminhamos para o Conselho Tutelar, que por sua vez encaminha ao Sentinela. E esse era um caso que depois que a guarda foi perdida no Tribunal é que apareceu que teria um abuso sexual. Claro que está sendo investigado, ninguém descarta essa hipótese, mas particularmente não acredito nesse caso em espécie, porque o abuso sexual só apareceu depois que a guarda foi definitivamente perdida aqui no Tribunal.

Então se eu, que sou a delegada que investiga abuso sexual de criança e adolescente, a pedofilia no município, não tive conhecimento do caso lá no começo, quando não tinha ainda nem a disputa de uma guarda, por que... Não que eu não acredite, mas eu duvido. Mesmo assim o procedimento foi instaurado, nós estamos apurando se existe ou não.

O nosso pedido da 6ª Delegacia é que tivesse essa delegacia, que já é uma reivindicação antiga dos próprios policiais que trabalham na 6ª Delegacia, que são comprometidos. Hoje no Estado nós temos vinte crianças e adolescentes desaparecidos - essa informação foi repassada pela Marilene. Nós estamos há pouco tempo nesse setor, deputada, mas estamos fazendo levantamento de um por um, quem retornou e quem não retornou.

Ontem, para a nossa alegria, a Elaine foi encontrada, que era uma daquelas desaparecidas do cartaz - até nós conversamos sobre isso. Qual foi a situação da Elaine? A Elaine desapareceu e nunca mais deu sinal de vida. Os últimos grampos telefônicos davam a ERB... O celular dela era desses pré-pagos e na época não tinha que cadastrar, mas a antena, a ERB, dava em Curitiba, num telefone público, a última ligação que ela fez de um celular. Vocês sabem o tamanho de Curitiba, então nós não tínhamos informações. Mas ontem o pai dela localizou justamente com aquele indivíduo que é suspeito de dois homicídios.

Então, vejam em que companhia estava.

Outra coisa que a deputada falou é que muitos pais, querendo preservar a individualidade dos filhos, não vai lá e xereta no computador. Tem que xeretar, sim. O meu eu não deixo sozinho. Eu quero saber, sim, o que está fazendo. "Ah, eu perco a minha individualidade!" Com onze anos eu escutar um fedelho dizendo isso! "Negativo, meu benzinho, a mamãe vai ver". E vou ver, e rastreio, e tem filtro, e eu procuro, e eu o perturbo mesmo. Se vai à casa de um amiguinho, quero ver quem é a mãe, quem é o pai, quem está lá dentro, porque de 80% a 90% dos abusos sexuais são cometidos por pessoas conhecidas da família, pessoas com quem a criança tem acima de qualquer suspeita.

E um projeto que nós temos na 6ª Delegacia, que talvez não venha ao caso, mas eu acho pertinente falar, é que todo abusador sexual foi um dia uma vítima que não foi tratada. Então, de 80% a 90% dos casos de abuso sexual o autor já foi abusado sexualmente. Isso é doutrina, isso é fato, isso é estatística. E isso é um projeto que nós temos na 6ª Delegacia também de... A nossa delegacia vai fazer um *marketing* agora, se a deputada me permite.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Com certeza.

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - Nós estamos com um trabalho inédito na 6ª Delegacia, começou com a delegada Veronice e com a psicóloga policial Marilene, dos autores de violência doméstica participarem de sessões psicoterapêuticas com psicólogos policiais. É dentro da Delegacia e é voluntário, quer dizer, é por adesão, ele vai se quiser. Nós temos uma verba que sai aqui da Assembléia, que dá o passe, dá o lanchinho deles - e nós temos de sete a dez pessoas fazendo isso sem ordem judicial. Eles vão lá porque querem se tratar.

Então, isso é inédito, vai ser veiculado na mídia daqui a alguns dias. Mas dentro de uma delegacia de polícia que é tida como a repressão, nós estamos atuando na prevenção.

Encerrando a minha fala, dentro de todos os manuais que eu tenho lido de segurança pessoal, 90% é prevenção, é aquilo que eles estão fazendo; 5% é sorte; e 5% é reação. Isso aí é dado, é estatística, não tem como eu estar inventando. Então, se 90% é prevenção, vamos prevenir. E é o motivo desta audiência.

Eu queria pedir o apoio de todos para a criação dessa delegacia, que é um sonho antigo dos policiais. Por quê? Por tudo que já foi aqui falado, e tem pessoas de fato comprometidas e treinadas para isso.

Nesses sessenta dias que eu fiquei atrás daquela menina que estava ali no cartaz, eu chegava à delegacia às 7h da manhã e muitas vezes saía à meia-noite. A Marilene sabe, pois ela perguntava se eu dormia ali. E quando eu passei na rede toda a minha felicidade de ter contado com a ajuda de todo mundo, por cansaço eu me esqueci da Marilene e depois eu levei um puxão de orelha, porque ela quem ficou ali do meu lado o tempo inteiro. Mas eu pedi perdão à minha família por eu ter me ausentado tanto tempo atrás do filho de uma família. Mas eu sabia onde o meu estava e era isso que me dava segurança para seguir o trabalho.

Eu agradeço a todos por terem me ouvido.

Deputada, eu conto com o seu empenho na criação dessa delegacia, que é muito importante para a Polícia Civil. A senhora pode ter certeza disso. Se nós pudermos estudar e avaliar o desempenho da delegacia do Paraná, que é pioneira, a mais moderna e a mais atual que nós temos, que nós façamos então o estudo. Peço que a senhora abrace essa causa conosco. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Muito obrigada. A causa está abraçada.

Eu quero dizer à nossa eminente delegada que esta deputada jamais se furtaria, porque quem tem filho e quem é avó, o que mais toca é isso aí. Eu creio que todas as pessoas ficam super sensibilizadas, vou estar na luta, agora, depende do governador e do secretário Ronaldo Benedet. Eu vou a campo, vou atuar, mas quem tem a tinta e a caneta são eles.

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - Então, se a senhora me permite uma fala, deputada...

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Nós iremos atuar juntas.

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - Eu acho que está no momento, gente, de irmos à luta. Não faz muito tempo eu pintei a cara e fui para a rua por um *impeachment*. Eu era uma estudante. E hoje eu acho que a gente está lutando por um bem muito maior, que é a nossa geração seguinte, aquela que irá nos suceder. E por que eu trabalhei com tranquilidade? Foi aquilo que eu falei: eu sabia onde o meu estava. Mas quanta gente não está na situação que eu estava?

Então, a senhora pode contar com o apoio dos policiais da 6ª DP, que são muito engajados nisso. Pode contar conosco para o que a senhora precisar.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Muito obrigada. Porque é assim mesmo. Como diz o ditado: uma mão lava a outra e as duas lavam o rosto.

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - E se a gente tiver que pintar a cara e ir para a rua, vamos pintar a cara e ir para a rua.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Com certeza. Eu também participei dessa mesma época. Eu tenho história de luta. Para quem já foi presa quatro vezes, cinco vezes (*ri*) na época da ditadura, nada assusta.

Agora, eu convido a socióloga Viviane Remor, assessora de Responsabilidade Social e Empresarial da Celesc Distribuição, para nos falar sobre a possibilidade da divulgação do desaparecimento de crianças nas faturas da Celesc.

A SRA. VIVIANI REMOR - Cumprimentando a deputada Ada eu cumprimento toda a mesa, mas gostaria de fazer um cumprimento especial ao senhor Gerson pela sua iniciativa.

Eu venho de movimento social, venho de muito tempo de luta e sei como é difícil, neste país, fazer qualquer luta por inclusão, por respeito, por dignidade. Então, o meu respeito e a minha saudação especial ao senhor.

Eu gostaria de cumprimentar todos e todas, e dizer que não pintei a cara, porque eu já estava um pouquinho passada, mas fiz outras lutas também - eu, o Jacó e toda uma geração que tem lutado ao longo dos últimos anos para fazer deste país um País justo, não mais justo, porque quando você diz mais justo você pressupõe que ele está sendo justo para alguém e é para uma minoria, mas para fazer, efetivamente, um País justo para todo mundo, para homens e mulheres, para crianças, para idosos, para jovens, para negros, para brancos, para amarelos.

Acho que o que estamos fazendo aqui hoje é uma parte dessa luta, uma luta institucional, não é a luta lá fora, não é a luta do movimento, do pintar a cara, do levantar bandeira, de gritar ou de exigir, mas é uma luta efetiva, uma luta na Casa do Povo, que deverá e tem que ter ressonância para criar mecanismos e ações para que a gente possa cuidar da infância do nosso Estado e do nosso país.

Eu confesso que estou emocionada e fiquei bastante emocionada na hora em que vi o vídeo. Eu sou mãe e vou me permitir chorar, porque sou chorona também. Eu sou mãe de duas filhas moças, uma de 20 anos e outra de 18 anos - tenho uma irmã, a Cláudia, que está aqui e que também é mãe -, e se as minhas filhas atrasam meia hora, quinze minutos, eu enlouqueço. Então, eu imagino a dor de um pai, de uma mãe, de um irmão, quando não tem sequer a possibilidade de ter notícias de quem está desaparecido. É muito duro, é muito triste.

Eu ficava me imaginando, e eu me lembro que às vezes a gente desenvolve alguns mecanismos. Quando tu vês alguém que desapareceu, tu dizes assim: "Puxa, poderia ser com alguém da minha família". Qual é a primeira coisa que eu faço? Eu sacudo a cabeça, como se dessa maneira, sacudindo a cabeça, afastasse de mim qualquer possibilidade de estar vivendo essa situação. Só que não é sacudindo a cabeça que a gente muda as coisas, mas, sim, com ações concretas e práticas. E eu sou uma pessoa prática, então vou fazer propostas práticas.

O papel da Celesc Distribuição, empresa pública do Estado, não é somente levar energia de qualidade para 280 municípios catarinenses e 1 do Paraná, ela tem por obrigação prestar serviços, e serviços de utilidade pública. E esse é um serviço de utilidade pública.

Por isso, quando fui convidada para participar desse evento representando a Celesc, eu fui procurar alternativas para que a gente colocasse na fatura de energia elétrica fotografias das crianças desaparecidas. Fui conversar com o diretor comercial, Carlos Alberto Martins, e ele me lembrou que no ano passado ele foi fazer uma visita à Argentina e lá eles usam esse mesmo mecanismo para buscar pessoas desaparecidas. Tentou colocar e foi impossível, Gerson. Nós temos orientações da Aneel, temos algumas imposições legais e de forma de fatura que nos impedem de publicar as fotografias das crianças. Mas temos toda a disposição do mundo.

Eu peguei um modelo de fatura para escolher qual o local de lançarmos uma campanha no período de seis meses ou um ano, ou uma campanha permanente para divulgar o portal, para divulgar tanto esclarecimentos como acesso, para que todo mundo possa estar informado e conhecer da importância da campanha.

Eu me informei também e a gente vai utilizar um convênio que temos com a Acaert no Estado todo, que são emissoras de rádio no Estado, para divulgar permanentemente também o *site* do portal, um disque denúncia, para se aqueles que não viram na fatura possam ouvir, e rádio todo mundo ouve.

Também pensei em combinar com você e com outros interessados, nós temos 16 agências regionais no Estado e 193 escritórios, para que a gente fizesse essas reuniões, na medida do possível - eu tenho que consultar o Jacó, que é o homem do financeiro da minha área, a possibilidade de a gente poder bancar esse deslocamento -, e mostrar esse vídeo nas 16 agências regionais, chamando todas as entidades do município, Conselho Tutelar, outras empresas, as empresas empreiteiras, as que prestam serviço da Celesc, para que também participem dessas reuniões, para divulgarmos a campanha. Podemos fazer também um resumo dessa matéria no jornal da Celesc, no nosso *site*, na nossa página da Internet, e se possível divulgar essa cartilha e os cartazes em todas as lojas de atendimento ao consumidor, nos escritórios e nas agências regionais.

Nós temos o Programa de Responsabilidade Social construído na empresa, ele está formado desde 2006, e eu diria que 80% das nossas ações são voltadas para a infância e para a juventude, muito mais a juventude que a infância.

Nós somos signatários, desde 2006, do Pacto Nacional Contra Exploração Sexual Infanto-Juvenil nas Rodovias, é uma ONG mundial chamada *Childhood* - fazemos parte desta ONG no sentido de divulgar, pensar ações, e a gente se compromete em fazer parte dessa rede. Eu acho que temos que buscar as crianças desaparecidas, combater o trabalho infantil, temos que combater a exploração sexual nas rodovias e nas cidades.

Qualquer nação que se diz ter compromisso com as gerações futuras, tem que começar com as gerações presentes. A nação, o Estado, o país que não cuida das suas crianças e dos seus idosos, não cuida de ninguém, é uma nação de irresponsáveis. Acho que está na hora de a gente reverter isto, mudar, inverter, buscar, trazer valores, cuidar das crianças, sim, e pensar ações.

Então, colocamo-nos à disposição buscando recursos - né, Jacó? Nós temos um presidente que é muito sensível às questões sociais, que é o doutor Eduardo Pinho Moreira, um médico. Parte hoje das verbas do FIA a gente está destinando à primeira infância, justamente para pensar na questão da saúde e da educação. Desde já, em nome do presidente, em nome da Celesc, nós nos comprometemos a fazer parte dessa rede.

Para terminar a minha fala, estive na semana passada em Fortaleza, para pensar um projeto que beneficie os consumidores de Santa Catarina. Fui num vôo que chega a Fortaleza às 14h30min, almocei na praia e dei uma volta na cidade. Eu voltei horrorizada, enojada com o que vi. Tive vergonha de dizer que pertencço ao gênero humano. Tive vergonha de ser brasileira com o que vi na praia de Iracema: meninas de dez anos, onze anos e doze anos puxadas pelas mãos, andando na praia com aqueles italianos e alemães enormes, numa clara demonstração de turismo sexual, pedofilia absoluta. Mas pior do que isso eram as mães sentadas num canto empurrando suas filhas. Eu me revoltei, acabei batendo boca, dei com a minha bolsa em uma criatura daquelas, pois era o mínimo que qualquer um poderia fazer.

Na volta ao hotel eu comentei, aí me disseram: "Ah, mas é normal". Na minha saída do hotel vieram me cobrar uma taxa de turismo, que recusei a pagar, porque essa taxa de turismo é que traz esse bando de tarados e sem-vergonhas para fazer mal a essas crianças. Aí a atendente do hotel me disse: "Mas isso não é questão de dignidade, senhora, é de sobrevivência, porque em um Estado tão pobre, por um prato de comida, pai e mãe vendem seus filhos". O que eu acho um absurdo, porque isso não justifica. E o Jacó é testemunha.

Estou falando isso há uma semana. Vai cada vez mais a nossa veemência e o nosso comprometimento para participar dessa rede.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Só mais uma coisinha. Delegada Sandra, minha primeira pesquisa como socióloga era sobre a violência contra a mulher, e a 6ª Delegacia faz uma diferença muito grande na vida das mulheres.

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - Sim, eu sei.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Eu gostaria de registrar a presença do Luiz Antônio, diretor do Instituto de Educação de Florianópolis. Muito obrigada pela sua presença, seja sempre bem-vindo!

Também quero parabenizar, mais uma vez, em nome da Comissão de Diretos e Garantias Fundamentais, os jovens presentes nesta audiência, o futuro deste país. Venham sempre, porque isso tudo que aí está pertence a vocês amanhã. Muito obrigada.

Passo a palavra ao doutor Rubens Cruz de Aguiar, chefe-de-gabinete da presidência da Casan, especialista em crianças e adolescentes, ex-presidente do Conselho Estadual da Criança, e diretor de Proteção à Criança e ao Adolescente.

O SR. RUBENS CRUZ DE AGUIAR - O meu bom-dia a todos. Meus cumprimentos, deputada, pela iniciativa.

A questão da infância e adolescência é uma causa que sempre me sensibilizou. Não é por acaso que construí uma história em Santa Catarina em defesa desses direitos, mais em especial, deputada, em defesa do direito do adolescente autor de ato infracional, que, infelizmente, custa-me dizer, não tem recebido nos últimos anos a devida atenção. Aliás, criança e adolescente em Santa Catarina, parece-me, eu que estou há cinco anos afastado dessa área, estão um pouco esquecidos.

Lamento a grande ausência neste auditório, no momento em que se discute um tema de tão grande relevância, dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ausência das representações do Conselho Estadual, hoje, a meu ver, um ilustre desconhecido, a instância máxima na formulação de políticas do Estado, que deveria estar encabeçando e conduzindo essa bandeira, deveria estar mobilizando o Poder Legislativo, o Poder Executivo, para a formulação e estruturação de políticas.

A verdade é que em qualquer lugar que estejamos sempre teremos a oportunidade de levantar essa bandeira e de sensibilizar pessoas. Não foi diferente na Casan, embora, numa atividade eminentemente burocrática, contamos com a sensibilidade do presidente Walmor De Luca.

Estamos tentando montar, na forma do que estabelece a lei, e estamos fazendo, um programa de formação para jovens, o Programa Adolescente Aprendiz. A Casan quer se destacar com a qualidade do programa que estruturou, pois hoje são trinta meninos e meninas que recebem um salário-mínimo e que têm a oportunidade de se preparar para o trabalho. E não será diferente, deputada, com relação a esse projeto - que não se lança, porque ele já existe, já está acontecendo em Santa Catarina -; a Casan não se furtará em participar desse projeto, contribuindo com a divulgação e com o trabalho de prevenção. Para tanto, ela coloca à disposição a sua *homepage*.

Ela também está em 206 municípios de Santa Catarina - e esse trabalho de divulgação e de prevenção poderá ser feito não dentro da fatura, porque também temos dificuldades de ordem técnica, a nossa fatura é pré-impressa, mas podemos encaminhar junto com a fatura um material, seja na área de prevenção, seja na busca por crianças e adolescentes desaparecidos. Aliás, o Estatuto vai mais longe, não busca apenas as crianças e os adolescentes, busca os pais e os responsáveis que deverão também, dentro desse grande projeto, ter um segmento, uma atenção adequada.

Finalizando, reitero a nossa disposição em caminharmos juntos. Acho que embora este Poder, esta Casa não possa fazer às vezes do Executivo, seguramente poderá fazer um indicativo para que o Executivo estadual transforme essa delegacia, efetivamente, numa delegacia de proteção à criança, ao adolescente e à mulher.

Muito obrigado, deputada, pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Muito obrigada, doutor Rubens.

Eu gostaria de saber se na platéia tem alguém que queira fazer algum questionamento.

Com a palavra a estudante Juliana Sakae.

A ESTUDANTE JULIANA SAKAE - Bom-dia aos integrantes da mesa; bom-dia a todos os alunos do curso de Jornalismo da Estácio de Sá; bom-dia ao senhor Gerson Rumayor, que me convidou a estar aqui. (*Passa a ler.*)

"Eu gostaria de apresentar um projeto criado no âmbito da universidade sobre o tema deste dia 18 de março: o projeto Portal Alerta Elicéia.org, desenvolvido no curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, com a supervisão do professor Clóvis Geyer. O nome do projeto é referência à catarinense Elicéia Silveira, e principalmente à sua mãe, cuja luta hoje é símbolo de esperança.

A idéia é inspirada no norte-americano 'Amber Alert', um projeto no qual, durante as primeiras 48 horas do desaparecimento de uma criança, a mídia propaga incessantemente informações sobre o caso na região do desaparecimento, para que a população local colabore na busca dessa criança. Desde a sua implantação, em 1998, o 'Amber Alert' conseguiu encontrar 389 crianças.

No Brasil, não se sabe sequer o número de crianças desaparecidas. Existem os casos, como já foi citado, em que a criança reaparece e a família não registra Boletim de Ocorrência.

A proposta do Portal Alerta Elicéia é atuar em três pontos:

1 - *Centralização de informações*. O *site* é, em primeiro lugar, um banco de dados com notícias dos principais veículos da imprensa catarinense e nacional sobre crianças desaparecidas. Trabalhará também em cima da manutenção de uma listagem correta das crianças desaparecidas em Santa Catarina, conscientizando, em primeiro lugar, as famílias que reencontraram suas crianças a registrarem o ocorrido na delegacia. As informações contidas no *site* piloto do projeto foram investigadas por alunos da 5ª fase do curso de Jornalismo.

2 - *Prevenção*. Contando com a parceria do Portal da Esperança, do senhor Gerson Rumayor, o Portal Alerta Elicéia irá atuar na conscientização do problema. O Portal prevê a criação de um espaço de jogos lúdicos, para que a criança aprenda as dicas de prevenção brincando.

3 - *Alerta*. Este item, o mais complexo dos três na sua viabilização, hoje, pode ser realizado. O site já possui um sistema no qual é possível enviar e-mail a milhares de pessoas ao mesmo tempo. É necessário apenas um cadastro para que a pessoa autorize o recebimento do Alerta.

Para tanto, o site necessita de parceria de ONGs e instituições que se comprometam a divulgar à comunidade a existência desse Alerta. Além disso, é preciso, e talvez esse seja o ponto mais importante, o reconhecimento oficial do Alerta Elicéia, para que o Portal tenha contato direto com as delegacias e essas forneçam informação oficial no caso de um desaparecimento.

O site Alerta Elicéia está em fase de teste no domínio provisório: www.alertaeliceia.revistapontoevirgula.com, que em breve se tornará www.alertaeliceia.org.br. Já é possível acessar o conteúdo, cadastrar-se e, o mais importante, já é possível gerar o Alerta Elicéia. Em caso de desaparecimento registrado em delegacia, para evitar falsos alarmes, a equipe do Alerta Elicéia tem uma hora para confirmar as informações e produzir o *mailing*, que será enviado a todos os cadastrados. Em poucos minutos a fotografia da criança se disseminará na rede, na esperança de que, onde a criança estiver, tenha alguém por perto que esteja ciente do desaparecimento e saiba como agir.

Santa Catarina, agora, já tem um instrumento para divulgar informações e contribuir na busca da criança desaparecida. Futuramente podemos pensar em parcerias com outras mídias, além da Internet. Talvez a televisão em locais públicos, como a InfoTV nos terminais integrados de Florianópolis, ou os painéis eletrônicos em vias públicas, como acontece nos Estados Unidos, divulgando o Alerta durante as 48 horas do desaparecimento.

Hoje, apresento um projeto possível, simples e viável - e que, espero, possa mudar a vida de alguma família. Se mudar a vida de uma criança, então, já terá valido a pena."

Obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Parabéns.

Eu gostaria de registrar aqui a presença da senhora Maria de Lourdes Nazário, a Duda, representando o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC.

Mais alguém deseja usar da palavra? Ninguém quer perguntar nada às autoridades competentes?

(A estudante Ariana Ramos manifesta-se fora do microfone: "Por acaso, alguma vez já se cogitou de essa delegacia tratar essa questão do desaparecimento de crianças?")

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - A idéia já foi levada, mas faltou vontade...

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Vontade política.

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - É, do administrador à época.

Conversando agora com a deputada, estou vendo essa lei promulgada, a Lei 14.371, que cria o serviço de investigação de criança e adolescentes desaparecidos. O que eu falei para a deputada é que isso aqui cai na vala comum, porque, na realidade, esse serviço existe, mas não com esse nome, existe como investigação. A equipe de investigação da Delegacia é que faz esse serviço.

A meu ver, desculpa deputada, mas...

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Eu trouxe para ter conhecimento, porque ela foi aprovada agora em 2008, não é?

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - É, no dia 11 de fevereiro, tem trinta dias. Mas, na realidade, ela não atende as nossas expectativas de ter uma delegacia, um prédio próprio, como no modelo de São Paulo, deputada, Caminho de Volta, no qual é coletada inclusive amostra de DNA da família. Porque vai que daqui a alguns anos se encontra a pessoa e faz-se comparação através do DNA. Inclusive isso é um livro que nós temos na Delegacia - é uma pena não termos trazido para a senhora. Mas o Caminho de Volta, um programa que tem em São Paulo para crianças e adolescentes desaparecidos, funciona dentro da 2ª Delegacia de Homicídios e Pessoas Desaparecidas, no qual tem um setor só para atender, não aquele caso que aconteceu hoje, mas a família daquele caso que aconteceu há dez anos, onze anos. É muito interessante. Quem puder ter acesso a esse programa!

Eles receberam doações do Grupo Votorantim. Aqueles aparelhos que fazem processamento de DNA, três mil e não sei quanto e um dia tem um DNA, tipo CSI (ri), eles tiveram essas doações. Eu não sei se o Gerson conhece o programa Caminho de Volta, que funciona em São Paulo - muito importante. Olha só, ter a coleta de DNA da família para fazer a comparação.

Parabéns pelo projeto de vocês.

Na 6ª Delegacia, que agora atende todo o Estado, a Marilene já vinha dando a idéia de que quando fosse preenchido o Boletim de Ocorrência já fosse preenchida também uma autorização para divulgação da criança e do adolescente, porque muitos pais não têm interesse, alguns pais ficam reticentes na distribuição...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

Tem. É um trabalho que a gente tem que conversar com a família, esclarecer, dizer para eles que quanto mais o tempo passa é a verdade que está fugindo das nossas mãos.

Para uma criança que estava com a avó materna eu levei sessenta dias para descobrir, rastreando em quatro Estados, inclusive com grampo, imagina com um desconhecido quanto tempo eu vou levar! Isso porque havia certa calma na família, pois ela estava com a avó que jamais faria mal algum. Isso eu rastreando com grampo telefônico, com os recursos que nós temos, imaginem um que a gente não tem nada! Eu levei sessenta dias, gente. Sabe o que são sessenta dias na vida de uma pessoa? Sábado, domingo, cinco horas da manhã, informação, representa para o juiz.

Subtração de incapaz é um crime apenado com detenção, não cabe escuta telefônica, porque é crime de detenção e a lei prevê quais os crimes que podem ter, não cabe temporária e não cabe preventiva. Quer dizer, o delegado está de mãos atadas. O crime de subtração de incapaz deveria ter uma pena como o do Estatuto da Criança e do Adolescente, que começa com uma pena de dois anos de reclusão. Só que no Estatuto da Criança e do Adolescente é para colocarem lá substituto, mas existe algum entendimento de que, quando alguém da família subtrai, colocar em lar substituto também é o seu lar. Então, o promotor opinou por duas prisões, que seriam da avó e do tio que mantinha financeiramente a fuga, mas de ofício o juiz decretou em cinco, e as onze escutas telefônicas.

Então, se com todos esses recursos eu levei sessenta dias, imagina quando a gente não tem nada. Para mim caiu na vala comum, foi "chover no molhado". Desculpe a sinceridade, mas eu prefiro falar a verdade que ficar iludindo as pessoas nisso.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Eu só trouxe para ter o conhecimento do projeto. Eu nem sei de qual deputado.

Eu agradeço a presença de todos os componentes da mesa; às autoridades; a vocês, público, que foi pequeno, mas na próxima talvez a gente consiga mais, porque não podemos desanimar nunca; à TVAL; aos funcionários da Casa; à Rádio Alesc.

Quero colocar o meu gabinete e a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais à disposição de todos para qualquer questionamento, para uma reunião. Gostaria de pedir uma cópia do teu projeto, ou então entregue para a doutora Elizabeth Baesso, ou para a senhora Cláudia na Comissão, ou no meu gabinete, que é o 110.

Mais uma vez muito obrigada. A nossa luta continua e tem que ser diária.

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - A deputada me permite uma colocação?

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Pois não.

A SRA. SANDRA MARA PEREIRA - Para encerrar. É atribuída ao Che Guevara, não sei se é dele, mas eu gostaria de homenagear a deputada, porque foi a primeira vez que eu fui convidada para tratar de um assunto tão relevante. Ele dizia mais ou menos assim: "Há mulheres que lutam um dia, essas são boas; há mulheres que lutam todos os dias, essas são as melhores; mas há mulheres que lutam sempre, essas são imprescindíveis."

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "É Maiakovski".)

É Maiakovski?! Eu li como se fosse do Che. Eu não sou fã dele, então... (ri) Mas a frase, independentemente de autoria, é muito importante e serve para o ser humano. Todos nós somos imprescindíveis, então vamos lutar por um direito que a gente tem, que é de ter uma delegacia especializada em crianças e adolescentes desaparecidos.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Eu estou vendo aqui também, delegada, bastante jovens. Da minha idade, por exemplo, são poucos. (ri) Além de o País estar na mão de vocês, todos aqui vão ser pais e mães um dia. Então, comecem a luta desde já para que vocês não tenham mais preocupação do que nós estamos tendo.

Um beijo no coração de todos, e tenham um bom dia.
(Palmas.)

(Está encerrada a audiência pública.)

DEPUTADA ADA DE LUCA
PRESIDENTE
*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE A 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às nove horas do dia primeiro de julho de dois mil e oito, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos demais senhores Deputados: Herneus de Nadal, Pedro Uczai, Gelson Merísio, Joares Ponticelli, Marcos Vieira, Pedro Baldissera, Elizeu Mattos substituindo/Narcizio Parisotto, Dirceu Dresch/Pedro Uczai e Herneus de Nadal. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente convidou o Coronel Eliézio Comandante da Polícia Militar, para sentar à Mesa, em seguida o Deputado Sargento Soares se manifestou a cerca do PLC/0014.2/08, que após consenso foi aprovado por unanimidade uma reunião conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e a de Segurança Pública, no dia 02 de julho de 2008, para discussão do referido projeto. Os senhores Deputados passaram a relatar as matérias constantes da pauta. O Deputado Pedro Uczai, relatou o PL/0149.0/07, exarando parecer de voto vista favorável, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Narcizo Parisotto. O Deputado Elizeu Mattos relatou o PL/0095.2/08, exarando parecer de voto vista pela aprovação, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Herneus de Nadal relatou o PL/0082.8/08, exarando parecer pela diligência externa, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PL/0078.1/08, exarando parecer de voto vista favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o PL/0063.5/08, exarando parecer contrário, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Dirceu Dresch relatou o PL/0156.9/08, exarando parecer pela diligência externa, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o PL/0141.2/08, exarando parecer de voto vista favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Pedro Baldissera relatou o PL/0129.3/03, exarando parecer contrário, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PL/0105.9/08, exarando parecer de voto vista favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado o parecer do relator Deputado Gelson Merísio por maioria, o PL/0119.4/08, exarando parecer contrário, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o PL/0140.1/08, exarando parecer pela diligência externa, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Joares Ponticelli relatou o PL/0156.9/08, exarando parecer pela diligência externa, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o PL/0153.6/08, exarando parecer pela aprovação com emenda substitutivo global, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Romildo Titon relatou as seguintes matérias: os PLs/0160.5/08, 0149.0/08, 0150.3/08, 0148.9/08, 0156.9/08 e 0140.1/08, exarando parecer pela diligência interna à todos, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade, os PLs/0158.0/08, 0155.8/08, 0147.8/08, exarando parecer favorável à todos, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade, os PLs/0654.0/07, 0653.0/7, 0640.5/07, exarando parecer favorável com emenda aditiva à todos, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade, os PLCs/0017.5/08, 0018.6/08, 0019.7/08, exarando parecer favorável à todos, que colocados em discussão, foi cedido pedido vista em gabinete dos Deputados Joares Ponticelli, Narcizo Parisotto e Pedro Baldissera aos mesmos, o PLC/0014.2/08, exarando parecer favorável com emenda substitutivo global, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e por último a MSV/0634/08, exarando parecer pela compatibilidade, que colocado em discussão e votação, foi

aprovado por unanimidade. Também foi aprovado por unanimidade o requerimento dos Deputados Marcos Vieira e Gelson Merísio ao PLC/0049.2/07. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 1ª de julho de 2008
Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão
*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 150/2008

CTA/FESAG 10/2008
Florianópolis, 04 de julho de 2008

Ao
Deputado JULIO GARCIA
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Nesta Capital
ref: Relatório Anual de Atividades de 2007
Senhor Presidente,
Cumprimentando-o cordialmente, vimos pela presente encaminhar o Relatório Anual de Atividades referente ao exercício de 2007 da Fundação de Estudos Superiores de Administração e Gerência - Fundação ESAG, entidade declarada de utilidade pública através da Lei Estadual nº 8.284 de 17 de junho de 1991.
Isto posto, colhemos a oportunidade para reiterar nossos votos de estima e apreço.
Atenciosamente

Prof. Sérgio Sachet
Presidente do Conselho de Administração

Lido no Expediente
Sessão de 15/07/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 151/2008

CASA FAMILIAR DO MAR "LUIZ CARLOS PERIN"
SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
São Francisco do Sul, 07 de julho de 2008.
Exmo. Sr.
JULIO GARCIA
Presidente Assembléia Legislativa de Santa Catarina
Florianópolis
Prezado Julio:

Ao cumprimenta-lo, submeto a Vossa Senhoria o Relatório Anual das atividades da Casa Familiar do Mar de São Francisco do Sul, referente ao ano de 2007, adequando-se as Leis 10.436/95 e 13.663/2005. Sem mais para o momento agradecemos
Atenciosamente.

Edir José Tedesco
Diretor/Monitor

Lido no Expediente
Sessão de 15/07/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 152/08

OBRAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DOM ORIONE DE CAPOEIRAS Registro CGC/MF 82.509.712/0001-03

Utilidade Pública Federal 21/05/97 - D.Q. nº 96 - Utilidade Pública Estadual 4.498/18-08-70 - Utilidade Pública Municipal 1.047/709 - 12-71 CNAS 2.8995.000.449/95-80 - STPS nº 36/77 - Fins Filatropicos
Resolução nº 170 - D.Q. 22/10/97 Rua Dib Cherem, 2698 - Capoeiras - Fone/Fax (048) 3244-0238
Florianópolis, 09 de julho de 2008

Exmo. Sr.
Dep. Julio Garcia
Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina
Prezado Senhor,

Atendendo aos Art. 3º e 4º da Lei nº 14182 de 2007. Estamos encaminhando em anexo a documentação solicitada afim de que possamos renovar a Utilidade Pública Estadual, que nos foi concedida pela lei nº 4.498 em 18/09/1970.

Certos de que nossa solicitação será prontamente atendida reiteramos nosso protesto de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Pe. Luis Carlos de Aguiar Gregório
Diretor Financeiro

Lido no Expediente
Sessão de 15/07/08

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1380, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **ELISANDRA BOTH**, matrícula nº 5700, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-3, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Dirceu Dresch).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1381, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ODAIR JOSÉ DEMARCO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-3, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Dirceu Dresch).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1382, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **RENATA FERRACINI RODRIGUES**, matrícula nº 5466, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-37, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Liderança do PDT).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1383, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

NOMEAR RENATA FERRACINI RODRIGUES, matrícula nº 5466, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Liderança do PDT).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1384, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

NOMEAR LUIZ HENRIQUE HESSMANN, matrícula nº 5544, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-17, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Liderança do PDT).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1385, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR, a pedido, o servidor IDEMAR EUGENIO TIEPO, matrícula nº 5682, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-28, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 30 de junho de 2008 (Deputado Sgto. Amauri Soares).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1386, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR SÍLVIO PELEGRINI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-28, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Sgto Amauri Soares).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1387, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **ZENEIDE BACCIN SILVEIRA**, matrícula nº 2632, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-28, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Gelson Merisio).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1388, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR DIONI CESAR DALENOGARE, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-28, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Gelson Merisio).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1389, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **CANDIDA DE OLIVEIRA TASSO**, matrícula nº 5683, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-25, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Liderança do PMDB).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1390, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

NOMEAR CANDIDA DE OLIVEIRA TASSO, matrícula nº 5683, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-30, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Liderança do PMDB).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1391, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **BRUNO AUGUSTO ROSSATTO DE FABRIS**, matrícula nº 5069, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Liderança do PMDB).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1392, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

NOMEAR BRUNO AUGUSTO ROSSATTO DE FABRIS, matrícula nº 5069, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-54, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Liderança do PMDB).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1393, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ADELQUI RECH**, matrícula nº 5405, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-54, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Liderança do PMDB).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1394, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **MARIANGELA MELLA**, matrícula nº 3737, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Herneus de Nadal).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1395, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

NOMEAR MARIANGELA MELLA, matrícula nº 3737, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-40, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Liderança do PMDB).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1396, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ADELQUI RECH, matrícula nº 5405 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Herneus de Nadal).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1397, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **VALDIR MACHADO DOS SANTOS**, matrícula nº 3036, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Herneus de Nadal).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1398, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR VALDIR MACHADO DOS SANTOS, matrícula nº 3036 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Herneus de Nadal).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1399, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **DELMIRA MARIA VALMORBIDA**, matrícula nº 5599, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-16, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Herneus de Nadal).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1400, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR DELMIRA MARIA VALMORBIDA, matrícula nº 5599 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-24, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Herneus de Nadal).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1401, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **VINICIUS BALESTRIN GUIOTTO**, matrícula nº 4918, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Herneus de Nadal).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1402, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **VINICIUS BALESTRIN GUIOTTO**, matrícula nº 4918 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Herneus de Nadal).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1403, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **EDIO DOS SANTOS**, matrícula nº 5518, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-9, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Herneus de Nadal).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1404, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **EDIO DOS SANTOS**, matrícula nº 5518 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-15, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Herneus de Nadal).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1405, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **CAMILA DA ROSA SANTOS**, matrícula nº 5025, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Herneus de Nadal).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1406, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **CAMILA DA ROSA SANTOS**, matrícula nº 5025 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-16, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Herneus de Nadal).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1407, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **RUBIA MARA DECOL**, matrícula nº 3839, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Herneus de Nadal).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1408, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **RUBIA MARA DECOL**, matrícula nº 3839 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Herneus de Nadal).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1409, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **KELLY CAROLINA WEIMER**, matrícula nº 3829, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Herneus de Nadal).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1410, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **KELLY CAROLINA WEIMER**, matrícula nº 3829 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Herneus de Nadal).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1411, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ALESSANDRO CAMPOS TELES**, matrícula nº 5729, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 15 de julho de 2008 (Deputado Cezar Joao Cim).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1412, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR NOEMI PIRES DA SILVA, matrícula nº 4455, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Adherbal Ramos Cabral).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1413, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR GUSTAVO CORRÊA MARIA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-02, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Renato Hinnig).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1414, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR VÂNIA GOMES RAFAEL LUIZ, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-02, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Renato Hinnig).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1415, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR RONALDO CE, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Renato Hinnig).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1416, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ALEXANDRE COSTA DE SOUZA**, matrícula nº 5641, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-48, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Liderança do PSDB).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1417, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

NOMEAR MARISTELA DAL'AGNOL, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-48, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Liderança do PSDB).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1418, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

NOMEAR ELISETE SERAFIM FROEHNER, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Comissão de Legislação Participativa).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1419, de 15/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0827/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento do servidor **ADILOR GUGLIELMI**, matrícula nº 3237, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 6% (seis por cento), totalizando 12% (doze por cento), a contar de 27 de maio de 2008.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 204/2008

Institui o dia estadual do imigrante italiano.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Imigrante Italiano a ser anualmente comemorado no dia 21 de fevereiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Professor Grando

Lido no Expediente
Sessão de 15/07/08

JUSTIFICATIVA

O imigrante italiano desempenhou papel fundamental no processo de colonização do Estado de Santa Catarina. Contribuiu para o desenvolvimento da economia catarinense ao trazer e adaptar conhecimentos científicos e técnicos adquiridos na Itália, a riqueza de sua gastronomia, a cultura da uva e do vinho, o cancionero, as danças e as festas religiosas.

A cultura italiana é parte integrante do arcabouço cultural brasileiro e catarinense.

Assim sendo, solicitamos aos demais legisladores desta Casa de Leis a aprovação deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AOS PLC's Nº 008/2007, 010/2007, 005/2008 e 006/2008

Altera o artigo 2º da Lei Complementar nº 281, de 20 de janeiro de 2005, que regulamenta o artigo 170 da Constituição Estadual.

Art. 1º O artigo 2º da Lei Complementar nº 281, de 20 de janeiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O Estado concederá bolsas de estudo e bolsas de pesquisa, para o pagamento total ou parcial das mensalidades dos alunos economicamente carentes, regularmente matriculados nos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior referidas nos incisos I e II do artigo 1º desta Lei Complementar, observando-se os seguintes critérios:

I - o valor do benefício concedido ao aluno não será inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da mensalidade por ele devida;

II - a concessão do benefício poderá ser semestral ou anual, ficando a opção a cargo de cada Instituição de Ensino Superior conveniada;

III - os recursos serão destinados, proporcionalmente, de acordo com o número de alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação de cada Instituição de Ensino Superior, observado o regramento específico previsto no art. 1º, I "c" desta Lei Complementar;

IV - caberá à Comissão criada no âmbito de cada Instituição de Ensino Superior, constituída na forma do art. 3º desta Lei Complementar, a avaliação do grau de carência e desempenho escolar dos candidatos às bolsas de estudo e a seleção semestral ou anual dos beneficiados;

V - de posse da relação dos alunos beneficiados com o pagamento de bolsas e de seus respectivos valores individuais, os recursos serão alocados em nome de cada aluno, liberados mensalmente e diretamente na conta bancária da Instituição de Ensino Superior;

VI - a obtenção ou a renovação de benefício pelo aluno ficará vinculada à participação em programas e projetos sociais, com visão educativa, propostos pelas universidades em seus projetos de extensão aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Regional, comprovando vinte horas semestrais;

VII - o aluno economicamente carente, portador de deficiência física ou que tiver atestada a sua invalidez permanente, receberá bolsa de estudo ou de pesquisa para o pagamento integral das mensalidades.

Art. 2º Fica revogado o artigo 1º da Lei Complementar nº 296, de 25 de julho de 2005.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 10 de junho de 2008.

Deputado Pedro Uczai

Bancada do Partido dos Trabalhadores

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 02/07/08

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 02/07/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 008/2007

Altera o art. 2º da Lei Complementar nº 281, de 2005, que regulamenta o art. 170 da Constituição Estadual.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei Complementar nº 281, de 20 de janeiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O Estado concederá bolsas de estudo e bolsas de pesquisa, para o pagamento total ou parcial das mensalidades dos alunos economicamente carentes, regularmente matriculados nos cursos de graduação das instituições de Ensino Superior referidas nos incisos I e II do art. 1º desta Lei Complementar, observando-se os seguintes critérios:

I - o valor do benefício concedido ao aluno não será inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da mensalidade por ele devida;

II - a concessão do benefício poderá ser semestral ou anual, ficando a opção a cargo de cada Instituição de Ensino Superior conveniada;

III - os recursos serão destinados, proporcionalmente, de acordo com o número de alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação de cada Instituição de Ensino Superior, observado o regramento específico previsto no art. 1º, I "c" desta Lei Complementar;

IV - caberá à comissão criada no âmbito de cada Instituição de Ensino Superior, constituída na forma do art. 3º desta Lei Complementar, a avaliação do grau de carência e desempenho escolar dos candidatos às bolsas de estudo e a seleção semestral ou anual dos beneficiados;

V - de posse da relação dos alunos beneficiados com o pagamento de bolsas e de seus respectivos valores individuais, os recursos serão alocados em nome de cada aluno, liberados mensalmente e diretamente na conta bancária da Instituição de Ensino Superior;

VI - a obtenção ou a renovação de benefício pelo aluno ficará vinculada à participação em programas e projetos sociais, com visão educativa, propostos pelas universidades em seus projetos de extensão aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Regional, comprovando vinte horas semestrais; e

VII - o aluno economicamente carente, portador de deficiência física ou que tiver atestada a sua invalidez permanente, receberá bolsa de estudo ou de pesquisa para o pagamento integral das mensalidades." (NR)

Art. 2º Fica revogado o art. 1º da Lei Complementar nº 296, de 25 de julho de 2005.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 2 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0019.7/2008

O Projeto de Lei Complementar nº 0019.7/08 passa a vigorar com a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0019.7/2008

Altera a Lei Complementar nº 366, de 2006, de 7 de dezembro de 2006, que cria, extingue, dá nova denominação a cargos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário e disciplina o instituto da remoção; e estabelece critério para realização de concurso público no âmbito do Judiciário.

Art. 1º O art. 12 da Lei Complementar nº 366, de 7 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 12. Ressalvado o interesse do serviço judiciário, terá preferência no concurso de remoção a pedido o servidor:

I - portador de doença, desde que esta, comprovada pelo órgão médico oficial, motive a remoção;

II - com mais de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de efetivo exercício na comarca e na categoria funcional;

III - com o padrão de vencimento mais elevado;

IV - com maior tempo de serviço na categoria funcional;

V - com maior tempo de serviço no Poder Judiciário;

VI - com maior tempo de serviço público no Estado de Santa Catarina; e

VII - com maior tempo de serviço.

Parágrafo único. Ficam excluídos do processo de remoção os servidores:

I - que tenham sofrido pena disciplinar nos últimos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da publicação do edital de remoção;

II - afastados da função:

a) para gozo de licença para tratar de interesses particulares; e

b) à disposição de órgão público não pertencente ao Poder Judiciário de Santa Catarina;

III - integrantes de outras categorias funcionais; e

IV - que estejam em estágio probatório. (NR)

Art. 2º O concurso público para provimento de cargos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário será realizado por região judiciária, definida na Lei Complementar nº 339, de 8 de março de 2006, e regulamentada pelo Tribunal Pleno.

§1º Os candidatos aprovados em concurso público comporão a lista da comarca de sua escolha e a listagem geral, na qual serão aproveitados para quaisquer das comarcas integrantes da região judiciária definida no momento da inscrição.

§2º Será dada preferência ao candidato melhor classificado para a escolha da vaga em uma das comarcas integrantes da região judiciária.

§ 3º O candidato que, convocado pela lista geral da região, não tiver interesse em assumir a vaga passará a integrar o final da lista, sem prejuízo de sua colocação na listagem da comarca de sua preferência.

§4º As disposições acima não prejudicarão os candidatos aprovados em concurso público aberto até a publicação desta Lei Complementar.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 02/07/08

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 02/07/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 019/2008

Altera a Lei Complementar nº 366, de 2006, que cria, extingue, dá nova denominação a cargos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário e disciplina o instituto da remoção; e estabelece critério para realização de concurso público no âmbito do Judiciário.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei Complementar nº 366, de 07 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. Ressalvado o interesse do serviço judiciário, terá preferência no concurso de remoção a pedido o servidor:

I - portador de doença, desde que esta, comprovada pelo órgão médico oficial, motive a remoção;

II - com mais de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de efetivo exercício na comarca e na categoria funcional;

III - com o padrão de vencimento mais elevado;

IV - com maior tempo de serviço na categoria funcional;
V - com maior tempo de serviço no Poder Judiciário;
VI - com maior tempo de serviço público no Estado de Santa Catarina; e
VII - com maior tempo de serviço.
Parágrafo único. Ficam excluídos do processo de remoção os servidores:

I - que tenham sofrido pena disciplinar nos últimos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da publicação do edital de remoção;

II - afastados da função:

a) para gozo de licença para tratar de interesses particulares;

e

b) à disposição de órgão público não pertencente ao Poder Judiciário de Santa Catarina;

III - integrantes de outras categorias funcionais; e

IV - que estejam em estágio probatório." (NR)

Art. 2º O concurso público para provimento de cargos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário será realizado por região judiciária, definida na Lei Complementar nº 339, de 8 de março de 2006, e regulamentada pelo Tribunal Pleno.

§1º Os candidatos aprovados em concurso público comporão a lista da comarca de sua escolha e a listagem geral, na qual serão aproveitados para quaisquer das comarcas integrantes da região judiciária definida no momento da inscrição.

§2º Será dada preferência ao candidato melhor classificado para a escolha da vaga em uma das comarcas integrantes da região judiciária.

§ 3º O candidato que, convocado pela lista geral da região, não tiver interesse em assumir a vaga passará a integrar o final da lista, sem prejuízo de sua colocação na listagem da comarca de sua preferência.

§4º As disposições acima não prejudicarão os candidatos aprovados em concurso público aberto até a publicação desta Lei Complementar.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 2 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0049.2/2007

Art. 1º Altera a redação do parágrafo único do art. 1º do projeto de Lei nº 0049.2

Art. 1º
Parágrafo único. A vantagem referida no *caput* deste artigo é devida aos servidores **de quaisquer dos Poderes do Estado de Santa Catarina, inclusive de todas as esferas do Poder Executivo**, que optarem pela remuneração do cargo ou emprego de origem, na hipótese de nomeação para cargo em comissão e, **sua disposição para o destino dar-se-á automaticamente com a publicidade do ato administrativo nomeador.**

JUSTIFICATIVA

A necessidade da presente proposta de emenda ao Projeto de Lei nº 0049.2/2007, baseia-se na dificuldade de movimentar servidores ocupantes de cargo ou emprego permanente para o exercício de cargo de provimento em comissão em outro Poder do Estado de Santa Catarina, que é o ato de disposição.

A presente emenda ao projeto de lei tratam de suprir necessidades dos três Poderes para que servidores e empregados permanentes do Estado de Santa Catarina, com qualificações técnicas, sejam disponibilizados sem burocracias.

Oportuno destacar que todos os servidores dos três Poderes catarinenses estão subordinados ao Estatuto do Servidor Público Civil, Lei nº 6.745, de 1985, que não prescreve em seus dispositivos óbice para o objeto da presente propositura, além disso, não prevê a exigência de ato administrativo de disposição conjunto com o ato nomeador.

É nesse sentido que esperamos contar com o apoio dos nobres pares desta Casa para aprovação desta propositura.

Deputado Marcos Vieira
Líder da Bancada do PSDB
Gelson Merísio
Líder da Bancada do D-25

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 28/05/08

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 02/07/08

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0049.2/2007 EMENDA ADITIVA

Art. 1º O Projeto de Lei Complementar nº 0049.2/2007 passa a tramitar acrescido do seguinte dispositivo:

"Art. xx. Fica estendida aos servidores inativos no cargo de Consultor Educacional e Assistente Técnico Pedagógico, de que trata o art. 3º da Lei nº 1.139, de 1992, que na data da aposentadoria possuíam lotação no Órgão Central da Secretaria de Estado da Educação, a gratificação de produtividade instituída pela Lei nº 13.761, de 2006.

JUSTIFICATIVA

A Exposição de Motivos da Secretaria de Estado da Administração, em anexo, explana de forma clara e precisa as razões da alteração proposta nesta Emenda Aditiva.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 28/05/08

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 02/07/08

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0049.2/2007 EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º O *caput*, o § 1º e o § 2º do art. 11 do Projeto de Lei Complementar nº 0049.2/2007 passam a tramitar com a seguinte redação:

"Art. 11. As Gratificações pelo Desempenho de Atividade Especial pagas com fundamento no art. 85, VIII, da Lei nº 6.745, de 1985, e regulamentadas pelos Decretos nº 3.469, de 24 de março de 1993, nº 3.542, de 20 de abril de 1993, nº 3.543, de 20 de abril de 1993, nº 4.003, de 08 de outubro de 1993, nº 4.016, de 21 de outubro de 1993, nº 4.019, de 25 de outubro de 1993, nº 4.023, de 29 de outubro de 1993, nº 4.086, de 30 de novembro de 1993, nº 4.126, de 20 de dezembro de 1993, nº 4.141, de 27 de dezembro de 1993, nº 4.176, de 30 de dezembro de 1993, nº 4.306, de 28 de fevereiro de 1994, nº 4.363, de 22 de março de 1994, nº 4.516, de 30 de maio de 1994, nº 4.549, de 08 de junho de 1994, nº 4.551, de 08 junho de 1994, nº 4.552, de 08 de junho de 1994, nº 4.765, de 23 de agosto de 1994, nº 4.766, de 23 de agosto de 1994, nº 4.767, de 23 de agosto de 1994, nº 4.872, de 30 de setembro de 1994, nº 4.873, de 30 de setembro de 1994, nº 5.008, de 28 de novembro de 1994, nº 5.009, de 28 de novembro de 1994, nº 432, de 07 de novembro de 1995, nº 1.342, de 18 de novembro de 1996, nº 1.794, de 07 de maio de 1997, nº 2.129, de 18 de agosto de 1997, nº 2.808, de 27 de abril de 1998, nº 3.031, de 30 de junho de 1998, nº 3.033, de 30 de junho de 1998, nº 3.035, de 30 de junho de 1998, nº 3.037, de 30 de junho de 1998, nº 3.043, de 02 de julho de 1998, nº 3.051, de 03 de julho de 1998, nº 3.407, de 27 de novembro de 1998, nº 3.571, de 18 de dezembro de 1998, nº 3.574, de 18 de dezembro de 1998, nº 3.635, de 28 de dezembro de 1998, nº 4.886, de 28 de maio de 2002, ficam transformadas em Gratificação de Atividade, sendo vedadas novas concessões, exceto quando concedidas por Lei.

§1º O valor da Gratificação de Atividade será reduzido quando houver qualquer progressão funcional do servidor e reajustado quando ocorrer revisão geral de vencimento dos servidores públicos estaduais ou alteração de vencimentos das respectivas tabelas.

§2º Os valores das gratificações previstas no art. 2º desta Lei Complementar, atualmente percebidos como Gratificação pelo Desempenho de Atividade Especial, ficam mantidos e serão reajustados quando ocorrer revisão geral de vencimento dos servidores públicos estaduais ou alteração de vencimentos das respectivas tabelas.

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 28/05/08

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 02/07/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 049/2007

Altera critérios de concessão de vantagens pecuniárias e estabelece outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A gratificação prevista no art. 92 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, no art. 88, § 2º, da Lei nº 6.843, de 28 de julho de 1986, e no art. 82 da Lei nº 6.844, de 29 de julho de 1986, é fixada em 40% (quarenta por cento) do vencimento do cargo em comissão.

Parágrafo único. A vantagem referida no *caput* deste artigo é devida aos servidores de quaisquer dos Poderes do Estado de Santa Catarina, inclusive de todas as esferas de Governo, que optarem pela remuneração do cargo ou emprego de origem, na hipótese de nomeação para cargo em comissão e, sua disposição para o destino dar-se-á automaticamente com a publicidade do ato administrativo nomeador.

Art. 2º Nos casos em que forem aplicados os dispositivos citados no *caput* do artigo anterior ou quando da nomeação para o exercício de cargo em comissão, designação para função técnica gerencial ou função gratificada, as gratificações instituídas pelo art. 8º da Lei nº 8.411, de 28 de novembro de 1991, art. 2º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 9.502, de 08 de março de 1994, arts. 7º e 8º, alínea *d* da Lei

Complementar nº 222, de 10 de janeiro de 2002, art. 1º da Lei nº 13.758, de 22 de maio de 2006, art. 1º da Lei nº 13.759, de 22 de maio de 2006, art. 1º da Lei nº 13.760, de 22 de maio de 2006, art. 1º da Lei nº 13.761, de 22 de maio de 2006, art. 1º da Lei nº 13.762, de 22 de maio de 2006, art. 1º da Lei nº 13.763, de 22 de maio de 2006, art. 1º da Lei nº 13.764, de 22 de maio de 2006, e arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 362, de 30 de junho de 2006, serão pagas com valor equivalente ao percebido pelo servidor ocupante do último nível e referência do cargo de nível superior.

Parágrafo único. Os critérios fixados pelo *caput* deste artigo aplicam-se à Gratificação de Registro Mercantil, Gratificação de Atividade Previdenciária, Gratificação de Atividade Portuária, Gratificação Ambiental, Gratificação de Serviço de Transportes e Gratificação de Fiscalização e Controle.

Art. 3º Aplica-se o disposto nos arts. 3º, 5º e 8º, parágrafo único, alínea *b*, da Lei Complementar nº 222, de 2002, às Gratificações de Produtividade pagas com fundamento no art. 2º da Lei nº 9.484, de 19 de janeiro de 1994, e art. 2º da Lei nº 9.485, de 19 de janeiro de 1994, com efeitos retroativos a 10 de janeiro de 2002.

Art. 4º Fica transformado o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 7.975, de 28 de junho de 1990, em § 1º, e acrescenta-se o § 2º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

§1º O Poder Público participará dos gastos de deslocamento do servidor público, com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder a 6% (seis por cento) da sua remuneração.

§2º No cálculo da remuneração para a concessão do vale-transporte excluem-se a gratificação natalina e o terço constitucional de férias.”

Art. 5º Ao servidor designado para participar de comissão de licitação será devida uma gratificação correspondente, mensalmente, a 50,68% (cinquenta vírgula sessenta e oito por cento) do valor do vencimento da Classe I, nível 1, referência A, fixado pelo Anexo III da Lei Complementar nº 322, de 2006.

§1º Os critérios para a instituição e o funcionamento das comissões de licitação, a designação de seus membros e as condições exigidas para o pagamento da gratificação serão disciplinadas por ato do Secretário de Estado da Administração.

§2º O pagamento da Gratificação pela Participação em Comissões de Licitação cessará por interesse administrativo ou quando o servidor deixar de exercer as funções para as quais foi designado.

§3º O valor da gratificação não será incorporado à remuneração normalmente percebida pelo servidor, bem como não servirá de base para cálculo de qualquer outra vantagem, exceto para a gratificação natalina.

Art. 6º O art. 1º da Lei nº 13.758, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída a Gratificação de Atividade de Gestão Governamental para os servidores lotados ou em exercício na Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação, Secretaria Especial de Articulação Internacional, Secretaria Executiva de Assuntos Estratégicos e Gabinete da Chefia do Executivo no percentual de 15% (quinze por cento) do valor da Gratificação de Produtividade estabelecida no art. 2º da Lei nº 9.502, de 1994, alterada pelo art. 7º da Lei nº 9.751, de 1994.” (NR)

Art. 7º O § 3º do art. 57 da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 57

§ 3º No âmbito dos órgãos da Administração Direta, incluídas as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, Autarquias e Fundações, as atividades previstas nas alíneas *a*, *b* e *c* do inciso II deste artigo serão por estes executadas, observadas as normas específicas que regem as licitações e contratações públicas”. (NR)

Art. 8º O art. 1º da Lei nº 7.702, de 22 de agosto de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída pensão mensal no valor previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 322, de 02 de março de 2006, devida aos portadores de deficiência mental severa, definitivamente incapazes para o trabalho, cujos pais, tutores ou curadores, responsáveis pela sua criação, educação e proteção, que residam no Estado há pelo menos dois anos e auferam renda inferior ao valor de dois salários mínimos ou sucedâneo.

§1º Em decorrência de dificuldades técnicas em caracterizar o grau de deficiência, os portadores de deficiência mental com idade inferior a quatro anos poderão ser contemplados pela pensão referida neste artigo.

§2º O benefício de que trata o *caput* deste artigo deverá ser regulamentado no prazo de noventa dias após a publicação desta Lei.” (NR)

Art. 9º Fica concedido abono de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) aos servidores efetivos, ativos e inativos lotados e em exercício na Administração do Porto de São Francisco do Sul, pago mensalmente a partir de 1º de janeiro de 2008.

§1º Sobre o valor do abono não incidirá nenhum adicional, gratificação ou vantagem, exceto a gratificação natalina, férias, contribuição previdenciária, tributação de outra esfera de governo e consignações facultativas.

§2º As áreas finalísticas, os critérios, a escala e as atividades com prestação de serviço e remuneração por regime de plantão no âmbito da Administração do Porto de São Francisco do Sul deverão ser fixados por Decreto do Chefe do Poder Executivo, no prazo de noventa dias a contar da publicação desta Lei Complementar.

Art. 10. Os servidores em exercício nos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional terão lotação no respectivo órgão, independentemente da nomenclatura do cargo de provimento efetivo ocupado e do quadro lotacional a que pertençam.

Parágrafo único. Os servidores de que trata o *caput* deste artigo poderão optar pela permanência na condição de convocados ou à disposição no prazo de trinta dias, contados da data da publicação desta Lei Complementar.

Art. 11. Fica estendida aos servidores inativos no cargo de Consultor Educacional e Assistente Técnico Pedagógico, de que trata o art. 3º da Lei nº 1.139, de 1992, que na data da aposentadoria possuíam lotação no Órgão Central da Secretaria de Estado da Educação, a gratificação de produtividade instituída pela Lei nº 13.761, de 2006.

Art. 12. As Gratificações pelo Desempenho de Atividade Especial pagas com fundamento no art. 85, VIII, da Lei nº 6.745, de 1985, e regulamentadas pelos Decretos nº 3.469, de 24 de março de 1993, nº 3.542, de 20 de abril de 1993, nº 3.543, de 20 de abril de 1993, nº 4.003, de 08 de outubro de 1993, nº 4.016, de 21 de outubro de 1993, nº 4.019, de 25 de outubro de 1993, nº 4.023, de 29 de outubro de 1993, nº 4.086, de 30 de novembro de 1993, nº 4.126, de 20 de dezembro de 1993, nº 4.141, de 27 de dezembro de 1993, nº 4.176, de 30 de dezembro de 1993, nº 4.306, de 28 de fevereiro de 1994, nº 4.363, de 22 de março de 1994, nº 4.516, de 30 de maio de 1994, nº 4.549, de 08 de junho de 1994, nº 4.551, de 08 junho de 1994, nº 4.552, de 08 de junho de 1994, nº 4.765, de 23 de agosto de 1994, nº 4.766, de 23 de agosto de 1994, nº 4.767, de 23 de agosto de 1994, nº 4.872, de 30 de setembro de 1994, nº 4.873, de 30 de setembro de 1994, nº 5.008, de 28 de novembro de 1994, nº 5.009, de 28 de novembro de 1994, nº 432, de 07 de novembro de 1995, nº 1.342, de 18 de novembro de 1996, nº 1.794, de 07 de maio de 1997, nº 2.129, de 18 de agosto de 1997, nº 2.808, de 27 de abril de 1998, nº 3.031, de 30 de junho de 1998, nº 3.033, de 30 de junho de 1998, nº 3.035, de 30 de junho de 1998, nº 3.037, de 30 de junho de 1998, nº 3.043, de 02 de julho de 1998, nº 3.051, de 03 de julho de 1998, nº 3.407, de 27 de novembro de 1998, nº 3.571, de 18 de dezembro de 1998, nº 3.574, de 18 de dezembro de 1998, nº 3.635, de 28 de dezembro de 1998, nº 4.886, de 28 de maio de 2002, ficam transformadas em Gratificação de Atividade, sendo vedadas novas concessões, exceto quando concedidas por Lei.

§1º O valor da Gratificação de Atividade será reduzido quando houver qualquer progressão funcional do servidor e reajustado quando ocorrer revisão geral de vencimento dos servidores públicos estaduais ou alteração de vencimentos das respectivas tabelas.

§2º Os valores das gratificações previstas no art. 2º desta Lei Complementar, atualmente percebidos como Gratificação pelo Desempenho de Atividade Especial, ficam mantidos e serão reajustados quando ocorrer revisão geral de vencimento dos servidores públicos estaduais ou alteração de vencimentos das respectivas tabelas.

§3º A gratificação prevista no *caput* deste artigo servirá como base de cálculo para a Gratificação de Atividade Previdenciária, Gratificação de Atividade Portuária, Gratificação Ambiental, Gratificação de Serviço de Transportes e Gratificação de Fiscalização e Controle.

§4º Terá direito à Gratificação de Atividade o servidor que possuir na data da publicação desta Lei Complementar, portaria de designação para o desempenho de atividade especial vigente e estiver lotado no órgão que o designou.

§5º A gratificação de que trata o *caput* deste artigo servirá como base de cálculo da contribuição previdenciária.

§6º O pagamento da Gratificação de Atividade prevista neste artigo não poderá ser cumulativo com qualquer outro valor ou gratificação decorrente do exercício de cargo comissionado.

Art. 13. Ficam convalidados os pagamentos efetuados com base nos arts. 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 12 desta Lei Complementar.

Art. 14. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações do Orçamento Geral do Estado.

Art. 15. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Ficam revogados o § 2º do art. 92 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, o § 2º do art. 82 e o art. 86 da Lei nº 6.844, de 29 de julho de 1986, a Lei nº 6.185, de 1º de novembro de 1982, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 7.702, de 22 de agosto de 1989. SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 2 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***